

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICA
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

ALANA CARVALHO FERREIRA

**ANÁLISE EVOLUCIONÁRIA DAS ABORDAGENS
DESENVOLVIMENTISTAS DE GUNNAR MYRDAL E HA-JOON CHANG**

**VITÓRIA
2017**

ALANA CARVALHO FERREIRA

**ANÁLISE EVOLUCIONÁRIA DAS ABORDAGENS
DESENVOLVIMENTISTAS DE GUNNAR MYRDAL E HA-JOON CHANG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Ottoni Teatini Salles

**VITÓRIA
2017**

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)
Bibliotecária: Perla Rodrigues Lôbo – CRB-6 ES-000527/O

F383a Ferreira, Alana Carvalho, 1991-
Análise evolucionária das abordagens desenvolvimentistas
de Gunnar Myrdal e Ha-Joon Chang / Alana Carvalho Ferreira. –
2017.
100 f.

Orientador: Alexandre Ottoni Teatini Salles.
Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade
Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e
Econômicas.

1. Economia institucional. 2. Desenvolvimento econômico. I.
Salles, Alexandre Ottoni Teatini. II. Universidade Federal do
Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III.
Título.

CDU: 330

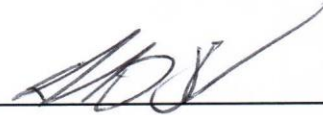
ALANA CARVALHO FERREIRA

**ANÁLISE EVOLUCIONÁRIA DAS ABORDAGENS DESENVOLVIMENTISTAS DE
GUNNAR MYRDAL E HA-JOON CHANG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito para a obtenção do título de Mestre em Economia.

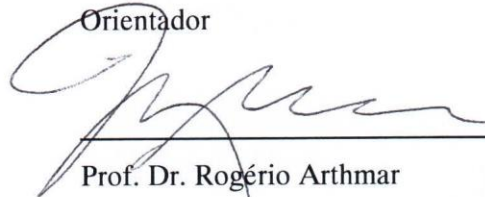
Vitória, 03 de julho de 2017.

COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Dr. Alexandre Ottoni Teatini Salles
Universidade Federal do Espírito

Orientador



Prof. Dr. Rogério Arthmar
Universidade Federal do Espírito Santo



Prof. Dr. Taiguara Villela Aldabalde
Universidade Federal do Espírito Santo

Agradeço a Deus por iluminar meus caminhos e me defender de todo o mau, possibilitando a realização desta pesquisa. Agradeço a minha mãe por sempre sonhar junto comigo. Agradeço a minha família por todo apoio e torcida, especialmente a minha irmã Laís. Agradeço ao professor Dr. Alexandre não só por sua preciosa orientação, mas por construir esta pesquisa como um verdadeiro parceiro, mostrando grande generosidade e amor à profissão. Agradeço aos professores Dr. Rogério e Dr. Taiguara pela contribuição. Agradeço ao professor Dr. Arlindo pelas ricas discussões, abstrações e conversas, algumas das quais sempre servirão de inspiração no exercício de minha profissão. Agradeço a todos os professores da Pós-Graduação em Economia da UFES, bem como aos seus técnicos e colaboradores. Agradeço de maneira especial a Liliana pela paciência e boa vontade desde o primeiro contato. Agradeço aos colegas e amigos pelas experiências trocadas e auxílios. Agradeço com especial carinho a Flávia, Bruno, Daniela e Maycon, cada um tendo me deixado lembranças, aprendizados e muita saudade. Agradeço, por fim, a cada capixaba que em algum momento me acolheu com generosidade em seu estado.

RESUMO

Esta pesquisa debruçou-se sobre as contribuições teóricas da Economia Institucional Evolucionária, de maneira mais específica nos subsídios de Thorstein Veblen e Geoffrey Hodgson, objetivando inferir uma metodologia evolucionária de análise. Em seguida, buscou-se compreender a influência da metodologia inferida em teorias do desenvolvimento econômico selecionadas. Os autores eleitos foram os economistas institucionalistas Gunnar Myrdal e Ha-Joon Chang, cujas teorias foram exploradas em busca de convergências e divergências em relação à metodologia evolucionária inferida. Os principais resultados encontrados apontaram para importantes convergências teóricas em ambos os autores. Ressaltou-se a centralidade e a forma do processo de evolução dos fenômenos analisados e a importância das instituições, de maneira geral. Myrdal destacou-se por sua análise de hábitos enraizados e por sua sofisticação do conceito de causalidade circular. Chang se destacou por sua contribuição ao entendimento da mudança institucional.

Palavras-Chaves: Economia Institucional Evolucionária; Instituições; Desenvolvimento.

ABSTRACT

This research focused on the theoretical contributions of the Evolutionary Institutional Economy, more specifically on the subsidies of Thorstein Veblen and Geoffrey Hodgson, in order to infer an evolutionary methodology of analysis. Next, we sought to understand the influence of the inferred methodology on selected economic development theories. The elected authors were the institutional economists Gunnar Myrdal and Hay-Joon Chang, whose theories were explored in search of convergences and divergences from inferred evolutionary methodology. The main results pointed to important theoretical convergences in both authors. The centrality and the form of the process of evolution of the analyzed phenomena and the importance of the institutions, in general, is emphasized. Myrdal stood out for his analysis of rooted habits and for his sophistication of the concept of circular causation. Chang stood out for his contribution to the understanding of institutional change.

Keywords: Evolutionary Institutional Economics; Institutions; Development

LISTA DE ABREVIATURAS

ATCO – A Teoria da Classe Ociosa

Cepal - Comissão Econômica para América Latina e Caribe

EIE – Economia Institucional Evolucionária

FMI - Fundo Monetário Internacional

NEI - Nova Economia Institucional

OMC - Organização Mundial do Comércio

TEE – Teoria da Evolução das Espécies

VEI - Velha Economia Institucional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 TEORIA E MÉTODO DA ECONOMIA INSTITUCIONAL EVOLUCIONÁRIA	13
2.1 Considerações Iniciais	13
2.2 À cerca das origens da Economia Institucional Evolucionária e de sua metáfora darwinista	13
2.3 Os conceitos essenciais da Economia Evolucionária Institucional	16
2.3.1 Hábitos, Instituições e Causação Cumulativa.....	16
2.3.2 A mudança institucional: A causação reconstitutiva de cima para baixo de Geoffrey Hodgson e comentários a cerca da contribuição de Veblen	24
2.4 Uma proposta de metodologia derivada da Economia Institucional Evolucionária.....	27
2.5 Considerações Finais	32
3 A ANÁLISE INSTITUCIONAL DE GUNNAR MYRDAL E SUAS CONVERGENCIAS COM A METODOLOGIA EVOLUCIONÁRIA	34
3.1. Considerações Iniciais	34
3.2 O desenvolvimento e o subdesenvolvimento para Gunnar Myrdal	36
3.2.1 A causação circular cumulativa como forma de evolução dos fenômenos sociais e o subdesenvolvimento.....	36
3.2.2 O fluxo de fatores econômicos e não econômicos e a tendência à desigualdade no princípio da causação cumulativa	40
3.2.3 Complicações da hipótese principal: as forças de propulsão e de regressão	43
3.3 O subdesenvolvimento como resultado da liberdade de mercado e o desenvolvimento como a criação de uma harmonia de interesses individuais	46
3.4 O Planejamento Democrático	52
3.5 Os Limites do Planejamento Econômico na Prática nos Países do Sul da Ásia.....	54
3.6 Considerações Finais	62
4 A TEORIA INSTITUCIONAL EVOLUCIONÁRIA NO PERÍODO RECENTE: HA-JOON CHANG.....	64
4.1 Considerações Iniciais	64
4.2. A relação entre instituições e desenvolvimento para Ha-Joon Chang : uma primeira abordagem conceitual	67
4.3 A análise histórica da evolução das políticas e instituições para o desenvolvimento: um processo de evolução em desdobramento	72
4.4 Notas sobre a mudança institucional na perspectiva de Chang e suas convergências com a metodologia evolucionária	81
4.5 Considerações Finais	87
5 CONCLUSÃO.....	89
Referências Bibliográficas	Error! Bookmark not defined.

1 INTRODUÇÃO

A preocupação com os resultados do processo econômico remonta a Adam Smith, pai da economia e autor da obra considerada seminal na Ciência Econômica, *A Riqueza das Nações* (1776). A obra versa principalmente sobre uma teoria do crescimento econômico com base na divisão do trabalho (FRITSCH, 1996) promovida por uma relação entre aumento do excedente sobre os salários, crescimento do estoque de capital, aumento do volume de emprego e salários, e consequente ampliação do tamanho dos mercados (SMITH, 1776). Mais tarde surgiram outras teorias do crescimento econômico, sempre entendendo o bem estar como uma maior disponibilidade de bens, e o objetivo da economia como aumento da renda *per capita*.

Outros grandes economistas contribuíram indiretamente para o tema do desenvolvimento, como Keynes e Schumpeter, mas sem modelização explícita. Entre o final da década de 1930 e meados da década de 1940 surgiram as primeiras tentativas de modelar matematicamente o crescimento econômico utilizaram como aporte teórico a contribuição de Keynes (BRESSER-PEREIRA, 1975). Os modelos de Harrod (1939) e Domar (1946) trataram da acumulação de capital por meio de uma análise dinâmica da teoria keynesiana, oferecendo uma explicação endógena para a instabilidade do sistema e não oferecendo um equilíbrio previsível (Herscovici, 2006).

Pouco mais de uma década depois, os massivos investimentos americanos na reconstrução da Europa no pós-guerra e a chamada "Era de Ouro" que daí sobreveio (décadas de 1950 a 1970)¹ trouxeram para esta discussão outras variáveis importantes e introduziram a possibilidade de um governo mais atuante por meio de políticas inspiradas na abordagem keynesiana e do *Welfare State*. Em meio a esse contexto de reconstrução com ampla atuação do Estado, surgiram também as teorias do desenvolvimento equilibrado e desequilibrado. Ambas defendiam os grandes projetos nacionais de crescimento econômico por meio da industrialização com menor ou maior participação do governo (ROSENSTEIN-RODAN, 1943; NURKSE, 1953; KUZNETS, 1954; MYRDAL, ; HIRSCHMAN, 1958; LEWIS, 1960; CHIANG, 1961).

Desta forma, ainda na segunda metade do século XX, surgiu uma nova agenda de pesquisa na Ciência Econômica, qualitativamente diferente dos modelos de crescimento elaborados até então. Na esteira deste processo, a publicação do artigo de Prebisch em 1949 voltado para a análise dos entraves do desenvolvimento dos países da América Latina,

¹Segundo a datação de Hobsbawm (1994).

enriqueceu ainda mais o debate teórico sobre desenvolvimento econômico na medida em que originou outro programa de pesquisa em Economia chamado de Estruturalismo Latino Americano. O Estruturalismo foi composto principalmente pelas contribuições da Comissão Econômica para América Lática e Caribe – Cepal – e pela teoria da Dependência, propugnada, por um lado, por autores como Enzo Faletto e Fernando Henrique Cardoso, e por outro, por pesquisadores como André Gunder Frank e Theotonio dos Santos. Apesar de apresentarem diferenças teóricas pontuais, todas estas abordagens teóricas mencionadas acima, desde Rodan, têm pelo menos um elemento em comum, qual seja, propõem uma diferença qualitativa entre desenvolvimento de crescimento econômico entendendo este último como mero crescimento quantitativo de indicadores macroeconômicos, em particular da renda per capita.

No decorrer das décadas seguintes aos anos 1970, muitas outras contribuições seguiram, tornando a discussão sobre desenvolvimento econômico cada vez mais rica e complexa. Por exemplo, os neoschumpeterianos trouxeram a discussão sobre o papel da inovação representada pelas tecnologias da informação. Por outro lado, Karl Polanyi e Amartya Sen trouxeram discussões mais subjetivas quanto aos aspectos qualitativos e éticos do desenvolvimento humano. Há que se mencionar também a contribuição seminal de autores como Nicholas Georgescu-Roegen, Herman Daly e Ignacy Sachs (dentre vários outros) que ressaltaram os problemas para a sobrevivência das futuras gerações decorrentes do uso indiscriminado dos recursos naturais, abrindo espaço para uma discussão sobre desenvolvimento econômico e sustentabilidade ambiental.

Este rápido retrospecto pretende simplesmente mostrar um pouco sobre evolução da literatura acerca do tema do desenvolvimento. Pode-se notar que a complexidade deste assunto cresceu significativamente nas décadas pós segunda guerra, e que as variáveis que passaram a ser apreciadas pelos autores abrangeram cada vez mais aspectos sociais e culturais. Segundo Jameson (2006), as discussões recentes sobre o desenvolvimento se caracterizam pelo entendimento desses aspectos culturais, considerando-os como fundamentais para compreender as causas do subdesenvolvimento.

Nesse sentido, a abordagem teórica conhecida como Economia Institucional oferece uma rica ferramenta de análise. A corrente teórica iniciada pelo economista americano e precursor da Escola Institucionalista, Thorstein B. Veblen (1857-1929) entendeu que as instituições dão forma e consistência às ações humanas. Além disso, o autor postula que estudo das instituições e de sua evolução permite compreender a maneira pela qual os fenômenos

econômicos se desdobram ao longo de seu processo histórico. Enquanto tema de grande relevo na agenda da Ciência Econômica, o desenvolvimento não foge a esta proposição.

Para Salles (2011), a abordagem institucionalista entende que desenvolvimento econômico é distinto de crescimento econômico. por ser historicamente e institucionalmente denso. Dessa forma, as alterações estruturais nas instituições e nas relações econômicas e sociais dão a forma ao desenvolvimento como um conjunto de processos que se desdobram de maneira evolutiva, gradual e interdependentemente. No mesmo sentido, Campos (2016) entendeu que o desenvolvimento econômico pode ser compreendido enquanto um processo de mudança institucional com não negligenciável dependência da trajetória. Tal processo pode ser deliberado ou não, mas é sempre produto da interação entre indivíduos e instituições, resultando em um processo dinâmico no qual a história deve ser levada em conta. Assim, a partir da literatura institucionalista elaborada por Veblen e por autores Veblenianos, esta dissertação pretende assimilar de que forma esta abordagem teórica ajuda a compreender os problemas encontrados na busca pelo desenvolvimento econômico.

Como se sabe, mais de uma escola de pensamento reivindica para si o título de institucionalista. Diante dessa diversidade, é importante deixar claro que esta pesquisa está focada em discutir este fenômeno baseado na abordagem evolucionária elaborada por Veblen, e por autores que se propuseram a seguir esta tradição teórica inaugurada por ele, principalmente o inglês Geoffrey Hodgson. Por outro lado, o campo do desenvolvimento econômico também possui um amplo leque de contribuições, como mencionado anteriormente. Diante dessa diversidade, a escolha das teorias a respeito do desenvolvimento analisadas procurou abarcar a primeira fase de teóricos que analisaram o desenvolvimento econômico como diferente de crescimento, bem como discussões mais contemporâneas, de forma a mostrar, ainda que dentro dos limites possíveis, a evolução do pensamento institucionalista sobre desenvolvimento. Dentro desse critério, priorizou-se autores que tiveram importantes contribuições para o debate dentro do referencial institucionalista. Tendo isso em mente pode-se asseverar que o objetivo desta pesquisa é analisar as convergências entre a metodologia evolucionária e as contribuições teóricas de Gunnar Myrdal e Ha-Joon Chang. Tem-se como hipótese de que as convergências teóricas entre ambos autores são significativas e revelam a importância da análise institucional no debate sobre desenvolvimento econômico.

Para cumprir este objetivo, a metodologia utilizada será a revisão bibliográfica, dada a caráter teórico do objetivo proposto. A revisão bibliográfica dos autores será focada em suas publicações diretamente dedicadas ao tema "desenvolvimento", ainda que não explicitamente

sobre o papel das instituições. Uma breve bibliografia secundária complementar o panorama de suas respectivas interpretações sobre o assunto. A dissertação será organizada em quatro capítulos, além deste primeiro capítulo introdutório. O seguinte abarcará o a contribuição teórica de Thorstein Veblen para a Velha Economia Institucional, resgatando as origens da metáfora darwinista utilizada por ele e sintetizando a epistemologia do autor tal como organizada por Geoffrey M. Hodgson. Os três pilares acima permitirão a inferência de uma metodologia institucional evolucionária, que será utilizada como ferramenta de análise nos próximos capítulos. O terceiro capítulo apresenta e discute as contribuições de Gunnar Myrdal sobre desenvolvimento econômico, tendo em foco suas convergências com a metodologia evolucionária. O quarto trata das contribuições de Ha-Joon Chang procurando manter a mesma postura metodológica adotada no que tratou de Myrdal. O capítulo final resumirá os principais resultados encontrados na pesquisa, bem como avaliará o cumprimento dos objetivos e hipóteses iniciais do trabalho.

2 TEORIA E MÉTODO DA ECONOMIA INSTITUCIONAL EVOLUCIONÁRIA

2.1 Considerações Iniciais

Este capítulo consiste na apresentação da Economia Institucional Evolucionária (doravante EIE), que será utilizada como suporte teórico para a presente pesquisa. A compreensão dos conceitos originais, categorias de análises e das principais relações derivadas delas, fornecerá o subsídio necessário para a utilização da metodologia proposta pela EIE na análise das teorias de desenvolvimento econômico, a ser realizada no próximo capítulo.

Buscar-se-á compreender os conceitos que funcionam como pilares da EIE, quais sejam os hábitos, as instituições, a causação cumulativa e a causação reconstitutiva de cima para baixo. Em sequencia, buscar-se-á entender de que forma os fenômenos econômicos podem ser entendidos por meio desses conceitos, bem como as relações entre eles e os efeitos resultantes.

Por outro lado, tendo em vista que o objetivo da pesquisa, como um todo, consiste na interpretação institucionalista de teorias de desenvolvimento econômico selecionadas – que são intrinsecamente dinâmicas – será realizada tentativa de compreender os possíveis mecanismos da mudança institucional, discussão não resolvida no âmbito da escola utilizada.

Visando cumprir os objetivos propostos acima, este capítulo contará com quatro seções e uma subseção, além destas considerações iniciais. A primeira seção resgatará as origens da EIE, bem como perpassará pela metáfora evolucionista cunhada por Thorstein Veblen. A segunda caracterizar-se-á pela apresentação e análise dos conceitos que configuram a EIE e contará, ainda, com uma subseção que apresentará notas sobre a discussão a cerca dos mecanismos da mudança institucional. A quarta seção consistirá em um esforço de identificação da metodologia resultante das categorias de análise da EIE no âmbito das obras originais de Thorstein Veblen. Por fim, serão realizadas breves considerações finais à cerca das análises cumpridas.

2.2 À cerca das origens da Economia Institucional Evolucionária e de sua metáfora darwinista

O programa de pesquisa da EIE teve seu início com os trabalhos de Thorstein Veblen, no final do século XIX, ainda que o nome da escola tenha sido concebido apenas mais tarde por

Hamilton, em seu artigo de 1919. O contexto da ciência econômica no período de início desta escola ainda não mostrava o nível de maturidade e organização, enquanto ciência independente, que se observou mais tarde. Em parte em razão dessa menor diferenciação formal da ciência econômica e em parte graças às suas particularidades, a EIE caracterizou-se por uma ciência multidisciplinar.

Vale ressaltar que uma das maneiras pelas quais o autor discute os fenômenos econômicos é por meio de metáfora. Nesse sentido, esta seção se ocupará da metáfora primordial concebida por Veblen, qual seja a que relaciona a evolução dos fenômenos econômicos à Teoria da Evolução das Espécies de Charles Darwin (doravante TEE). Assim, esta seção possui como objetivo resgatar alguns aspectos introdutórios, bem como elucidar quais aspectos da teoria da evolução das espécies foram utilizados como ferramenta para a compreensão da evolução dos fenômenos econômicos.

Para tanto, serão apresentados alguns conceitos e aspectos centrais da TEE, bem como da filosofia resultante dela. Ressalta-se que não é objetivo deste trabalho discorrer detalhadamente sobre a teoria da evolução das espécies, mas sim focalizar a discussão sobre seus aspectos mais diretamente relacionados à EIE.

A evolução darwinista é um conceito advindo da biologia e refere-se à teoria da evolução das espécies desenvolvida por Charles Darwin na primeira metade do século XIX. Apesar de sua origem na biologia, a teoria foi transbordada para diversas outras ciências, seja graças ao sucesso que obteve em se tornar o paradigma dominante em sua área, seja devido à plasticidade com que suas categorias de análise e metodologia se adaptaram àquelas². Entre as ciências que buscaram no darwinismo inspiração para a explicação de seus fenômenos, encontra-se a economia, especialmente a economia evolucionária institucional.

O tratamento de uma ciência como evolucionária na economia pode referir-se a diferentes escolas econômicas³. Do mesmo modo, a escola institucionalista caracteriza-se pela pluralidade, de forma que se faz necessário esclarecer que, no presente trabalho, trata-se por

²A utilização da metáfora darwinista carrega atrás de si um histórico intrincado de justificação de conflitos e segregações. Entretanto, como advogou Hodgson (2004) em pesquisa realizada em periódicos de 1850 até a atualidade, a grande maioria das menções ao darwinismo nas ciências sociais foram críticas à referida utilização. Por outro lado, tais tentativas de utilizar o darwinismo para justificar o racismo, o sexismo, a eugenia e a guerra baseavam-se preponderantemente em versões idiossincráticas do mesmo, fato que é reforçado pelo posicionamento político de Darwin contrário a elas. Por fim, foi possível encontrar vasta contribuição à economia da aplicação do darwinismo completamente dissociada de seu passado obscuro.

³Nota-se a Nova Economia Institucional e a Neoschumpeteriana. Vale ressaltar, entretanto, a afirmação de Hodgson (1993) de que, ao contrário da escola derivada de seus escritos, os trabalhos Schumpeter não se caracterizavam como evolucionários, já que eram ontogenéticos, enquanto que os evolucionários eram filogenéticos.

Economia Institucional Evolucionária o pensamento derivado dos trabalhos seminais de Thorstein Bunde Veblen e continuado por seus adeptos.

A proposição vebleniana de ciência evolucionária surgiu em resposta à sua observação quanto aos limites da ciência econômica. Em um de seus mais consagrados trabalhos, o artigo de 1898, sustentou que a ciência econômica carecia de avanços e não se mostrava capaz de acompanhar as outras ciências da época. Ao contrário das outras ciências, a economia se apegava de tal maneira a seus dogmas e pressupostos que enfrentava grande dificuldade de perceber quando estes não eram mais adequados para explicar os fenômenos econômicos, e mesmo em identificar a existência de princípios mais adequados para fazê-lo. Assim, em consequência de seu apego ao êxito em explicar determinado contexto, a economia não abriu os olhos para outros caminhos e possibilidades e não se aprimorou enquanto ciência.

The process of change in the point of view, or in the terms of definitive formulation of knowledge, is a gradual one; and all the sciences have shared, though in an unequal degree, in the change that is going forward. Economics is not an exception to the rule, but it still showstoo many reminiscences of the " natural " and the " normal," of "verities " and " tendencies," of " controlling principles" and "l disturbing causes," to be classed as an evolutionary science (Veblen, 1898 b, p. 381)

Em resposta à referida limitação, Veblen buscou conceber uma teoria econômica que possuísse caráter evolucionário e a definiu como a teoria de uma sequência cumulativa de instituições econômicas exprimida pelo próprio processo (VEBLEN, 1898c). As expressões utilizadas por Veblen mostram, entre outros aspectos, a centralidade do processo de evolução *per se*, característica essa advinda da biologia darwiniana.

Entretanto, a centralidade do processo de evolução não foi a única característica da qual Veblen se apropriou. O autor institucionalista concebeu ampla metáfora econômica através da teoria darwiniana. Ressalta-se, todavia, que tal utilização metodológica foi seletiva. Veblen não realizou simples extrapolação dos conceitos e análises biológicos para a economia. O que ele fez foi entender os fenômenos econômicos com as ferramentas darwinistas adaptadas às características e especificidades da ciência econômica sob a justificativa de que esta se mostrava mais adequada do que a metáfora mecanicista. Todavia, pode-se afirmar que a principal inspiração advinda da biologia por parte de Veblen encontra-se na importância atribuída ao processo de evolução e na aplicação dos princípios de variação, seleção e transmissão das características.

Em concordância com as críticas de Veblen, Geoffrey Hodgson (1993) advogou que a análise da economia tradicional possuía caráter ontogenético, enquanto a economia evolucionária lograva possuir caráter filogenético. Com esta interpretação, o que Hodgson procurou ressaltar era justamente a importância atribuída ao processo de evolução na obra de

Veblen, em contraste com o caráter estático da economia tradicional. Enquanto Veblen buscou compreender os desdobramentos dos fenômenos econômicos sem almejar um fim determinado ou perfectibilidade, a economia convencional se caracterizou pelas relações rígidas e previsíveis de causa e consequência entre variáveis dadas.

Nota-se que alguns dos pontos tratados carregam consigo uma análise mais profunda, que carece ser tratada em maior detalhe. Dessa forma, as próximas seções serão dedicadas à análise mais cuidadosa de alguns desses aspectos. A seção e a subseção seguintes serão dedicadas à elucidação dos conceitos e categorias de análise da EIE.

2.3 Os conceitos essenciais da Economia Evolucionária Institucional

2.3.1 Hábitos, Instituições e Causação Cumulativa

O objetivo desta seção consiste em discorrer sobre os principais conceitos do corpo teórico da EIE para que, posteriormente, os aspectos metodológicos possam ser abordados. Na seção introdutória do capítulo foi apresentada a definição elaborada pelo próprio Veblen do conceito de ciência econômica evolucionária. Em suma, segundo o autor, uma economia evolucionária deve ser entendida como uma sucessão de fenômenos econômicos em desdobramento, cuja conjunção expressa e reflete a evolução das instituições. Esta visão orgânica do desenvolvimento da atividade econômica foi inspirada na abordagem evolucionária da biologia Darwiniana.

Reconhecido como pai do institucionalismo (HODGSON, 1999) e como maior expoente da chamada velha economia institucional, Veblen dedicou-se à concepção dos conceitos e relações que deram origem a esta vertente da economia. Foi precisamente devido ao caráter seminal de sua empreitada que sua obra se caracterizou pela amplitude e leveza no tratamento. Conseqüentemente, a leitura dos escritos de Veblen proporciona uma investigação abrangente de aspectos diversos de fenômenos socioeconômicos, de uma maneira quase holística, mas nem sempre profunda.

Segundo Russett (1976) *apud* Hodgson (2004c), Veblen era uma espécie de borboleta intelectual, já que seus escritos fervilhavam de percepções fragmentárias que se colocadas juntas conformavam o esboço de um esquema de evolução, perpassando (entre outros aspectos) pela relação entre os instintos, os hábitos, as instituições, e pelo processo de causação cumulativa. A análise que segue consistirá em uma tentativa de compreender os

conceitos fundamentais da economia institucional por meio da lógica implícita no desdobramento dos fenômenos explorados por Veblen em sua obra.

Entretanto, mais do que buscar conceitos prontos em obras posteriores, esta seção tentará encontrar o sentido atribuído por Veblen aos conceitos mencionados em sua argumentação. Em razão disso, é preciso reconhecer não só o risco imaneente da livre interpretação, como a necessidade de demonstrar a robustez e a significância de tal esforço por meio da contribuição de outros autores que se debruçaram sobre o assunto.

Dito isso, é preciso reconhecer que, apesar de Veblen ter atribuído atenção relevante ao conceito de instinto, às suas características, variações e importância (MONASTERIO, 1998), este desempenha papel menor do que o conceito de hábitos no âmbito deste trabalho. Assim, apesar de sua reconhecida importância na obra de Veblen, os instintos serão tratados de forma breve em comparação aos hábitos e às instituições.

O conceito de instinto utilizado por Veblen não possui o significado literal do termo em biologia. Para ele, instintos não tratam de respostas automáticas a determinados estímulos, mas de uma propensão a agir de determinada maneira deixando, entretanto, espaço para a ação deliberativa do homem. Ou seja, o instinto é uma propensão inata do homem, ainda que ele possua capacidade avaliativa do resultado de seus atos e seja capaz de agir com propósito. Os principais instintos elencados por Veblen em suas obras foram o instinto para o artesanato, o instinto para o esporte e a emulação. Nesse ponto é preciso ressaltar que, segundo Conceição (2007), os dois primeiros instintos caracterizam-se por propensões comportamentais adquiridas pelo homem por meio da seleção natural, enquanto o terceiro configura uma propensão adquirida pela interação social. Assim, os dois primeiros teriam sido originalmente batizados de instintos por Veblen, enquanto que o terceiro teria sido chamado apenas de hábito. Todavia, em prol da fluidez e sem perder de vista a sutil diferença entre eles, todos serão designados por instintos doravante.

O instinto para o artesanato se relaciona à apreciação do trabalho bem feito e imbuído de propósito, e está diretamente relacionado à satisfação das necessidades para a sobrevivência da comunidade. Ainda segundo Conceição (2007), em consequência deste instinto, o homem possuiria uma percepção quase estética do que é fútil, evitando desperdícios na comunidade. O instinto para o artesanato é um instinto de cooperação industrial e, segundo Veblen (1898), predominou na etapa evolutiva em que o homem necessitava do auxílio de outrem para garantir a sobrevivência.

O instinto para o esporte, por sua vez, é caracteristicamente uma propensão individualista, já que não representa uma utilidade clara para a comunidade mas sim para o

indivíduo. O instinto para o esporte se relaciona com a necessidade de demonstrar proeza, habilidade e coragem, posto que seu objetivo é demonstrar a capacidade de adaptação de um indivíduo que não precisa da ajuda do outro para sobreviver e pode, portanto, subjugar-lo⁴. Tal instinto está intimamente relacionado à guerra, à necessidade de dominação e ao estabelecimento de relações hierárquicas (CONCEIÇÃO, 2007; VEBLEN, 1898).

Já a emulação relaciona-se à necessidade de se comparar e concluir-se melhor do que os demais indivíduos (VEBLEN, 1898c). Segundo Conceição (2007),

A propensão emulativa é fruto da natureza social da espécie. É natural que em uma espécie social cada indivíduo busque se comportar de modo a reduzir as chances de rejeição pelos demais membros da comunidade, posto que esta rejeição dificultaria sua própria sobrevivência. No homem esta propensão faz com que ele busque reproduzir as atitudes vistas pela comunidade como meritórias e evite aquelas que recebem desaprovação (Conceição, 2007, p. 186)

Monasteiro (1998), por sua vez, afirmou que as propensões – natas ou adquiridas - representam o fim último da ação humana, mas, apesar disso, não fornecem uma boa explicação da forma como tais fins podem ou devem ser alcançados. Na interpretação institucionalista utilizada neste trabalho, é possível afirmar que a ação humana é guiada sobremaneira por seus hábitos, resguardada a importância do instinto, do propósito e da capacidade avaliativa e deliberativa. Na definição ontológica de Veblen o homem é uma coerente de propensões e hábitos que buscam a realização por meio de ações em desdobramento. Dessa forma, para compreender a faceta da ação humana expressa nos fenômenos econômicos, é necessário apreender o papel e a importância dos hábitos (VEBLEN, 1898c).

No artigo intitulado *The instinct of workman ship and their irksomeness of labor* (1898b), Veblen elucidou que os hábitos estão intrinsecamente relacionados à esfera material da vida, são a expressão do modo de realizar as tarefas cotidianas. Para ele, o ambiente, representado pela esfera material, seleciona os hábitos mais coerentes com suas necessidades, assim a história da vida econômica de uma comunidade seria como sua história de vida, principalmente considerando seu molde pelos interesses dos homens nos meios de vida materiais. Esse interesse econômico tem muito valor na moldagem do crescimento cultural de todas as comunidades (VEBLEN, 1898c).

⁴Segundo Conceição (2007), o instinto para o artesanato foi predominante nas fases em que o homem enfrentava inegável dependência da comunidade para a sobrevivência. Entretanto, com o desenvolvimento das forças de produção, o aumento dos excedentes criou condições para que a cooperação fosse cada vez mais deixada de lado em prol do individualismo. Dessa forma, ainda segundo Conceição, Veblen defendeu que a predominância do instinto para o esporte não pode ser considerada nata, já que não se deu em todos os períodos, mas sim adquirida socialmente.

Aliando a adequação às necessidades materiais dos hábitos selecionados ao fato de que o homem faz com mais facilidade e comodidade aquilo que faz com frequência, a própria rotina reforça os hábitos. Assim, ele tende a manter os hábitos convenientes ao seu modo de vida, ou seja, aqueles que se encontra em maior conformidade com suas necessidades materiais. O processo de habituação e reforço, bem como a eliminação seletiva dos hábitos em discordância daqueles estabelecidos, torna o processo cumulativo e, conseqüentemente, os hábitos cada vez mais arraigados. Por outro lado, segundo Veblen, o homem pensa com mais frequência e facilidade a respeito do que faz de maneira ordinária e habitual em sua vida. Dessa forma, os hábitos adquiridos ao longo da vida se enraízam e conformam a maneira como o homem percebe o mundo. O homem se torna embebido de tal maneira em seus hábitos que tornam-se parte até mesmo de sua capacidade cognitiva, se tornando hábitos de pensamento, lentes com as quais ele vê e percebe o mundo (MONASTEIRO, 2007; VEBLEN, 1898a).

Quando um hábito, de tão arraigado, se torna um hábito de pensamento, tem-se a matéria-prima essencial para a constituição de uma instituição, conceito central da EIE. Assim, no âmbito desta Escola, pode-se definir uma instituição como um hábito de pensamento que é formado por meio do enraizamento e da generalização daqueles hábitos comportamentais selecionados por estarem em acordo com as exigências da manutenção da vida. Veblen denomina esse processo de institucionalização de causação cumulativa, onde cada causa contém em si causas anteriores, em processo sem final previsível e mediado pela interação mencionada.

Veblen evidenciou a correspondência dos hábitos com as necessidades da vida material, bem como a forma cumulativa e incontinente segundo a qual o processo de habituação se desenrola. Ademais, o autor ressalta caráter não randômico do processo, que é mediado pelas propensões naturais. Assim, a institucionalização dos hábitos se dá por meio da causação cumulativa, que se caracteriza pelo desdobramento de causas e efeitos que se sobrepõe de maneira incontinente e de forma consistente em relação às propensões naturais, sempre em resposta às necessidades impostas pelo meio.

Em seu trabalho mais conhecido, *A Teoria da Classe Ociosa*, Veblen realiza uma ampla e fértil digressão sobre o surgimento das instituições da classe ociosa e da propriedade privada. Ao longo desta digressão, é possível perceber o papel central desempenhado pelos hábitos, posto que a sequência lógica descreve como são institucionalizados em um processo evolutivo intrinsecamente relacionado com a esfera material, e em resposta à propensão emulativa do homem.

O processo de institucionalização é descrito até o momento em que o objetivo inicial do hábito, qual seja, a aceitação pela comunidade decorrente da emulação, se desvincula da instituição gerada durante o processo. Assim, os agentes simplesmente tomam determinada prática como natural sem necessariamente atentar para sua motivação original. Este processo de institucionalização ocorre por meio de uma sequência cumulativa e ininterrupta de causas, sempre em resposta à interação entre as propensões e o meio.

A análise do processo parte do que ele chama de sociedades bárbaras, caracterizadas por clara divisão de classes. Tais povos percebiam os trabalhos de formas diferentes. Os trabalhos relacionados à produção e à manutenção das condições básicas de vida eram considerados inferiores, enquanto aqueles que demandavam coragem e proeza, como a caça e a guerra, eram considerados superiores. Por outro lado, a apropriação de coisa alheia à força não era considerada ato produtivo no sentido atribuído às atividades inferiores mas, antes, como criação de coisa nova. A divisão destas tarefas delineou uma configuração social na qual homens eram responsáveis pelas tarefas superiores e mulheres pelas consideradas como inferiores⁵.

A classe ociosa, no sentido de que não é responsável pelo trabalho produtivo, surgiu por meio da responsabilização dos homens pelas tarefas de proeza, ficando as mulheres responsáveis pelos trabalhos relacionados à manutenção da vida. Por outro lado, a atividade guerreira do homem ocasionava que, ao derrotar o inimigo, este roubava suas mulheres em sinal de emulação de sua superioridade, o que configurava propriedade da mulher pelos homens como a primeira forma de posse. Assim, ainda segundo Veblen, a classe ociosa e a propriedade privada possuem uma origem comum: a diferenciação do trabalho do homem e da mulher.

A propriedade das mulheres do inimigo em certo momento se estendeu a todas as mulheres, o que originou o casamento como uma forma de propriedade uma vez que o homem se tornava senhor da mulher/esposa. Da mesma forma, a apropriação emulativa das mulheres estendeu-se aos escravos de guerra. Com o aumento cada vez maior da produção e dos excedentes, bem com a acentuação do caráter industrial das sociedades, a posse de escravos se tornou valiosa por seu potencial produtivo, não apenas pela constatação da vitória implícita em sua posse. Concomitantemente, a riqueza começou a ser valorizada de forma

⁵Veblen inicialmente explica a razão por trás dessa divisão social de tarefas pelas diferenças anatômicas entre os sexos. Entretanto, à medida que aprofunda sua análise, o autor acaba reconhecendo que as diferenças físicas se davam em resultado da diferenciação dos papéis sociais, fato evidenciado pela notável semelhança física entre homens e mulheres bárbaros em determinadas épocas. Assim, pode-se tomar esse ponto como uma discussão a ser resolvida.

independente da proeza implícita em sua posse. Ou seja, a riqueza passou a ser considerada algo bom a ser buscado e por si só um símbolo de emulação. Veblen (1898, p. 17) expressa esta ideia da seguinte forma:

Gradualmente, a atividade industrial se sobrepõe à atividade predatória na vida diária da comunidade e nos hábitos de pensamento dos homens, à medida que isso acontece, a acumulação de bens toma cada vez mais o lugar dos troféus obtidos em façanhas predatórias, como índice convencional de prepotência e de sucesso.

Com a valorização da riqueza como forma de emulação surgiram o consumo e o ócio conspícuos, práticas cujo único objetivo era demonstrar a riqueza de seu praticante. Por consumo conspícuo entende-se a capacidade ostensiva de consumo, ou a capacidade de manter o nível de consumo muito acima das necessidades básicas e de forma manifesta. Por sua vez, o ócio conspícuo pode ser identificado pela capacidade de gastar o tempo de maneira evidentemente improdutivo. Em decorrência dos hábitos de consumo e ócio conspícuos surgiram determinadas regras de condutas, bem como a apreciação de esportes caros e que demandavam tempo para o aprendizado, a valorização das habilidades relacionadas às artes, o aprendizado de várias línguas, etc. Todos estes hábitos foram selecionados por sua excessiva demanda de tempo e dinheiro, ou, em outras palavras, por sua eficiência em emular a posse de ambos por quem o realizava (VEBLEN, 1898a).

A posse de empregados cada vez mais especializados e a quase obrigatoriedade do ócio das mulheres de famílias abastadas também surgem como forma de emular a capacidade do senhor em manter servos e mulheres ociosos, já que demandam grande capacidade financeira por parte dele. Concomitantemente, o contínuo aumento da riqueza gerou a hierarquização e a complexificação da classe ociosa dado que os empregados de luxo e as esposas também o praticam ainda que em prol da emulação de um senhor.

Essa hierarquização pode ser observada pelos diferentes níveis de riqueza e emulação, bem como pela diferenciação dos cargos ocupados pelos integrantes da classe ociosa que acabam realizando tarefas relacionadas à política e a guerra, por exemplo. A complexificação pode ser notada, por exemplo, por meio da modificação no papel da mulher que, apesar de ser considerada hierarquicamente inferior ao homem, assume o posto de responsável por grande parte da emulação da família já que cabe a ela (principalmente) realizar o ócio e o consumo conspícuo de seu marido. Os empregados de luxo também são expressão desta complexificação uma vez que alguns são contratados para ostensivamente quase não realizarem trabalho útil alguma atividade altamente especializada e cara. Na passagem que segue, Veblen (1898, p. 41) elucida a sutil mudança no papel da mulher, ilustrando a complexificação no âmbito da classe ociosa.

Assim, como resultado mais recente dessa evolução de uma instituição arcaica, a mulher que era no começo, tanto de fato como em teoria, criada e serva do homem e produtora de bens para o consumo do senhor, tornou-se consumidor cerimonial dos bens por ele produzidos. Mas ainda inequivocamente permanece sua serva em teoria, pois a habitual utilização do ócio e do consumo vicário é a marca indelével do servo não liberto.

Com a hierarquização e complexificação da classe ociosa, torna-se cada vez menos claro que o objetivo inicial desta prática remonte à necessidade de emular características consideradas superiores como a proeza e a coragem. Entretanto, a emulação ainda existe apenas sob diferentes aspectos. O desdobramento das circunstâncias ocasionou que a emulação da coragem evoluísse na ostentação da riqueza. Por sua vez, a emulação da riqueza naturalizou-se nos códigos de conduta da classe ociosa, e posteriormente, em sua concepção do que é bom e correto. Esse processo é precisamente a expressão da transformação de hábitos comportamentais em hábitos de pensamento, ou seja, da institucionalização de hábitos por meio da causação cumulativa. Na passagem da ATCO que segue, Veblen (1898, pp. 71,72) ressalta a incorporação do consumo conspícuo aos valores passados de geração em geração, evidenciando a forma como a institucionalização de um hábito o torna de tal forma enraizado que este se desvincula da propensão que o originou em termos do ponto de vista da percepção do indivíduo.

À medida que o tempo passava, cada geração subsequente ia recebendo essa tradição de dispêndio meritório da geração que procedera, e por sua vez elaborando a envigorando a regra tradicional de respeitabilidade pecuniária nos artigos de consumo; até que finalmente chegaram a um tal grau de convicção no tocante à indignidade de todas as coisas não dispendiosas, de modo que já não há engano possível quando se formula a seguinte frase: 'barato e ordinário'. Tão completamente se arraigou em nosso pensamento esse hábito de aprovarmos o caro e desaprovamos o barato, que adotamos pelo menos algumas doses de desperdício em nosso consumo, muito embora tais artigos sejam consumidos na mais estrita intimidade e sem a menor idéia de ostentação.

Algumas características dessa evolução descrita por Veblen mostram claramente sua concepção do desdobramento dos fenômenos econômicos. Primeiramente, o autor reitera ao longo de todo o livro que o fim último da classe ociosa e da propriedade privada consiste na emulação. Veblen também reforça o papel dos outros instintos e, de maneira central, o papel do instinto para o artesanato. É preciso reconhecer também seu esforço em mostrar o espaço e a importância da capacidade avaliativa e da ação com propósito, que são características do homem. Ou seja, Veblen não só reafirma na ATCO sua concepção ontológica do indivíduo como um complexo de propensões e capacidade deliberativa, como também o caráter não randômico do processo de causação cumulativo, sempre mediado pelos instintos e propensões.

Em segundo lugar, mas não menos importante, está a centralidade do processo de evolução. Veblen buscou durante todo o livro descrever e analisar o desdobramento dos fatos, a maneira cumulativa como evoluíram, ou seja, o processo de causação cumulativa, onde cada causa foi também causada por outro evento anterior. As formas de emulação vão se modificando ao longo de toda a análise. Entretanto, as modificações não se dão sob rupturas bruscas ou revolucionárias mas de maneira cumulativa, e são sempre reflexo do passado. É neste processo, por exemplo, que a emulação da posse da mulher do inimigo em sinal de poder se transforma cumulativamente na naturalização do estilo de vida das classes mais altas, uma forma mais sutil e sofisticada, mas ainda emulação de poder.

Em terceiro lugar, o processo de causação cumulativa descrito na ATCO tem suas principais mudanças relacionadas às mudanças na esfera material da vida. A existência de maiores excedentes se relaciona à passagem de sociedades pacíficas para guerreiras. A concretização do caráter industrial dessas sociedades se relaciona com a percepção da riqueza como desejável por si só, ou seja, separada do mérito de sua conquista. O aumento da riqueza e a expansão da classe ociosa se relacionam com a hierarquização e a complexificação do ócio e do consumo conspícuos.

De modo geral, o caráter cumulativo do processo, aliado a sua estreita relação com a esfera material da vida, são indícios de que tais hábitos e instituições foram selecionados – já que sobreviveram ao desdobrar dos fatos – por sua coerência e adequação às necessidades impostas pelo ambiente socioeconômico. O processo é usualmente reafirmado pela eliminação de hábitos em desacordo com aqueles tradicionalmente estabelecidos e/ou que não se mostrem em acordo com as necessidades enfrentadas. Ao fim de todo esse processo, um hábito comportamental se transforma em hábito de pensamento, que por sua vez se transforma em propensão natural transmitida de geração a geração. Chega-se assim finalmente às instituições, maneira pela qual Veblen chamou os hábitos de pensamento.

Por fim, dois aspectos aparentemente contraditórios das instituições também podem ser observados na análise de Veblen: sua capacidade de mudança e de permanência. Explicando melhor, ao mesmo tempo em que afirma que os valores de um tempo podem não servir a outro tempo, o que poderia causar certa inadequação das instituições, Veblen mostra como os valores são passados entre as gerações por meio da educação e do código de conduta moral, por exemplo. Ou seja, elas têm capacidade de mudança e evolução por meio de processo lento e cumulativo, mas são principalmente uma fonte de permanência, de estabilidade.

Assim, as principais características da teoria iniciada por Veblen podem ser brevemente resumidas como o entendimento dos fenômenos econômicos por meio da evolução dos hábitos e das instituições, segundo um processo de causação cumulativa que se relaciona diretamente com os instintos inatos do homem, em resposta à ação seletiva do meio socioeconômico e respeitando a capacidade deliberativa do homem. De posse do entendimento da lógica geral da economia institucional e de seus conceitos, é possível partir para a exploração de aspectos como o mecanismo da mudança institucional. Este será o objetivo da próxima seção.

2.3.2 A mudança institucional: A causação reconstitutiva de cima para baixo de Geoffrey Hodgson e comentários a cerca da contribuição de Veblen

O objetivo desta subseção é discorrer sobre os mecanismos da mudança institucional. A teoria da causação reconstitutiva de cima para baixo desenvolvida por Geoffrey Hodgson consiste na contribuição mais robusta sobre o assunto, por isso, sua análise será o foco desta seção. Todavia, a leitura da obra de Veblen traz alguns fragmentos provocativos sobre o tema, de forma que vale a pena perpassar por alguns *insights* do autor em determinadas passagens de seus escritos, o que será feito brevemente a seguir.

Como já mencionado, Veblen se preocupou em discutir uma ampla gama de aspectos da economia institucional, o que significou que nem todos foram tratados com profundidade. O mecanismo de mudança das instituições é um dos aspectos em que isso ocorreu. Entretanto, é possível identificar alguns indícios na ATCO da percepção do autor sobre os mecanismos da mudança institucional.

Em determinadas análises ao longo de seus escritos, Veblen sugere que os critérios de adequação ao meio são determinados segundo os interesses da classe detentora de poder econômico. Ou seja, possuiriam um fundamento por trás que, por sua vez, obedeceriam aos interesses de tal classe. Vale lembrar que um critério de seleção, na prática, molda os hábitos e as instituições já que permitem a permanência apenas daqueles que correspondem às expectativas implícitas no critério. Dado que os hábitos e as instituições moldam todos os aspectos da vida econômica, não é difícil perceber que o molde se dá por meio de tais critérios de seleção.

Trocando em miúdos, os critérios de seleção dos hábitos e instituições pelo meio - implicitamente considerado o contexto econômico - possuiriam um fundamento por trás. Fundamento esse que obedeceriam aos interesses da classe detentora de poder econômico de

forma que a mudança de tais interesses seria a chave para o entendimento da mudança institucional. Isso porque, ao modificarem os interesses, modifica-se o que se considera a finalidade das atividades socioeconômicas por meio da modificação de ponto de vista dominante, que é aquele da referida classe, modificando a cultura no longo prazo por meio do processo de causação cumulativa.

Da mesma forma, Veblen (1989) também sugere qual deva ser o papel desempenhado pelo poder econômico da classe ociosa na mudança institucional. Este parece ser o de estabelecer os critérios de seleção das instituições de forma a preservar seus interesses econômicos. Entretanto, é necessário reafirmar que a contribuição de Veblen sobre o mecanismo detalhado da mudança institucional foi consideravelmente menor do que em relação aos outros aspectos, o que deixa a qualquer afirmação rígida sob sua defesa a respeito do caráter de pretensão. Por outro lado, Hodgson logrou dedicar-se com maior zelo e cuidado a este aspecto específico da teoria, desenvolvendo o conceito de causação reconstitutiva de cima para baixo.

Segundo Hodgson (2006), a causação reconstitutiva de cima para baixo pode ser entendida como o processo por meio do qual as instituições modificam a ação individual e são modificadas por esta, em um processo reconstitutivo mediado pelas instituições. O autor defende uma solução para uma situação que considera inadequada caracterizada por extremos deterministas onde ou a estrutura social determina a ação individual, ou o indivíduo é tido como a base de toda a explicação. Na causação reconstitutiva de cima para baixo o nível superior – as instituições – é ao mesmo tempo causa e efeito do nível inferior – ação individual – da análise, já que, segundo Sperrol (*apud* HODGSON, 2006) há sempre uma correspondência causal que se dá do nível inferior para o superior. Tal propriedade reconstitutiva evita que a relação de causalidade entre as instituições e a ação individual seja determinística.

Por outro lado, a reciprocidade entre os níveis inferior e superior não é perfeita no sentido de que o nível inferior não influencia com a mesma força o nível superior. E é nesse sentido que pode-se dizer que a causação reconstitutiva se dá de cima para baixo na medida em que o processo é mediado pela maior capacidade de influir, dar forma e modificar por parte das instituições. Essa mediação do processo pelas instituições pode ser explicada por duas características das mesmas, quais sejam, sua primazia temporal em relação ao indivíduo e o fato de que configuram propriedade emergente da ação individual.

A primazia temporal das instituições sobre o indivíduo refere-se ao fato de que, ao nascer, bem como durante toda sua formação e educação, o indivíduo já se depara com

instituições sólidas e naturalizadas, de forma que sua influência dá de maneira direta. Para entender a emergência das instituições, por sua vez, é preciso entender o significado de propriedade emergente. Segundo Hodgson (2000, p. 1): *“Emergence refers to the idea that properties within a complex system may not be reducible to constituent micro-elements at a ‘lower’ or constituent level. This is despite the fact that the complex system is composed of, and always dependent upon, such constituent elements.”* Ou seja, quando uma propriedade presente em um todo não pode ser explicada pela simples análise de suas partes menores, ela é uma propriedade emergente de suas partes. Como exemplo, a consciência humana pode ser considerada uma propriedade emergente do sistema nervoso, já que não é possível vislumbrá-la através do estudo anatômico deste.

Entendido o conceito de causação reconstitutiva de cima para baixo, é possível então entender seu funcionamento. Segundo Hodgson, a chave para o entendimento do mecanismo da causação é o próprio hábito. Como anteriormente mencionado, um hábito pode ser entendido como uma propensão comportamental. Em sua forma mais sólida, o hábito de pensamento, esta propensão delimita até mesmo a percepção da realidade por parte do indivíduo. Assim, a razão, a deliberação e o comportamento encontram sua raiz no hábito. Por outro lado, a realização de uma mudança geralmente supõe atos como cálculo, inferência, categorização, etc., ainda que de maneira superficial. Esta é, precisamente, a forma pela qual uma instituição se modifica.

Apesar de não determinar diretamente a ação individual, as instituições agem de maneira direta nos critérios de avaliação, bem como na forma de cálculo e inferência anteriores à ação individual. Assim, a mudança de um hábito se dá mediada por instituições, ainda que não simplesmente determinada por elas, já que há espaço para a emergência de uma ação individual com propósito por meio da causação de baixo para cima. Outro aspecto central deste processo é que a mudança nos hábitos não é simplesmente comportamental. A causação de cima para baixo se desenrola de maneira a resultar em uma mudança de propensões à medida que se torna um hábito de pensamento:

Institutions are social structures with the capacity for reconstitutive downward causation, acting upon ingrained habits of thought and action. The downward causation of institutional structure upon agents results in a reconstitution of purposes and preferences. Causal powers and constraints associated with institutional structures can encourage changes in thought and behaviour. In turn, upon these repeated acts, new habits of thought and behaviour emerge. It is not simply the individual behavior that has been changed: there are also changes in habitual dispositions. In turn, these are associated with changed individual understandings, purposes and preferences (HOGSON, 2002, p. 171).

Em suma, a causação reconstitutiva de cima para baixo pode ser resumida da seguinte maneira: uma mudança nos hábitos comportamentais, realizada segundo os critérios das instituições vigentes, se repetirá até que se torne um hábito de pensamento. Nesse ponto, uma mudança comportamental se torna uma mudança nas propensões comportamentais, ou uma mudança institucional. Ou seja, a mudança institucional se dá em uma relação de causação reconstitutiva entre os hábitos e as instituições, mas de maneira sobrepujante das últimas.

A esta altura é preciso mencionar que se logrou se dedicar com maior cuidado ao mecanismo da mudança institucional, Hodgson não logrou ater-se à possível motivação de tal mudança. Entretanto, a contribuição de Veblen, ainda que superficial, pode conter peças para a montagem deste quebra cabeças. Assim, assumindo o risco evidente no esforço de juntar tais peças, é possível sugerir que a motivação para tal mudança pode se dar em função da adaptação a possíveis novas condições do meio socioeconômico. Retornando ao início desta seção, tais mudanças podem estar relacionadas com reconfigurações da distribuição de poder econômico, ou mesmo com a reconfiguração dos interesses do poder econômico estabelecido. Entretanto, este é por si só um tema para outra pesquisa.

2.4 Uma proposta de metodologia derivada da Economia Institucional Evolucionária

Já foi mencionado neste trabalho que uma das principais contribuições teóricas de Veblen consistiu em sua análise evolucionária da economia. O caráter evolucionário da concepção de Veblen pode ser entendido sob diversos aspectos. O primeiro deles foi ressaltado pelo próprio Veblen em seu artigo *Why is Economics not an Evolutionary Science* (1898), e refere-se à capacidade de uma ciência abrir mão de seus pressupostos quando se defronta com mudança que justifique que assim seja. Esse aspecto é de extrema importância para o entendimento da metodologia proposta pelo institucionalismo e encontra suas raízes no segundo aspecto, qual seja a aplicação da filosofia advinda de Darwin.

The characteristic feature by which post-Darwinian science is contrasted with what went before is a new distribution of emphasis, whereby the process of causation, the interval of instability and transition between initial cause and definitive effect, has come to take the first place in the inquiry; instead of that consummation in which causal effect was once presumed to come to rest (HODGSON, 2003).

A filosofia mencionada refere-se principalmente à centralidade do processo, da evolução. A evolução darwinista é uma teoria sobre processo, não sobre resultados (HODSGON, 2002 a). À relevância assumida pelo processo deve-se juntar a aceção da dependência da trajetória, que resulta em múltiplos finais possíveis. Consequentemente, no

âmbito do institucionalismo, a busca por um resultado específico ou um fim previsível assumem papel secundário. É ainda mais preciso dizer que a filosofia da centralidade do processo não admite a perfectibilidade (HODGSON, 1988, 1993; VEBLEN 1898c).

Segundo Hodgson (1993), há ainda outro aspecto da filosofia darwinista de extrema relevância para a metodologia proposta pela EIE, qual seja os três princípios gerais para que um processo de evolução seja considerado darwinismo. Os três princípios são 1) a existência de uma fonte de variação das características passíveis de evolução; 2) a existência de uma forma de transmissão entre gerações das características selecionadas, e 3) a existência de uma forma de seleção. Segundo os objetivos deste trabalho, esta seção buscará compreender de que forma tais princípios podem explicar os fenômenos da economia por meio das instituições.

O primeiro princípio (variação) é de extrema relevância não só por sua centralidade nas obras mencionadas, mas por ser um dos fatores de diferenciação entre a teoria darwiniana e a teoria lamarckiana. Na teoria lamarckiana a variação é o resultado da interação entre os indivíduos e o meio. Contudo, no darwinismo, a variação é uma condição necessária para a ocorrência da evolução. O recorte seguinte do artigo de 2002 de Hodgson evidencia a centralidade do papel da variação na obra de Darwin.

Nevertheless, it is with regard to the degree of use of the concept of variation that the limited impact of Darwin's theory upon economists can be measured most clearly. 'Variation' is the opening and sustained theme of the *Origin of Species* (Darwin, 1859). The word 'variation' appears in the titles of three of the first five chapters and it is abundantly referenced in the index. The *Origin* without the concept of variation would be like *Das Kapital* without the class struggle, or like Freudian psychiatry without the unconscious (Hodgson, 2002 a, p 3).

No âmbito da economia, a fonte de variação das características selecionadas se relaciona a pelo menos três fatores. O primeiro deles já foi anteriormente mencionado e consiste na constatação de que as instituições nunca estão em completo acordo com o tempo presente uma vez que são reflexo de um desdobramento cumulativo que teve início no passado, remoto ou não. A parcela de inadequação presente nas instituições abre espaço para que o processo de causação reconstitutiva de cima para baixo ocorra. Em outras palavras, dado que as instituições quase sempre não estão em pleno acordo com as necessidades do tempo presente, há um movimento constante de mudança e adaptação nas mesmas, ainda que de maneira discreta, como sugere a seguinte passagem da ATCO:

A evolução da sociedade é substancialmente um processo de adaptação mental de parte do indivíduo, sob a pressão de circunstâncias que já não toleram hábitos mentais formados segundo um diferente conjunto de circunstâncias e segundo um diferente conjunto das mesmas no passado (Veblen, 1898, p. 88, 9).

O segundo fator relacionado à variação também foi brevemente mencionado neste capítulo, caracterizando-se pela defesa do papel da ação imbuída de propósito por parte do homem. Ou seja, é sempre possível que o indivíduo haja em desacordo com as instituições vigentes em resposta a um determinado propósito. Hodgson se referiu a este fenômeno como a causa não causada, ou seja, a causa primeira, aquela que inaugura uma sequência de causas e efeitos. Tal propósito pode não encontrar explicação direta e clara nas instituições vigentes, ou seja, pode funcionar como uma fonte de variação das características das instituições estabelecidas.

Veblen e Hodgson ressaltam ainda a existência de uma propensão natural à curiosidade nos homens aliada à também natural criatividade, como outra fonte de variação das instituições. Todavia, apesar de ter sido tratado de maneira menos profunda por ambos, tal aspecto parece cumprir papel relevante na adaptação a novas situações ambientais, como sugere Hodgson (2003, p. 89) na seguinte passagem:

In other words, variations between units can originate through responses to new configurations and as a result the path dependence of the evolution of each unit. For Veblen, the “instinctive propensity” of “idle curiosity” was also a major ongoing source of variety and invention. “This instinctive curiosity” may “accelerate the gain in technological insight” as well as “persistently disturbing the habitual body of knowledge.

Os três fatores mencionados acima dizem respeito ao princípio da existência de variação no âmbito das instituições. Por sua vez, o segundo princípio do darwinismo (herança) consiste na capacidade de transmitir as características selecionadas entre diferentes gerações, ou a hereditariedade. Aqui, as instituições funcionariam de maneira semelhante aos genes na biologia e a explicação encontra-se na própria definição de instituição. Se as instituições moldam o processo cognitivo dos indivíduos, seus valores e código de conduta, então a própria educação, seja ela familiar ou oficial, significam uma maneira de transmissão do modo de vida advindo de outras gerações.

O terceiro fator diz respeito à existência de uma forma de seleção dos hábitos e das instituições mais coerentes com as necessidades do ambiente socioeconômico. Este aspecto pode ser observado implícita e explicitamente durante toda a obra de Veblen e Hodgson. Ambos os autores perpassam sua explicação dos fenômenos econômicos pela seleção realizada pelo meio. Este aspecto se torna bastante claro quando os autores se esforçam para delinear os processos de evolução ou de enraizamento de uma instituição, seja pela constante afirmação de sua adequação ao modo de garantir os meios de vida, seja pela observação quanto à exclusão de hábitos incoerentes com o mesmo.

Toda a análise histórica realizada por Veblen na ATCO busca relacionar as mudanças nos hábitos e, com o passar do tempo, das instituições com as mudanças na esfera produtiva. Como já mencionado neste trabalho, importantes mudanças institucionais estão sempre relacionadas ao aspecto material, como a transformação de sociedades pacíficas em guerreiras, dado a existência de maiores excedentes pelos quais disputarem. Assim, ainda que Veblen não tenha oferecido as fontes de suas pesquisas históricas e que tal inferência não obedeça necessariamente a critérios de rigor estatístico, a análise histórica do autor parece sugerir que determinados hábitos e instituições são selecionados em detrimento de outros – que são eliminados – em resposta a sua maior coerência e adequação aos modos de vida de cada sociedade, ou ao ambiente socioeconômico, como sugere a passagem seguinte:

A vida do homem em sociedade, bem como a vida de outras espécies, é uma luta pela existência e, portanto, um processo de adaptação seletiva. A evolução da estrutura social foi um processo de seleção natural das instituições. O progresso que se fez e que se vai fazendo nas instituições humanas e no caráter humano pode ser considerado, de um modo geral, uma seleção natural dos hábitos mentais mais aptos e um processo de adaptação forçada dos indivíduos a um ambiente que vem mudando progressivamente mediante o desenvolvimento da comunidade e as mudanças das instituições sob as quais o homem vive. As instituições são elas próprias o resultado de um processo seletivo e adaptativo que modela os tipos prevalentes, ou dominantes, de atitudes e aptidões espirituais; são, ao mesmo tempo, métodos especiais de vida e de relações humanas, e constituem, por sua vez, fatores eficientes de seleção. De modo que as instituições em mudança levam por seu turno a uma ulterior adaptação do temperamento individual e seus hábitos ao ambiente mutável, mediante a formação de novas instituições (Veblen, 1898, p. 87).

Há ainda o entendimento de que os hábitos metaforicamente são como os genes na biologia, sendo responsáveis pela transmissão das características culturais entre as gerações. Nesse aspecto, existe ampla contribuição nas ciências sociais utilizando a mesma relação. Degler (1991) analisou um apanhado de diferentes contribuições que utilizavam a metáfora biológica nas ciências sociais, entre elas a economia. Entre os resultados encontrados pelo autor, destaca-se a recorrente percepção de que a evolução cultural é guiada pelo sucesso reprodutivo. Degler buscou convencer os antropólogos que a sobrevivência humana e reprodução permanecem uma influência importante por trás da evolução contínua das práticas culturais. Ao analisar o uso da metáfora pelos evolucionários Nelson e Winter, ele conclui que sua utilização trouxe um frescor de novidades a uma ciência a muito parada nas análises estáticas.

É preciso ressaltar, porém, que a comparação entre as instituições e a biologia darwiniana deve ser feita com o cuidado de atentar às suas diferenças. As propriedades elencadas nesta seção resultam em comparação das instituições com os genes na biologia. Entretanto, há

diferenças relevantes entre a transmissão de características genéticas e culturais, como a grande diferença temporal e de processo.

Na economia, o processo de transmissão das características se dá ao longo de toda a vida do indivíduo em sua interação social. Isso se dá por meio dos hábitos e das rotinas, ao contrário da biologia, na qual esta se dá na fecundação ⁶. Por outro lado, o processo de evolução genética é significativamente mais lento do que o processo de evolução institucional, fato que pode ser observado pela comparação da evolução do homem enquanto espécie, e da evolução dos processos econômicos. Enquanto a espécie humana logrou evoluir de maneira pouco significativa nos últimos mil anos, os processos econômicos podem ser divididos em diversas eras que se diferem sensivelmente umas das outras.

Por fim, outra comparação com a biologia pode ser útil para compreender as especificidades e avanços da metodologia utilizada pela economia institucional, qual seja, a comparação entre um desenvolvimento ontogenético e um desenvolvimento filogenético. Para entender a diferença entre as duas formas de desenvolvimento, convém entender o significado de ontogenia e filogenia (HODGSON, 1993).

A ontogenia é o processo de desenvolvimento de um organismo desde a fase embrionária até a fase adulta. Grosso modo, pode-se dizer que ontogenia significa o estudo de um processo de desenvolvimento conhecido no sentido de que possui começo, meio e fim previsíveis. Por outro lado, o termo filogenia refere-se ao estudo do desenvolvimento de espécie, inclusive relativamente a outras espécies. Em outras palavras, o desenvolvimento filogenético permite vislumbrar o começo provável da sequência de mudanças, porém, ao contrário da ontogenia, não há um final a ser previsto já que segundo a proposta de evolução darwiniana, todas as espécies estão em constante evolução.

A análise geral da teoria e da metodologia institucional torna possível perceber a maior identificação de sua lógica interna com o desenvolvimento filogenético, ainda que não de modo literal. Ao contrário da economia tradicional, a EIE não se caracteriza pelo estudo de processos conhecidos que se repetem de forma atemporal como são os casos do desenvolvimento embrionário e do equilíbrio geral de Walras. A EIE advoga a compreensão dos fenômenos econômicos com um processo de constante evolução, de modo semelhante à filogenia na biologia. As próprias palavras de Veblen evidenciam a semelhança do processo com a evolução filogenética quando afirma que “não apenas mudaram os hábitos dos homens com as exigências mutáveis da situação, mas essas exigências mutáveis também trouxeram

⁶Dado os objetivos deste trabalho, os conceitos de biologia não serão tratados com profundidade.

mudanças correlatas na natureza humana. O material humano da própria sociedade varia com as mudanças de condições de vida.” (VEBLEN, 1898, pp. 97,8)

Assim, a metodologia da economia institucional se caracteriza pela centralidade do processo de evolução das instituições no entendimento dos fenômenos socioeconômicos. Somando-se a isso a ausência da busca por determinada concepção de perfeição, pode-se afirmar que a economia institucional realiza uma análise filogenética.

2.5 Considerações Finais

A análise do aporte teórico da EIE, principalmente de Thorstein B. Veblen e Geoffrey Hodgson, revelou uma metodologia onde o objeto de análise é predominantemente a instituição. A metodologia institucional utilizada é evolucionária graças ao papel central atribuído ao processo de evolução em sua análise, bem como à percepção de que o desdobramento dos fenômenos econômicos ocorrem de maneira semelhante à evolução genética darwinista. Ou seja, se dá em estreita relação com as necessidades impostas pelo ambiente material em que o homem se encontra. Semelhante à evolução genética, a evolução econômica busca o sucesso adaptativo do homem em seu meio. Consequentemente, a evolução das instituições obedece às três leis da evolução darwinista, quais sejam a variabilidade, a seleção e a hereditariedade, ainda que guardadas as devidas particularidades.

Por outro lado, esta abordagem resulta em uma metodologia onde a relevância ocorre mais no processo do que nos resultados. Não há um fim almejado e a perfectibilidade não é possível uma vez que a evolução é constante e ininterrupta. Entretanto, se não é possível prever com certeza o resultado final, o início é de grande relevância posto que a existência de *path dependence* é outra característica relevante da abordagem. Ressalta-se, também, o reconhecimento do papel desempenhado pela ação deliberativa do homem que não age unicamente em acordo com as instituições, mas é capaz de ser criativo e agir com propósito.

O processo segundo o qual as instituições evoluem dando origem aos fenômenos econômicos caracteriza-se pela causação cumulativa. Consiste em uma sequência infinita e consistente de causas que também são resultado de outras causas passadas, de maneira cumulativa, obedecendo às propensões naturais do homem e em resposta ao meio em que ele está inserido.

Por fim, apesar de se mostrarem sobremaneira estáveis, as instituições evoluem e a mudança institucional pode ser entendida por meio da causação reconstitutiva de cima para

baixo. Isso significa que as instituições mudam por meio dos hábitos comportamentais em um processo mediado pelo ambiente institucional de forma que há uma influência recíproca entre a ação individual – que tem espaço nos hábitos comportamentais – e o ambiente institucional, que media a mudança.

A partir de tal argumentação teórica, esta pesquisa tem por hipótese a existência de importantes influências e convergências teóricas entre EIE e as teorias a cerca do processo de desenvolvimento econômico, posto que são intrinsecamente dinâmicas e perpassam direta ou indiretamente pelo papel desempenhado pelas instituições. Nesse sentido, capítulo seguinte dissecará algumas dessas teorias na tentativa de compreender como e com que relevância se deram tais influências e aproximações.

3 A ANÁLISE INSTITUCIONAL DE GUNNAR MYRDAL E SUAS CONVERGENCIAS COM A METODOLOGIA EVOLUCIONÁRIA

3.1. Considerações Iniciais

O economista sueco Gunnar Myrdal (1898-1987) é amplamente reconhecido no meio acadêmico por suas contribuições à teoria econômica, principalmente no que tange à temática do desenvolvimento econômico. Myrdal faz parte da Segunda Geração da Escola Sueca⁷ (juntamente com Erik Lindahl, Erik Lundberg e Bertil Ohlin), país onde atuou intensamente como *policymaker*⁸ (KINDLEBERGER, 1987). Atuou também como professor, pesquisador e em cargos políticos em diversos países, a exemplo da Comissão Européia das Nações Unidas. Seu trabalho acadêmico se concentra predominantemente, no contexto do pós-guerra e da guerra fria, períodos que deixaram claras marcas no pensamento do autor. Essa influência pode ser notada principalmente em sua crítica à economia clássica, reflexo do chamado “grande despertar” de consciência dos países subdesenvolvidos do pós guerra e na insatisfação com os resultados da divisão internacional do comércio resultante da lei das vantagens comparativas. Sua defesa dos planos nacionais de desenvolvimento refletem o nacionalismo e o intervencionismo representados tanto pela ideologia nacionalista da Europa do pós-guerra, quanto pelo *New Deal* americano⁹. Ressalta-se que, no ano de 1974, Gunnar Myrdal foi agraciado com o Prêmio Nobel de Economia¹⁰ por suas inúmeras contribuições para a ciência econômica, em particular para a discussão sobre desenvolvimento econômico.

Myrdal transcreveu com primazia os resultados de sua análise e experiência em diversos estudos sobre o subdesenvolvimento e suas contribuições teóricas abrangeram também a teoria econômica, a macroeconomia e o desenvolvimento econômico, como um todo (Kindleberger, 1987). Em seus estudos sobre o desenvolvimento elaborou uma complexa análise da evolução dos fenômenos sociais e atribuiu grande importância ao papel das

⁷ Segundo Kindleberger (1987), a Primeira Geração foi composta principalmente por Gustav Cassell, David Davidson, Eli Heckscher and Knut Wicksell.

⁸ Ainda segundo Kindleberger (1987), sua atuação como membro do parlamento sueco em meados da década de 1930 Myrdal propôs várias políticas para diminuição dos efeitos do desemprego no país, conferindo-lhe a reputação de arquiteto do *welfarestate*.

⁹ Myrdal afirma a importância de sua experiência e de seu contexto para a formulação de suas contribuições teóricas em seu discurso em razão do recebimento do Prêmio Nobel de Economia em 1974. Ver: Gunnar Myrdal - Prize Lecture: The Equality Issue in World Development". Nobelprize.org. Nobel Media AB 2014. Web. 15 Jul 2017. <http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/economic-sciences/laureates/1974/myrdal-lecture.html>

¹⁰ Juntamente com Friedrich August Von Hayek.

instituições. Na década de 1970 declarou-se um economista institucionalista¹¹, apesar de já ser bastante notável no conteúdo de seu trabalho. Por estas razões, o trabalho de Myrdal acerca do desenvolvimento foi escolhido dentre os diversos autores desenvolvimentistas do pós-guerra (mencionados no capítulo anterior) será objeto de investigação neste capítulo. O objetivo é avaliar a aderência da teoria proposta pelo autor com a interpretação evolucionária proposta por Veblen e Hodgson.

Tendo em vista da abrangência das contribuições de Myrdal, o capítulo se aterá às obras que mostraram maior aderência à metodologia evolucionária inferida no capítulo anterior. Assim, as principais obras utilizadas serão: *Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas*, 1956; *The Negro problem and modern democracy* (1962a); e *Asian Drama: An Inquire Into the Poverty of the Nations* (1971). Todavia, ao longo da análise, outras obras também serão mencionadas, mas é importante destacar que os três livros acima foram responsáveis pelo desenvolvimento das principais contribuições teóricas elencadas pelo autor acerca de sua interpretação sobre o desenvolvimento econômico. São elas, respectivamente: o conceito e o diagnóstico de subdesenvolvimento, aliados à sua percepção do papel do Estado, o princípio da causação cumulativa, e análise das tentativas de planejamento no sul da Ásia.

Para cumprir com os objetivos acima propostos, o capítulo contará com seis seções, além desta. A primeira discute o entendimento do autor sobre o significado e as causas do subdesenvolvimento. A segunda seção se debruça sobre o que ele entendeu como "estado de desenvolvimento". A terceira apresenta sua proposta de solução ao subdesenvolvimento. A quarta abarca os limites da teoria diante da exposição à prática apontados pelo próprio Myrdal, ressaltando principalmente o crescimento da importância dos costumes, hábitos e formas estabelecidas e difundidas de pensamento em sua argumentação. A quinta seção sumariza as principais conclusões do capítulo.

¹¹ Em 1978 Myrdal publicou artigo intitulado *Institutional Economics*, no qual afirmava definitivamente sua escolha por tal vertente. Todavia, ainda no início da década Myrdal já se referia a sua aproximação da Economia Institucional. Os três seguintes artigos evidenciam a escolha de Myrdal: *Response to Introduction* (1972b); seu discurso pelo recebimento do Prêmio Nobel *The Equality Issue in World Development* (1975); e seu artigo *Institutional Economics* (1978). Em seu discurso de 1975 o autor afirma, ainda, a perspectiva institucionalista em fases anteriores: "I must confess that when, twenty years ago in the middle of the Fifties, I delivered a series of lectures in Cairo focused on the same topic as my present lecture (later published in a volume, *Economic Theory and Underdeveloped Regions*), and in spite of my already then having attempted to redirect my thinking in an institutional direction, I could assert: what is needed is not primarily a distribution of wealth and incomes (MYRDAL, 1975, p. 9).

3.2 O desenvolvimento e o subdesenvolvimento para Gunnar Myrdal

Esta seção objetiva apresentar a contribuição teórica de Myrdal desde sua concepção teórica sobre desenvolvimento até sua autocrítica resultante da observação cuidadosa da realidade dos países do Sul da Ásia. Nesse sentido, buscar-se-á entender a concepção de desenvolvimento do autor, seu diagnóstico quanto às causas do subdesenvolvimento e suas soluções sugeridas. Toda a análise realizada buscará elucidar suas convergências e divergências em relação à metodologia institucional evolucionária inferida no capítulo anterior.

3.2.1. A causação circular cumulativa como forma de evolução dos fenômenos sociais e o subdesenvolvimento

Antes de discutir propriamente a questão do desenvolvimento, Myrdal dedica considerável espaço de seu livro *Aspectos Políticos da Teoria Econômica* (1961) argumentando sobre os objetivos da economia enquanto ciência. Segundo ele, o objetivo da economia deveria ser a mensuração dos fenômenos econômicos como ferramenta para alcançar os objetivos derivados dos valores de cada sociedade.. Nesse sentido, Myrdal defende que o economista deve ser declaradamente normativo, posto que a escolha do objeto de pesquisa, das variáveis, dos pressupostos do modelo possuem valorações implícitas. Consequentemente, não existiria imparcialidade, apenas parcialidade não admitida.. Diante dessa constatação, o autor questiona a supostainconveniência de se medir o desejável defendida pela teoria dominante, ou seja, questiona a condenação da ciência econômica normativa¹².

Como argumento, Myrdal percorre a linha do tempo da história econômica demonstrando que a economia não só não é capaz de se manter estritamente positiva, mas todo seu resultado positivista advém de pesquisas de cunho normativo. Ademais, apesar de não acreditar na capacidade da economia em medir com precisão o desejável, Myrdal questiona a utilidade do acúmulo do empirismo em detrimento da resolução das questões políticas. Segundo Bresser-Pereira (1967), essa proposição permeou toda a obra de Myrdal e levou o autor a concluir que, em vista da impossibilidade de separar a teoria econômica das

normas valorativas, importa torná-las explícitas, de forma que Myrdal defendeu abertamente suas percepções normativas da política econômica.

Como já mencionada, o fato de que o autor vivenciou de perto o despertar dos países subdesenvolvidos¹³ para a patente desigualdade do mundo enquanto trabalhava nas Nações Unidas, ou mesmo sua atuação política na Suécia, pode ter parte da responsabilidade em seu posicionamento. Estas oportunidades possibilitaram a Myrdal se dedicar à tentativa resolver problemas práticos da realidade, articulando sua perícia acadêmica acerca do significado do desenvolvimento econômico com seu diagnóstico das causas do subdesenvolvimento. O autor compreendeu o subdesenvolvimento como decorrente da convivência entre heterogeneidades regionais, e conseqüentes pequenas forças propulsoras de desenvolvimento, com a liberdade das forças de mercado, resultando em concentração e desigualdade¹⁴ (MYRDAL, 1956; 1971, 1974). Em seu livro de 1956, *A Teoria Econômica e as Regiões Subdesenvolvidas*, Myrdal (1956, p. 52) ressaltou essa relação entre heterogeneidade (presente primordialmente nas regiões mais pobres) e liberdade das forças de mercado:

Que há uma tendência inerente no livre jogo das forças de mercado a criar desigualdades regionais e que essa tendência tanto mais se agrava quanto mais pobre for um país, são duas leis mais importantes do subdesenvolvimento e do desenvolvimento econômico do regime *laissez-faire*.

Para compreender melhor esta afirmação é necessário entender a forma pela qual ele entende a evolução dos fenômenos sociais, entre eles o desenvolvimento econômico. Segundo o autor (MYRDAL, 1956), era difundido entre os cientistas de sua época a utilização de alguma noção de causação circular para analisar fenômenos socioeconômicos contudo de maneira bastante imprecisa. Em decorrência, tanto de sua percepção quanto à aderência do conceito de causação à problemática do subdesenvolvimento, quanto da necessidade de precisá-lo, Myrdal dedicou grande parte de suas obras para o exame e síntese das características e funcionamento do que denominou *causação circular cumulativa*.

¹³Segundo Myrdal (1973a), antes da II Guerra o termo utilizado pelos pesquisadores e formuladores de política para os países pobres era atrasado (*backwardregions*), contendo um sentido conformista. Após a II Guerra e o em face do já citado Grande Despertar adotou-se o termo subdesenvolvidos (*underdeveloped countries*), cujo significado remontaria à necessidade de planejamento para o desenvolvimento. Posteriormente, todavia, adotou-se o termo em desenvolvimento (*developing countries*) que, ainda segundo Myrdal, supõe illogicamente que esses países estão de fato se desenvolvendo. Diante deste cenário, o autor optou por utilizar o termo que considerou mais pertinente à sua concepção do problema, qual seja subdesenvolvidos.

¹⁴Nesse sentido, é importante ressaltar que Myrdal não defendeu uma visão antagonista entre igualdade e crescimento. Pelo contrário, em seus artigos *Growthand Social Justice* (1972a) e *EquityandGrowth* (1973b) buscou mostrar as diversas razões pelas quais acreditava que o crescimento era uma etapa relevante do desenvolvimento e de que forma a igualdade seria uma importante auxiliar na busca pelo crescimento. Por outro lado, reafirmou com determinação que por igualdade não se referia apenas à renda e riqueza, mas ao acesso a facilidades essenciais como educação de qualidade, saúde, segurança, etc.

Aliando a experiência advinda de sua atuação profissional e de suas pesquisas, Myrdal alcançou grande sofisticação em sua análise do princípio da causação cumulativa. Sua compreensão demanda aproximações sucessivas e cada vez mais detalhadas e complexas. Como primeira aproximação, podemos compreender este princípio como a mútua influência ou determinação entre dois ou mais fatores, de forma interdependente e cumulativa, conformando um círculo. Dito de outra maneira, a causação circular cumulativa é o processo pelo qual duas ou mais variáveis são simultaneamente causa e consequência umas das outras, o que sugere relevante proximidade com a causação cumulativa de Veblen¹⁵, como será visto adiante.

O aspecto circular da causação gera interdependência entre as variáveis e faz com que o processo permaneça em uma tendência que se acentuará – seja essa tendência benéfica ou prejudicial ao desenvolvimento - o que caracteriza o aspecto cumulativo da mesma. Assim, uma das razões pelas quais a causação é circular está no fato de que não é possível dissociar perfeitamente variáveis puramente causais e variáveis que expressem apenas efeitos na totalidade do processo analisado. Por outro lado, a mútua determinação repetida várias vezes entre as variáveis dá origem a um ciclo, onde o fenômeno que motivou a primeira mudança, será modificado novamente ao final do processo, reiniciando a causação. Assim, na ausência de forças externas, a interdependência circular das variáveis garantirá que a tendência inicial se mantenha e que seus sintomas se intensifiquem. A causação resultará, portanto, em acúmulo de riqueza e avanço ou de pobreza e atraso.

Para exemplificar, é possível revisitar a pesquisa sobre a sociedade americana do ponto de vista do grupo mais vulnerável, que resultou na identificação da existência de uma correlação entre a condição de vida dos negros norte-americanos e a presença de preconceito racial¹⁶, primeira inspiração de Myrdal para a formulação de sua versão do princípio da causação cumulativa. Na análise do autor, a discrepância entre o padrão de vida dos brancos e dos negros nos Estados Unidos está intrinsecamente relacionada à patente presença de preconceito racial do país. Nota-se que a discriminação pode resultar em piores empregos e salários para a população negra, além de separação geográfica e cultural.

¹⁵ Myrdal não atribui especificamente a Veblen a influência sobre seu conceito. Entretanto, é possível afirmar que o autor possuía relevante conhecimento de sua obra e de sua importância, como pode ser percebido em seu artigo *The Need for a Sociology and Psychology of Social Science and Scientists* (1973a) e, principalmente, em seu já referido discurso proferido em 1972, *Response to Introduction*, onde o autor perpassa pelo impacto e importância da contribuição de Veblen.

¹⁶ Myrdal (1972b, p. 458) ressaltou que “*American Dilemma was not a study of the Negroes but of the American society from the viewpoint of the most disadvantage group (...)*”

Por outro lado, ao analisar a origem do preconceito racial e da discriminação, descobre-se que estão relacionados a fatores culturais e socioeconômicos derivados sobremaneira do padrão de vida alcançado pela população. Como por exemplo a ausência de determinados hábitos de higiene relacionados ao nível de instrução, e a adoção de religiões primitivas e/ou extremistas. Por sua vez, o nível de instrução sofre as consequências da segregação socioeconômica e também é, pelo menos em parte, causado pelo preconceito (MYRDAL, 1962). Seguindo a linha de raciocínio proposta por Myrdal, por serem discriminados, os negros tem empregos precários (ou muitas vezes permanecem desempregados), e/ou recebem menores salários. Isso acentua seu baixo nível de saúde e educação. O difícil e limitado acesso ao mercado de trabalho e à educação também está correlacionado com a delinquência, o que acentua a discriminação e a falta de oportunidades, reiniciando o círculo de causação.

Consequentemente, o preconceito racial e o diferencial no padrão de vida dos negros em relação aos brancos nos Estados Unidos são explicados pelo autor a partir desta concepção de um processo de causação circular cumulativo, não por meio de uma relação unidirecional de causa e efeito. É possível dizer que tal aspecto da análise de Myrdal é correlato aos preceitos da EIE, relembrando a crítica desta às análises mecanicista de causalidade e simples e direta, e sua defesa da determinação mútua e multifacetada entre as variáveis. Além disso, o processo descrito em *American Dilemma* guarda muitas semelhanças com uma “*theory of a process, of an unfolding sequence* (VEBLEN, 1898, p. 404), característica de uma ciência evolucionária nos moldes propostos por Veblen e adotados nesta pesquisa.

Por outro lado, os resultados da pesquisa advertiram para o fato de que a tendência apresentada pelo comportamento tanto do preconceito quanto do diferencial no padrão de vida entre brancos e negros norte-americanos e de piora ao longo dos anos, confirmando o aspecto cumulativo da causação. Entretanto, é necessário reiterar que a causação cumulativa também pode ocorrer de maneira positiva, do que decorre que a pesquisa de Myrdal e sua teoria não possuem o caráter pessimista e fatídico que a circularidade acima sugere¹⁷. No caso dos negros dos Estados a circularidade positiva poderia ter início com uma melhoria na educação desta população, na qualidade nutricional de sua alimentação, na saúde e na moradia por meio de políticas públicas, por exemplo. Uma melhora nesses fatores poderia resultar em empregos mais adequados e em um maior nível renda. Isso permitiria aprimorar ainda mais a qualidade

¹⁷De outro lado, houve críticas a respeito de um suposto otimismo demasiado nesta análise. Kindleberger (1987), por exemplo, afirmou que o diagnóstico realizado por Myrdal acerca da realidade dos negros nos Estados Unidos foi otimista e baseado em uma possível crença idealista em igualdade, liberdade e justiça por parte do autor. Entretanto, a revisão de literatura realizada neste trabalho não identificou recorrência nessa crítica.

nutricional, as condições de moradia, a saúde e a educação, diminuindo a discriminação racial. A diminuição da discriminação poderia resultar em melhores empregos e maiores salários, que possibilitaria novo aumento dos fatores acima. Dessa forma, um processo de causação circular cumulativa desta natureza poderia aumentar a qualidade de vida dos negros (MYRDAL, 1962).

Esta propriedade do princípio da causação cumulativa será analisada com maior profundidade mais adiante. Por ora, é importante ressaltar os primeiros indícios do papel das instituições na análise de Myrdal. Ainda que a análise acima tenha sido breve, é possível identificar a presença de alguns fatores que não são tradicionalmente considerados variáveis econômicas, mas que assumem papel central nos processos de causação circular cumulativa descrito. Nota-se, por exemplo, o hábito de pensamento representado pelo preconceito racial e as variáveis que Myrdal apresentou como possíveis origens ou explicações do mesmo, como a cultura, a religião e a educação da população negra. Cada um desses fatores pode ser compreendido como um hábito de pensamento difundido e que advém de gerações, configurando grande similaridade com o conceito de instituição concebido por Veblen e assumido no âmbito deste trabalho.

As semelhanças entre o princípio da causação cumulativa de Veblen, inferido no capítulo anterior, e a causação circular cumulativa de Myrdal também são patentes. Ambos os conceitos se referem a uma forma de evolução que define e intensifica uma trajetória. Entretanto, nota-se que o conceito de Myrdal possui sutilezas que o tornam muito aderente à temática do desenvolvimento. Em razão da escolha pela aproximação gradual da teoria de Myrdal, por ora é possível apenas apontar a circularidade do conceito de Myrdal como uma dessas sutilezas. Ainda assim, é possível afirmar que Myrdal logrou fazer uma aplicação do conceito ao torná-lo mais específico para a aplicação neste tema, como será abordado mais à frente.

Diante desta primeira compreensão do princípio da causação circular cumulativa, é possível dar mais um passo em direção à sua assimilação a partir do entendimento dos mecanismos de funcionamento das forças de propulsão e de regressão. Estes são resultado da ação da referida causação que guardam estreita relação com a percepção de Myrdal sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento. A próxima subseção versará sobre esse mecanismo.

3.2.2 O fluxo de fatores econômicos e não econômicos e a tendência à desigualdade no princípio da causação cumulativa

A pesquisa encomendada a Myrdal pela *Carnegie Corporation* na década de 1940 a respeito da situação do negro nos Estados Unidos permitiu que ele percebesse a existência de um princípio, segundo o qual a evolução social se dava de maneira circular e cumulativa, com mútua determinação entre as muitas variáveis envolvidas. Myrdal utilizou esse o princípio em seu livro de 1956 aplicado à análise do subdesenvolvimento econômico de maneira generalizada. O autor se debruçou sobre os fatores em causação cumulativa responsáveis pelo diferencial de desenvolvimento entre regiões de um mesmo país, em um primeiro momento, expandindo esta abordagem metodológica para entender o fenômeno entre países em geral, em um segundo momento.

Segundo essa análise, o processo causador da desigualdade e do subdesenvolvimento se dá por meio da mudança nos termos de troca entre duas regiões. Essa mudança é resultado do fluxo de fatores de uma região para outra que se inicia em resposta a algum fenômeno que modifique positiva ou negativamente uma das duas regiões, ou a maior atratividade econômica da região de destino. Dito de outro modo, a diferença de desenvolvimento econômico entre duas regiões tenderá a manter-se e a tornar-se cada vez mais profunda porque o diferencial de dinamismo econômico entre elas resultará em um fluxo de fatores econômicos e não econômicos que se dará da região menos dinâmica para a região mais dinâmica, resultando em ainda maior desenvolvimento para a segunda, e regressão ou estagnação para a primeira¹⁸ (MYRDAL, 1956).

Mais uma vez, para compreender o mecanismo do fenômeno é importante recorrer ao exemplo de Myrdal. Ele sugere que o leitor imagine uma localidade da qual a economia é relevantemente dependente de uma determinada indústria (unidade produtora), que a maior parte da força de trabalho é utilizada na mesma, e que há um mercado de empresas produtoras de insumos e serviços relacionados a ela. Sugere, em seguida, que o leitor imagine que um incêndio atinja a indústria de tal forma que seja necessário encerrar suas atividades. Em decorrência do fechamento da fábrica, haverá demissão em massa de sua força de trabalho, bem como retração da demanda por insumos e serviços. Consequentemente, haverá queda da renda e da demanda, que provocam um desaquecimento da economia local. Assim sendo, tanto os empresários que atuam naquela cidade buscarão melhores oportunidades alhures,

¹⁸ Na tentativa de encontrar a explicação para a diferença inicial de desenvolvimento entre as regiões, Myrdal (1956) oferece duas explicações. A primeira se relaciona à geografia econômica. Ele sugere que, inicialmente, uma região se desenvolve mais do que outra graças à uma dotação natural mais vantajosa. A segunda possui caráter mais aleatório e defende que qualquer região pode ter sido atingida por algum choque exógeno que desencadeou um processo de desenvolvimento e sugere que a explicação geralmente se encontra na história mais do que na economia. Entretanto, este aspecto de sua teoria foi alvo de críticas, como a de Trucco (2012), segundo quem a explicação de Myrdal não conseguiu fugir de uma possível aleatoriedade da causa inicial das diferenças de desenvolvimento entre as regiões.

quanto os possíveis novos investidores desistirão de seus planos de investimento neste local. Desta situação decorre uma nova onda de desemprego, redução de renda, queda da demanda agregada e assim sucessivamente (MYRDAL, 1956).

Ou seja, o incêndio na fábrica dará início a um processo circular que tenderá a tornar-se cada vez mais grave, com resultados cada vez piores para a economia local. Esse mecanismo é precisamente o princípio da causação cumulativa discutido na seção anterior. A novidade, porém, se encontra na constatação de que o capital, o trabalho, os serviços e até mesmo o crédito tenderão a sair desta região em direção à outra que ofereça melhores oportunidades. Dessa forma, os trabalhadores também tenderão a migrar, o capital buscará maior lucratividade em outra parte, e até mesmo os bancos tenderão a transferir a poupança dessa região para regiões com retorno maior e mais seguro.

Isto posto, toda saída de capital, trabalho, serviços e crédito da região atingida pelo incêndio terá um destino. É justamente por meio desse fluxo de fatores que a causação circular cumulativa mostra a dualidade de seu efeito, ou seja, sua face positiva e negativa. A saída de fatores de uma região dará início a um círculo vicioso que provocará uma redução do desenvolvimento local. Em contrapartida, cada saída de um ou mais dos fatores elencados representará uma entrada do(s) mesmo em outra região, onde dará início a um círculo virtuoso de aumento do desenvolvimento.

Como esse fenômeno evoluirá em causação circular cumulativa, os efeitos tenderão a se intensificarem cada vez mais de forma que a região de origem do fluxo se defronte com regressão ou estagnação econômica, e a região de destino se desenvolva cada vez mais. Desse processo resulta uma patente desigualdade entre as regiões que realimenta o processo de causação¹⁹. Tratando das causas do subdesenvolvimento, Myrdal (1956, p. 27) reafirma que “It’s easy to see how expansion in one locality has ‘backwash effects’ in other localities.(...) In general, if they have positive results for the former, their effects for the latter are negative.” Essa tendência à desigualdade por meio de um fluxo de fatores não se resume aos fatores de origem puramente econômica. Pelo contrário, os fatores não econômicos são de grande peso para a intensificação da tendência. Nota-se, por exemplo, que a migração da força de trabalho se dará de maneira seletiva, ou seja, apenas a parte mais qualificada mão de obra.

¹⁹ Myrdal considera a existência tanto de um limite mínimo para a regressão econômica em uma análise de caráter malthusiano, quanto um teto para o desenvolvimento em razão das deseconomias externas. No caso da análise malthusiana, o autor admite que os avanços da medicina e a democracia tendem a baixar cada vez mais esse limite no sentido de que as pessoas sobrevivem a níveis cada vez menores de desenvolvimento, posto que a mortalidade tanto por determinadas doenças, quanto por fome foram reduzidas.

Permanecerão não apenas os trabalhadores menos qualificados, mas as crianças e os idosos também, parcela da população que incorre em maiores custos sociais.

Soma-se a isso o fato de que o custo de qualificação da mão de obra também foi pago pela região de origem do fluxo. Esse é apenas um exemplo de como fatores não estritamente econômicos podem onerar a região menos desenvolvida, que arcará com cada vez maiores gastos sociais com previdência, saúde, educação, etc. Entretanto, apesar de parecer à primeira vista, essa análise não possui caráter pessimista uma vez que a tendência pode ser revertida. O próximo passo para a aproximação da complexidade da análise Myrdal é compreender de que forma as entradas e as saídas decorrentes do fluxo de fatores econômicos e não econômicos podem atuar em diferentes sentidos e modificar a tendência inicial da causação circular cumulativa. Para tanto, a próxima subseção se dedicará à análise da decomposição das forças componentes desse fluxo.

3.2.3 Complicações da hipótese principal: as forças de propulsão e de regressão

Como exposto anteriormente, o processo de causação cumulativa pode ocorrer tanto no sentido positivo quanto negativo. No primeiro caso, haverá uma espiral positiva de melhorias que resultará em um nível cada vez maior de desenvolvimento. No segundo, a espiral será responsável pela estagnação econômica, algumas vezes até mesmo pela regressão do nível de desenvolvimento. Foi exposto também que os dois processos são, na verdade, duas faces da mesma moeda. Isso porque a uma espiral positiva em uma região, corresponde uma espiral negativa em outra.

Chamando a região atrativa ao desenvolvimento de pólo de atração, é possível dizer que os fluxos de fatores destinados a ela funcionam como forças de regressão para a região de origem dos mesmos. Ou seja, outra forma de compreender a diminuição do desenvolvimento na região de origem dos fluxos de fatores é por meio de sua explanação em termos de forças regressoras. O dinamismo econômico da região pólo atrai fatores como mão de obra qualificada, capital, serviços, entre outros, de forma a atuar como uma força regressora para o desenvolvimento das regiões originárias desses fatores.

Entretanto, a influência da região pólo sobre as outras não é apenas prejudicial. Os pólos de atração também podem funcionar como centros de expansão para outras regiões por meio da geração ou do aumento de demandas específicas, como matéria-prima e serviços, por exemplo. Além disso, a criação de novas tecnologias nos pólos de atração também pode gerar

externalidades positivas para as outras regiões. Nesse sentido, existem forças em direção contrária às forças de regressão e podem ser chamadas de forças propulsoras, já que colaboram para o desenvolvimento das regiões a que se destinam.

As forças propulsoras podem ter origem, por um lado, na demanda por agricultura, por matérias-primas em geral, por serviços especializados, entre outros. Por outro lado, podem ser originárias de deseconomias na região pólo. Essas deseconomias podem têm origem em vários fatores, como no aumento dos salários em razão do alto nível de especialização do trabalho e de outros custos relacionado a superpopulação. A especialização do capital também pode resultar em altos custos perdidos e necessidade de grandes aportes de investimento no caso de trocar de atividade devido ao caráter singularizado dos equipamentos. A presença de monopólios reduz o ambiente de competitividade, podendo resultar em redução do investimento e das melhorias e em P&D, acarretando igualmente em deseconomias. Todos esses fatores podem diminuir a capacidade da região pólo de continuar em sua tendência de crescimento, muitas vezes funcionando como um teto para o desenvolvimento da região. Essas dificuldades ou gargalos enfrentados pela região pólo podem representar oportunidades de para as outras regiões. É justamente nesse aspecto que as deseconomias da região pólo podem funcionar como forças propulsoras para as outras regiões.

Se a demanda ou o dinamismo gerados por algum desses fatores for grande o suficiente, o aumento do emprego resultante pode aquecer a economia local em maior proporção do que a diminuição causada pelas forças regressoras, neutralizando o efeito regressor do pólo de desenvolvimento. Em alguns casos, as forças propulsoras podem ser fortes o suficiente para dar origem a pólos secundários de desenvolvimento. A possibilidade da formação de pólos secundários é de fundamental relevância para essa análise por três razões. A primeira é a existência de forças diretas (ou regressoras) e de forças centrípetas (ou propulsoras) na evolução do desenvolvimento por meio da causação circular cumulativa. Estas forças possuem sentidos e magnitudes diferentes. Elas podem ser contrabalanceadas²⁰ mas, segundo Myrdal, via de regra o saldo resultante é diferente de zero.

Em segundo lugar, a possibilidade de formação de pólos secundários resulta em uma complexificação da hipótese inicial de Myrdal. Tal hipótese sugere que o desenrolar dos processos econômicos se dá por meio da causação circular cumulativa, razão pela qual tende

²⁰ Apesar de assumir a possibilidade de equilíbrio estático, Myrdal preocupa-se em ressaltar que este não constitui equilíbrio no sentido Walrasiano. O equilíbrio é apenas momentâneo e qualquer modificação nas forças externas ou internas irá modificá-lo. Por outro lado, o equilíbrio na teoria de Myrdal é apenas uma possibilidade ocasional, não assumindo a centralidade da teoria Walrasiana. Ressalta-se que, apesar de admitir o mecanismo de ajuste das quantidades pelo nível de preço, Myrdal considera que essas oscilações são superficiais e não são capazes de explicar a evolução do desenvolvimento (MYRDAL, 1956).

a gerar desigualdade entre regiões. Essa tendência resulta no fenômeno do subdesenvolvimento caso tais fenômenos sejam deixados ao sabor das livres forças de mercado. Todavia, a existência de forças centrípetas propulsoras abre a possibilidade de reversão dessa tendência, desde que o saldo entre as forças propulsoras e as regressoras entre a região pólo e as demais seja positivo. Dessa forma, é possível afirmar que as forças propulsoras são capazes de deter o caráter cumulativo da causação circular ou, nas palavras de Myrdal (1956, p. 53) “*se há mudanças compensatórias, o efeito acumulativo será enfraquecido e o processo poderá ser detido por inteiro (...)*”.

Antes de retornar à terceira implicação da existência de forças propulsoras compensatórias na teoria de Myrdal, é pertinente evidenciar que o autor concebeu um princípio mais especializado (no sentido de aplicado a um tema específico) e mais sofisticado em relação ao princípio da causação deduzido no capítulo anterior. Myrdal abrangeu sua análise ao mecanismo de funcionamento interno da causação circular cumulativa por meio da análise das forças regressoras e propulsoras e dos fluxos de fatores, tornando a análise mais detalhada e profunda. Além disso, a complexificação da hipótese inicial sobre a tendência da causação abre espaço para reversão da trajetória e significa grande avanço na aplicação do princípio. Isso porque mitiga qualquer existência de determinismo nas implicações desta teoria. É possível apontar esse avanço teórico como fruto do esforço do autor em sanar um problema prático de seu tempo.

A terceira implicação da existência de forças propulsoras compensatórias na teoria de Myrdal refere-se à possibilidade de convivência entre várias regiões desenvolvidas por meio da existência de pólos secundários. Esse cenário contrasta de maneira significativa com o domínio da desigualdade resultante da hipótese inicial. Se a análise for ampliada para o contexto de todo país, existe a possibilidade de que o desenvolvimento, em vez de supor a desigualdade se torne apenas uma questão de gradação²¹. Para tanto é preciso, porém, haver forças propulsoras em quantidade, amplitude e magnitude suficientes para superar os efeitos regressores do desenvolvimento de uma região sobre a outra. Ressalta-se que a possibilidade de reversão da tendência inicial é uma contribuição original de Myrdal e, apesar de significar importante diferença em relação à causação cumulativa vebleniana, abre um leque de possibilidades para a teoria do desenvolvimento econômico. Nesse sentido, a elaboração e

²¹ É importante salientar que esta possibilidade de reversão da tendência inicial da causação circular cumulativa e a consequente possibilidade de convivência entre diversas regiões com diferentes gradações de desenvolvimento, são claras evidências de que Myrdal não defendeu uma ideia predatória a respeito do desenvolvimento – haja vista a afirmação do autor de que uma região desenvolvida impõe forças regressoras às regiões menos desenvolvidas. Ao contrário, buscou mostrar como é possível uma situação onde os ganhos de todos os envolvidos são ampliados, a qual seria o planejamento econômico.

aplicação deste método à análise feita por Myrdal pode ser considerada um aprimoramento em relação ao conceito original de Veblen.

Por sua vez, as diferentes gradações de desenvolvimento são explicadas por características próprias de cada região. Seja a dotação natural, a localização, o capital humano, o estado da democracia, a igualdade entre os grupos humanos, a distribuição de poderes, as instituições, e a própria história da região. Tais fatores determinarão a potência ou fraqueza das forças propulsoras perante as regressoras. Uma região onde há um sistema democrático consolidado e bem organizado, sem relevante concentração de poder na mão de grupos dominantes, terá maior capacidade de utilizar as forças propulsoras em benefício da maioria da população, do que aquela onde houver capacidade de manutenção de privilégios em detrimento do bem-estar do todo. Consequentemente, cada região possui um potencial de absorção das forças propulsoras ligado, sobretudo, às suas instituições.

Em suma, até aqui pode-se concluir que a explanação de Myrdal a respeito da razão das diferenças de gradação apresenta traços convergentes com a metodologia evolucionária na medida em que confere poder de explicação a instituições como a democracia, por exemplo. E à própria história da região, remetendo ao desdobramento do processo de evolução. Assim sendo, em face da possibilidade de reversão da tendência a gerar desigualdade da causação circular cumulativa e do potencial de absorção dessas forças propulsoras de cada região, é possível examinar tanto da concepção de subdesenvolvimento de Myrdal quanto de sua tentativa de solução dessa problemática. Isso será discutido na próxima seção.

3.3 O subdesenvolvimento como resultado da liberdade de mercado e o desenvolvimento como a criação de uma harmonia de interesses individuais

Na seção anterior foi defendido que a liberdade das forças de mercado leva à desigualdade entre as regiões de um país quando este apresenta forças propulsoras em menor magnitude do que as forças regressoras. Ou seja, quando o fluxo de fatores entre a região pólo de desenvolvimento e as outras regiões resulta em maiores prejuízos do que benefícios para as últimas. Quando isto acontece, tem-se um país com patentes desigualdades entre suas regiões, do que resulta maior dificuldade para iniciar um processo continuado de desenvolvimento, dado o processo de causação circular cumulativo em andamento.

Esta análise não se aplica apenas à relação entre diferentes regiões de um mesmo país, mas também à diferença de atratividade entre os diferentes países. Em todo o mundo, há países com níveis de desenvolvimento discrepantes e com variadas composições culturais,

sociológicas e institucionais. Por um lado, suas diferenças podem resultar em complementaridade produtiva e em maior eficiência material tal como sugere a teoria das vantagens comparativas. Mas por outro, a realidade mostra que muitas vezes essas diferenças resultam na maior atração de fluxos de fatores por parte de um país do que por outros, com consequências para o desenvolvimento de ambos, positivas para uns e negativas para outros (MYRDAL, 1956; 1961; 1971; 1975).

Assim, da mesma forma que dentro de um país subdesenvolvido há uma região pólo, há países desenvolvidos que funcionam como pólos de atração do desenvolvimento a nível mundial. De fato, Myrdal afirma que o mundo como um todo se assemelha a um país subdesenvolvido, com o agravante de se deparar com diferenças culturais e institucionais muito mais significantes, além da ausência de autoridades oficiais. Ou seja, o processo de causalção circular cumulativa ao nível mundial se dá de maneira ainda mais concentradora do que ao nível dos países já que suas forças propulsoras tendem a serem ainda mais fracas em comparação às regressoras.

Os fluxos de fatores responsáveis pelas forças regressoras e propulsoras em nível mundial se dão principalmente por meio do comércio e dos movimentos de capitais entre os países. Os países desenvolvidos desfrutam de economias internas e externas que lhes conferem maior competitividade e lhes confere vantagens em sua inserção no comércio mundial. Diante disso, a ausência de barreiras protecionistas nos países subdesenvolvidos pode resultar em expulsão dos setores industriais menos competitivos dos mesmos do mercado mundial e até mesmo de seus mercados internos. Tais países acabam se especializando na produção de bens primários e *commodities*, que possuem termos de troca desvantajosos com relação à produção industrial, e ainda se defrontam com o agravante de que estes produtos possuem preços de alta volatilidade e demanda inelástica.

Além das consequências para toda a economia desses países subdesenvolvidos que se inserem no mercado internacional por meio do fornecimento de *commodities*, há também prejuízos de ordem cultural e sociológica já que os produtos mais competitivos são também os mais padronizados. Consequentemente, as produções artesanais típicas de cada país são afetadas por não serem competitivas via preço. Algumas acabam deixando de existir, o que configura imensurável prejuízo para o patrimônio cultural do país, até mesmo da humanidade (MYRDAL, 1956; 1971).

Os movimentos de capitais também se dão de forma desvantajosa para os países subdesenvolvidos. Estes fluxos se dão em direção aos ambientes econômicos de maior prosperidade em virtude da expectativa de que ofereçam maior lucratividade e segurança às

aplicações. Para Myrdal, pode-se dizer que os países subdesenvolvidos não conformam um nível significativo de demanda efetiva ²² para o mercado de capitais. Assim, mesmo em tempos de crise nos países desenvolvidos, o fluxo de capitais tende a não beneficiar os primeiros. Na ausência de políticas preventivas, até mesmo parte do capital nacional tenderá a sair desses países em busca de outros mercados mais atrativos.

Deste cenário resulta que, a nível mundial, os efeitos regressores são muito maiores do que os possíveis efeitos propulsores, que podem advir de transferência tecnológica, por exemplo. Tal fato é agravado pela ausência de instituições mundiais oficiais e por outras diferenças institucionais entre os países, como legislações conflitantes, barreiras de linguagem, diferenças culturais, entre outras. Ou seja, o saldo dos fluxos de entrada e saída de fatores dos países subdesenvolvidos em relação ao mundo possui tendência ainda mais forte de ser negativo.

Além do saldo de forças recebido, é preciso considerar também a capacidade de absorção das mesmas por parte dos países subdesenvolvidos. Como mencionado, países subdesenvolvidos se defrontam com forças propulsoras internas relativamente fracas, fator que dificulta a absorção das já escassos estímulos propulsores externos. Como resultado, o pequeno impulso advindo do comércio exterior tende a manter-se concentrado nos pólos de atração do desenvolvimento dentro dos países subdesenvolvidos. Assim, há uma mútua intensificação entre a fraqueza das forças externas e internas, conformando uma causação circular cumulativa entre elas, como observou Myrdal (1956, p. 76) na seguinte passagem:

Quando, por exemplo, o comércio e a navegação internacional fazem das áreas circundantes de determinado porto um centro de expansão econômica, o que acontece em todo mundo, o movimento expansionista não se transmite a outras regiões do país. Basicamente, os ‘efeitos propulsores’ fracos entre países refletem, na maioria das vezes, apenas os ‘efeitos propulsores’ fracos dentro dos próprios países subdesenvolvidos, causados pelo baixo nível de desenvolvimento econômico atingido.

De maneira resumida, se um país subdesenvolvido possui forças de propulsão fracas e mantém as forças de mercado livres, a tendência de intensificação das desigualdades regionais se manterá e dificilmente será possível alcançar um movimento de desenvolvimento sustentado. Em decorrência desta constatação é possível derivar o entendimento do diagnóstico sobre o significado e as causas do subdesenvolvimento de Myrdal. Assim,

²² Em vários momentos em suas obras Myrdal utiliza expressões cunhadas por Keynes, além de apresentar certa convergência com o multiplicador keynesiano. Nesse sentido, o próprio autor referencia suas convergências com o pensamento keynesiano de maneira clara em pelo menos dois trabalhos: *The Need for a Sociology and Psychology of Social Science and Scientists* (1973a) e *Response to Introduction* (1972b, p. 458), no qual explicita “*In an appendix to the budget of January 1933, I gave the theoretical justifications for this policy in terms of what you would now call the Keynesian revolution.*”. Entretanto, o tema foge ao âmbito deste trabalho, tornando-se sugestão de pesquisas futuras.

segundo o autor, o Estado em que um país apresenta forças propulsoras de pequena magnitude relativamente a suas forças regressoras, resulta (sob o esquema de causação circular cumulativa) em um agravamento de suas desigualdades dentro e fora de suas fronteiras (e vice versa).

Entretanto, Myrdal advoga que, se a liberdade dos mercados resulta em desigualdade tanto no âmbito nacional quanto no âmbito mundial, a intervenção estatal nos mesmos pode levar a uma situação mais harmoniosa. Esta possibilidade é confirmada pela trajetória dos países tidos como desenvolvidos pelo autor²³. Resguardadas as devidas diferenças, a história mostra que esses países possuem uma trajetória comum de passagem de Estados fortes ao chamado estado de bem-estar social. Ou seja, apesar da defesa da liberdade das forças de mercado, todos esses países passaram por uma importante fase de intervenção em sua economia que tornou o processo de desenvolvimento viável. Myrdal (1956, p. 71) chamou esse processo de integração nacional, como mostra o trecho a seguir:

Dentro das fronteiras nacionais de alguns dos países mais ricos, há um processo de integração que ora alcança alto nível de igualdade de oportunidades extensivas a todos, independentemente das circunstâncias em que tenham nascido. Esse desenvolvimento é o resultado conjunto dos fortes 'efeitos propulsores' e das políticas igualitárias adotadas nos países mais ricos. Esses dois principais fatores estão relacionados em causação circular, da mesma forma que o progresso econômico e o nível de desenvolvimento.

À parte o significado e o funcionamento desse processo de integração social, (discutido abaixo), o resultado foi a criação do que Myrdal cunhou de harmonia de interesses individuais, ou harmonia criada. O conceito refere-se ao círculo positivo de causação entre democracia, equidade social e políticas sociais, que faz com que o desenvolvimento alcance uma evolução autônoma, no sentido de que se mantém sem grandes esforços e segundo o mecanismo de causação circular cumulativa.

Para compreender o mecanismo em causação circular cumulativa da harmonia de interesses, é útil analisar os efeitos sobre o desenvolvimento de uma política pública que tenha como resultado uma menor desigualdade social dentro de determinado país. A maior igualdade socioeconômica resultante desta política ocasionará uma diminuição nos sacrifícios impostos àqueles que gozavam de algum privilégio social, dado que existem custos relativos às políticas sociais. Isto porque o processo de equalização pressupõe transferência de onde há relativa abundância para onde há relativa escassez, provocando algum custo aos beneficiários dessa abundância. A diminuição da distância socioeconômica entre os cidadãos diminui

²³ Myrdal se refere aos países que experimentaram a primeira onda de industrialização no século XVIII.

também os sacrifícios exigidos a essas populações privilegiadas, promovendo estatisticamente aumento da generosidade e maior apoio a essas políticas.

Assim, quanto menor a desigualdade social, maior o sentimento de solidariedade entre os cidadãos e mais factível a aplicação de políticas sociais. A diminuição da desigualdade social também se relaciona com uma distribuição mais homogênea do poder político e fortalecimento da democracia, que impactam positivamente na aplicação de políticas sociais, tomando parte da circularidade anteriormente analisada. Como, segundo Myrdal, os pobres são mais numerosos (1956), a democracia tende a favorecer a aplicação de políticas de equalização social. Em síntese, a menor desigualdade socioeconômica está relacionada ao fortalecimento da democracia e à maior facilidade de aplicação de políticas de equalização social. Daí resulta uma redução da desigualdade que configura uma causação circular cumulativa positiva.

Nesse ponto, é preciso lembrar a relação estabelecida por Myrdal entre homogeneidade e desenvolvimento socioeconômico. Em virtude da ampliação da força e da magnitude dos efeitos propulsores relativamente aos regressores, a equalização garantirá que as regiões se mantenham em uma trajetória ascendente de dinamismo econômico. Isso significa dizer que haverá aumento da demanda, do emprego, da renda, dos investimentos, do desenvolvimento de novas tecnologias, melhorias na infra-estrutura, nos serviços, incluindo de educação e saúde e etc.

Esse ambiente de prosperidade também reforçará a adoção de políticas de equalização, dado que é do interesse da maioria que este processo tenha continuidade e este estado de bem estar social se mantenha e se amplie. Conseqüentemente, haverá um momento em que esse processo de causação circular cumulativo iniciado pelas políticas sociais acabará por se tornar independente de qualquer esforço político. O mecanismo de causação circular garantirá que o desenvolvimento se torne um movimento autônomo. Nas palavras de Myrdal (1956, p. 67):

Assim, as medidas políticas para integração nacional, que incluem a equalização das regiões, representam, apenas, uma fase do processo social acumulativo do desenvolvimento econômico. Esse processo tem de ser concebido como de ordem mais alta, uma vez que inclui também, além da evolução das forças do mercado, as atitudes políticas do povo, as interferências estatais e, na realidade, todo o sistema político. Nesses países, as reformas sociais e econômicas evoluem agora, por sua própria força, quase como corolário do progresso econômico, que tem sido e continua a ser, em parte, delas resultante.

A citação acima é de extrema relevância para os objetivos desse trabalho por duas razões. A primeira delas é que, ao ressaltar que as políticas de integração nacional são apenas uma fase do desenvolvimento, Myrdal está chancelando a centralidade do processo de evolução em sua teoria sobre o desenvolvimento e subdesenvolvimento. Ou seja, apesar da

defesa da intervenção estatal, esta apenas assume importância na medida em que modifica o processo de causalção circular cumulativa, tornando-o conveniente aos objetivos do desenvolvimento. O centro da análise de Myrdal é o processo de evolução social representado pela causalção circular cumulativa, uma forma de evolução em desdobramento à semelhança da metodologia evolucionária.

Por outro lado, não só o excerto acima, mas toda a análise da obra de Myrdal realizada até o momento, também permitem observar o papel desempenhado pelas instituições em sua análise. A democracia, as atitudes políticas e o sistema político são todos exemplos de hábitos de pensamento - além de muitos outros utilizados por Myrdal em sua obra - o que mostra mais um importante traço do uso da metodologia evolucionária pelo autor. Nesse sentido, a passagem a seguir, além de reafirmar essas duas características, permite compreender de maneira panorâmica como Myrdal percebeu a problemática do subdesenvolvimento e vislumbrou uma saída para o processo de desenvolvimento sustentado. Assim, segundo o autor (1956, p. 59/60):

Em geral, em condições de baixo nível de desenvolvimento econômico, com efeitos propulsores relativamente fracos, as forças competitivas do mercado tenderão, em causalção circular, a promover constantemente desigualdades regionais; tais desigualdades conterão o desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, enfraquecerão a base do poder das medidas políticas igualitárias. O nível mais alto de desenvolvimento fortifica os efeitos propulsores e tende a reprimir o impulso para a formação de desigualdades regionais; mantém-se, deste modo, o processo de desenvolvimento econômico e, simultaneamente, criam-se condições mais favoráveis à adoção de medidas políticas que tenham por objetivo diminuir, em ritmo crescente, as desigualdades regionais. Quanto mais um Estado Nacional se transforma, efetivamente, em um 'Estado de Bem Estar' - quanto mais se aproxima de uma democracia perfeita, tendo a sua disposição recursos nacionais, em tal magnitude, que seja possível o emprego, em grande escala, de políticas igualitárias, com sacrifícios toleráveis pelas regiões e grupos cujos padrões de vida são relativamente melhores - tanto mais forte serão as necessidades e a capacidade de combater as forças cegas do mercado, que tendem a provocar desigualdades regionais. Este fato, por sua vez, impulsionará o desenvolvimento econômico e, assim, sucessivamente, em processo de causalção circular.

Em síntese, Myrdal compreendeu que o problema do subdesenvolvimento está na manutenção e piora das desigualdades por meio da liberdade das forças de mercado. Essas desigualdades encontram parte de sua explicação nas características idiossincráticas e na trajetória histórica de cada região, como foi mencionado anteriormente. Entretanto, em face da intervenção na economia, seria possível modificar a correlação de forças propulsoras e regressoras de determinado país, fazendo com que o mecanismo de causalção circular cumulativa resulte em um estado de harmonia de interesses individuais. Dito de outra forma, a economia, enquanto processo social, evolui sob o mecanismo de causalção circular cumulativa que, em face da liberdade das forças de mercado, resulta em criação e intensificação de

desigualdade e essa é a chave para o entendimento do fenômeno do subdesenvolvimento. Para romper essa circularidade negativa, seria necessário realizar políticas equalizadoras que potencializassem as forças propulsoras e diminuíssem as regressoras. Como consequência, espera-se a diminuição da derrocada de qualquer região, o que colaboraria para a manutenção de um processo sempre positivo de causação circular cumulativa, reforçado por uma harmonia de interesses individuais dos cidadãos²⁴.

Assim, a teoria de Myrdal é também uma defesa da intervenção na economia ou, como ele advogou, é a constatação de que um país é capaz de se desenvolver por suas próprias forças. Dito isso, a próxima seção apresentará com mais detalhes a forma pela qual Myrdal concebeu essa intervenção. Ou seja, irá discutir qual é a sua concepção acerca do papel do Estado no processo de desenvolvimento econômico.

3.4. O Planejamento Democrático

A forma de intervenção na economia pensada por Myrdal consiste no planejamento democrático, que é um sistema organizado de interferências no jogo do mercado com vistas a realizar as reformas necessárias para iniciar uma trajetória de desenvolvimento. O planejamento se baseia na ideia de que, dado o mecanismo de causação circular cumulativa, é possível transformar o todo da economia por meio da modificação de poucas variáveis.

A justificativa para esta intervenção encontra-se na percepção de que a trajetória econômica dos países subdesenvolvidos sugere que os mesmos não gozaram de um processo natural e sustentável de desenvolvimento. Isso porque a configuração internacional e as singularidades desses países fizeram com que eles tendessem a continuar na trajetória de estagnação econômica. Assim, o autor recomenda que

Um plano nacional deve ser o esquema do processo acumulativo do desenvolvimento econômico de um país, a previsão do evoluir desse processo, quando deflagrado, mantido e controlado por certas mudanças exógenas, induzidas no sistema social mediante interferências estatais deliberadas. Esse esquema pressupõe, pois, um estado de causação circular entre todos os fatores relevantes do

²⁴ É importante ressaltar que essa harmonia de interesses individuais é diferente do equilíbrio no sentido walrasiano, já que não é natural nem é resultado da liberdade das forças de mercado, mas uma harmonia criada por interferências planejadas no mercado: “Esses poucos países realmente se revelam próximos da harmonia dos interesses individuais; não se trata, no entanto, da velha harmonia do direito natural, da teoria do utilitarismo e do equilíbrio econômico, promovido pelas forças naturais do mercado. trata-se, em ampla perspectiva, de uma ‘harmonia criada’, harmonia que é fruto de interferências políticas da sociedade organizada, pela manipulação das forças de mercado que, entregues a si mesmas, teriam levado à desarmonia. E o conceito de harmonia de interesses se restringe rigorosamente à nação. O ‘Estado de Bem Estar Social’ é nacionalista” (MYRDAL, 1956, p. 68).

sistema social do país, quer sejam econômicos ou não econômicos (MYRDAL, 1956 p. 110)

Entretanto, ainda que o processo de causação cumulativa seja capaz de manter e intensificar uma trajetória em resposta a uma pequena mudança, o autor ressaltou que as variáveis escolhidas para essa mudança importam. Diante disso, uma questão de extrema relevância a ser averiguada no âmbito desse planejamento é a escolha das variáveis. Essa escolha deve feita baseada na mensuração das relações entre elas, buscando compreender sua direção e a magnitude do impacto da mudança de uma nas outras, de forma a maximizar o resultado do planejamento.

Mediante os resultados de uma análise mais aproximada possível das relações entre as variáveis econômicas, o Estado deve decidir as diretrizes de inversão do planejamento democrático. Diante destas informações, deve decidir quais setores são estratégicos para o desenvolvimento, quanto será investido em cada um deles e de que forma. Desta forma, o autor propõe que o Estado pode escolher agir como investidor direto, como fomentador ou como inibidor, dependendo da conveniência. Em suas palavras (1971, p. 107):

The basic idea of economic planning is that the states shall take an active, indeed the decisive, role in the economy: by its own acts of enterprise and investment, and by its various controls – inducements and restrictions – over the private sector, the state shall initiate, spur, and steer economic development.

O importante para a ignição do processo de desenvolvimento é que a atuação do Estado intensifique as forças propulsoras e enfraqueça as forças regressoras, de modo a possibilitar um processo de causação circular cumulativa positivo. Myrdal resalta que não é necessário que a atuação do governo seja lucrativa, nos parâmetros da iniciativa privada. Pelo contrário, uma das funções do governo no âmbito do planejamento democrático é investir de maneira independente da demanda efetiva, e tendo como objetivo os ganhos do coletivo social no longo prazo.

Além disso, para ser efetivo, o planejamento deve ser capaz de modificar as relações de poder instituídas que sejam responsáveis pela manutenção das desigualdades, fator chave para o entendimento das forças regressoras. Para tanto, uma nova mentalidade a respeito do significado do desenvolvimento social deve ser criada de forma a possibilitar a plena execução das reformas necessárias, sejam elas econômicas ou sociais. O resultado deve ser uma causação circular de mudanças institucionais, como sugeriu Myrdal (1971, p. 116) no trecho abaixo:

When that happened, it implied a number of things. Planning then, created new institutions and, more important, changed and moulded existing ones to serve its progress. An ever larger part of the articulate upper stratum of the nation acquired

vested interests in planning. With growing effectiveness, the planning ideology set the frame of reference in every controversy over public policy. The government and the officialdom around it became involved and began to operate as part of a huge planning machinery. Preparing, arguing and implementing the plan became one of government main functions, and increasingly all government policies were presented from the perspective of the plan.

Assim, mais uma vez é possível reiterar as semelhanças entre a análise de Myrdal e a metodologia institucional evolucionária, mesmo reconhecendo que a ênfase na importância da mensuração e da maximização dos resultados do planejamento estatal consiste em uma divergência não negligenciável da mesma. A concepção de planejamento de Myrdal, apesar de não se aprofundar nas nuances das ações práticas a serem levadas a cabo pelo governo, é a descrição da forma como deveria se dar a evolução em causação circular cumulativa em resposta a mudanças institucionais necessárias, é a descrição normativa da ação do governo visando um processo evolutivo em desdobramento que deverá resultar em maior desenvolvimento em determinada região.

Entendido isso, a próxima seção mostrará como percepção e as conclusões de Myrdal se modificaram mediante seu estudo das tentativas de aplicação prática desse planejamento no sul da Ásia. Ou seja, a próxima seção evidenciará a capacidade evolucionária de Myrdal de expor sua teoria ao teste da prática e reconhecer os aspectos menos aderentes, buscando em seguida aperfeiçoá-los.

3.5 Os Limites do Planejamento Econômico na Prática nos Países do Sul da Ásia

Na década de 1970, Myrdal se dedicou à análise do problema do subdesenvolvimento dos países do Sul da Ásia atendo-se ao problema da aplicação prática do planejamento econômico democrático por esses países. O trabalho mostrou as dificuldades enfrentadas por aqueles países na tentativa implantar o plano democrático e significou um marco em sua obra enquanto ilustração dos limites de sua teoria. A análise desta fase de Myrdal é de suma importância pra este capítulo uma vez que revela diversas características evolucionárias da obra do autor, a começar por sua capacidade de reconhecimento dos limites de sua teoria e sua tentativa de aperfeiçoá-la. Além disso, sua análise mostra como as dificuldades dos países asiáticos evidenciam a importância das instituições e da evolução histórica do desenvolvimento desses países, características da metodologia evolucionária.

Discussões sobre subdesenvolvimento e intervenção estatal estiveram em voga no período posterior à Segunda Guerra. Segundo os resultados encontrados por Myrdal, a

influência do *New Deal* americano e da experiência no Leste Europeu se mostravam presentes ainda na década de 1970, quando da publicação de seu livro *Asian Drama*. Um dos tópicos dessa temática consistiu na intervenção do Estado por meio de um planejamento democrático. Entendido como a ação estatal de coordenar ações diversas que pudessem conduzir a um estágio de desenvolvimento, seja por meio do investimento direto, seja por meio de restrições e incentivos, o planejamento deveria ter como principal diretriz o aumento do nível de vida da população, principalmente nos estratos mais pobres. Além disso, deveria dar-se em concordância com a vontade e os valores da nação (MYRDAL, 1971).

Segundo Myrdal, definições em alguma medida semelhantes à descrição acima se tornaram o paradigma político/científico da época. Nesse sentido, o autor entendeu que, na maioria dos países do Sul da Ásia, o planejamento foi tão profundamente aceito como medida para superar o subdesenvolvimento que nenhum político era capaz de deixá-lo de fora de seus discursos e planos. Entretanto, o discurso assumiu uma relevância muito maior do que as ações, que em raras exceções saíram do papel. Na realidade, poucos países do Sul da Ásia realmente se esforçaram para trazer a disciplina necessária ao planejamento econômico. Contudo, a defesa do planejamento em si tornou-se uma ideia generalizada, uma atitude de como o Estado deveria enxergar a execução da política. A banalização do discurso chegou ao ponto em que a ideologia do planejamento era utilizada como justificativa para toda e qualquer caráter e resultado de política. Assim, Myrdal (1971, p. 109) esclarece que

Even when is little actual planning, and still less implementation, the ideology of planning serves as a rationalization for interventionist practices. When there are advances, they are presented as successful planning. When the austerity and sacrifices are called for, they are urged in the name of planning, just as the planning ideology is used to cover up the slowness of improvements in living conditions and industrial development..

Além da banalização da ideologia do planejamento democrático e da escassez de medidas reais, outra característica muito presente na realidade dos países subdesenvolvidos do Sul da Ásia que representavam um desafio ao desenvolvimento era a dimensão pouco realista que as autoridades, e mesmo da academia, possuía dos problemas enfrentados pelo país. O autor identificou uma tendência de manutenção de dados e análises otimistas em relação à realidade econômica por parte desses agentes. Ainda segundo Myrdal, essa visão otimista dos fatos também pode ser compreendida quando se analisa o diferencial no padrão de renda da população em geral desses países em relação à suas classes dirigentes. Na tentativa de defender e manter seu padrão de vida, essa classe –detentora de poder discricionário e político – acaba convencendo a população de uma versão dos fatos mais conveniente aos seus interesses.

Aliada à visão otimista dos fatos está a mentalidade paternalista herdada pela população da época da colonização. Em decorrência dessa herança, Myrdal identificou na população uma tendência a não perceber a própria parcela de responsabilidade da realidade enfrentada pelo país, do que decorre que esta responsabiliza totalmente o estado pela providência quanto aos problemas enfrentados pelo país em detrimento de uma ação cooperativa, como menciona a passagem:

Throughout South Asia there is an extraordinary expectancy about what state functionaries can do and a feeling that it is up to them to organize things for the people. This inherited dependence on authority is a tremendous impediment to local self government and cooperation (Myrdal, 1971, p. 113).

Além da influência do paternalismo, Myrdal confere grande importância ao longo período de relativa estagnação econômica que a maioria desses países enfrentou para a construção dessa mentalidade conformista. Essa forma de pensamento parece guardar parte da responsabilidade em relação ao planejamento ter permanecido apenas no campo das idéias na maioria desses países e ao longo de muitos anos. Entretanto, o autor ressalva que isso não significa falta de vontade de alcançar um nível de vida melhor por parte da população, mas insuficiência de espaços de efetiva manifestação de sua vontade, além de uma patente desunião na defesa de seus interesses.

Nesse sentido, é possível perceber a defesa de Myrdal de que o hábito de pensamento da maioria da nação de não tomar pra si parte da responsabilidade pelo desenvolvimento na maioria dos países analisados é parte da explicação para o insucesso do planejamento estatal. Portanto, parte da razão do subdesenvolvimento. Assim, apesar de não utilizar o termo, é possível compreender que Myrdal está atribuindo responsabilidade às instituições no subdesenvolvimento quando se refere a esses hábitos enraizados. De outra perspectiva, a ausência de hábitos de pensamento enraizados que poderiam levar ao desenvolvimento é uma das causas do subdesenvolvimento. É preciso ressaltar que esta afirmação não significa a negligência por parte do autor, nem no âmbito desta pesquisa das demais causas do fenômeno do subdesenvolvimento. Ao contrário, o autor preocupou-se ao longo de sua obra em reafirmar a multicausalidade do mesmo. Essa característica pode ser observada em sua análise em forma de causalidade circular cumulativa, princípio que também pressupõe a multiplicidade das causalidades mútuas no fenômeno analisado.

Nota-se, também, que Myrdal sempre atribui aos hábitos de pensamento mencionados acima uma explicação diretamente localizada na esfera produtiva ou econômica. Assim, na

linha argumentativa do autor o otimismo nas estatísticas e análises²⁵ estaria relacionado aos interesse econômico da classe dominante, bem como a mentalidade paternalista encontraria suas raízes na colonização e o conformismo remontaria ao longo período de estagnação econômica. Esse padrão de raciocínio argumentativo de Myrdal lembra uma das características da metodologia evolucionária, qual seja a atribuição de estreita relação entre as instituições e a esfera material²⁶.

De outro lado, a ideia muitas vezes mencionada por Myrdal em suas obras anteriores da existência de um grande despertar das massas mostrou-se uma contradição com a realidade mais tarde observada em sua pesquisa sobre a Ásia. O que Myrdal percebeu nesses países foi a existência de uma pequena elite com maior nível de instrução e informação tentando convencer as massas da necessidade de realizar um grande plano econômico para alcançar o desenvolvimento. A pior consequência dessa influência da elite sobre as massas é que os planos acabaram sendo desenhados de acordo com seus interesses, não necessariamente como prega a ideologia do planejamento democrático. Isso significou que na maioria dos países, a parte mais pobre da população não viu os benefício das escassas ações tiradas do papel. Assim, é possível compreender porque Myrdal insistiu tanto na importância da democracia em todas as suas obras. Como a parte mais pobre da população é maioria, a democracia previne que o planejamento seja feito exclusivamente em resposta aos interesses de uma pequena parte da população. A democracia previne o que ele chamou de estado pacífico de interesses apenas da classe mais alta. Por outro lado, a estabilidade política se mostrou ainda mais impactante na efetividade do plano democrático do que a democracia. Governos com grandes conflitos e disputas internas foram aqueles que obtiveram menor nível de sucesso na implantação das ações resultantes do plano. A estabilidade política também está muito relacionada à forma de oposição enfrentada pelo governo. Caso seja uma oposição pontual no sentido de se contrapor a alguns aspectos do plano, tal planejamento tem grandes chances de ser apenas alterado para se adequar às pressões políticas. Entretanto, determinado grau de oposição da classe dominante pode inviabilizar o plano.

Outro fator importante na compreensão do Estado de estabilidade política e da democracia nos países do Sul da Ásia foi a insistente presença de corrupção. Para Myrdal, a

²⁵25 O autor não faz referência a uma fonte específica de dados e estatística no livro *Asian Drama*. A menção se refere com generalidade tanto a órgãos oficiais quanto à imprensa dos países analisados.

²⁶Um reforço desta hipótese pode ser encontrado em seu artigo *Response to Introduction* (1972b), onde o autor defende que o aspecto revolucionário da Revolução Keynesiana não se deve apenas, nem principalmente, ao caráter inovador de sua teoria ou à consistência e encadeamento lógico de seus argumentos, mas a sua adequação ao contexto econômico, já que a teoria da demanda efetiva oferecia respostas para o desemprego, fenômeno patente à época da Revolução Keynesiana.

corrupção generalizada e impune é uma das justificativas mais comuns para a instauração de governos autoritários. A insistência do fenômeno gerou nesses países o que ele chamou de folclore da corrupção, entendida como a crença na inevitabilidade da corrupção, ou seja, de que é algo nato e sem solução no país. Essa forma de pensar, derivada da frequência dos casos de corrupção e da impunidade dos mesmos, gera descrença por parte da população em seu governo. Isso porque, em vista os escândalos de corrupção, não é difícil convencer os cidadãos de que qualquer pessoa no poder pode se beneficiar dele de maneira escusa. A impressão de prevalência da corrupção acaba criando um senso fraco de lealdade à sociedade organizada e resultando em menor sentimento de participação por parte dos cidadãos.

Myrdal afirmou também que a corrupção nesses países pode ser compreendida como uma forma imperfeita de mercado. Comparando a incidência de corrupção nos países do sul da Ásia com países desenvolvidos, Myrdal percebeu nos primeiros o hábito de utilizar a corrupção para realizar negócios por meios diferentes dos convencionais ou previstos pelas leis. Esse hábito também pode ser compreendido como uma forma de perceber onde e como auferir ganhos pessoais, o que explicaria parte dessa diferença na incidência de corrupção por meio de seus diferentes costumes dos países. Todavia, o autor ressaltou que, de forma geral, foi possível perceber que a corrupção diminui o respeito pelo governo e pelas instituições do país, o que impacta na capacidade do mesmo de levar a cabo políticas estratégicas para o desenvolvimento, sendo prejudicial à economia no resultado final.

Essa lógica argumentativa de Myrdal em relação ao papel de atitudes e comportamentos há muito estabelecidos lembra a percepção dos fenômenos econômicos por meio da evolução de hábitos de pensamento enraizados por parte de Veblen e de Hodgson, conforme discorrido no primeiro capítulo. Esta semelhança fica ainda mais evidente na análise do papel da corrupção. Em artigo sobre o tema publicado no ano de 2007, Hodgson e Jiang discorreram sobre o conceito de corrupção e seu impacto sobre as instituições e o desenvolvimento. Em concordância com a afirmação do Banco Mundial de que a corrupção poderia ser considerada o principal obstáculo ao desenvolvimento socioeconômico, os autores argumentaram que a corrupção é geradora de custos sociais positivos, mesmo levando em conta seus aspectos positivos e externalidade negativas²⁷. Isto porque viola as regras morais e

²⁷ Para Hodgson (2007), os benefícios da corrupção ao crescimento econômico desconsideram as externalidades negativas para a sociedade, principalmente no longo prazo. Assim, uma suposta situação ganha-ganha pode entre o eleitor que recebe algum valor pelo seu voto e o político que se beneficia de mais um voto esconde o prejuízo para a democracia e, possivelmente, para a economia em vistas da seleção não criteriosa. Assim, no longo prazo há um custo positivo para a sociedade e a corrupção impõe uma externalidade negativa para a mesma.

os códigos de conduta, impactando tanto nos resultados das organizações²⁸, como em em prejuízos para a malha institucional como um todo no longo prazo. Levando em consideração que a corrupção por sua própria definição²⁹ não pode ser eficientemente combatida apenas com leis, Hodgson concluiu que apenas uma mudança nos hábitos de pensamento da população geral poderia combatê-la.

Portanto, além da percepção do prejuízo causado pela corrupção nas perspectivas do desenvolvimento econômico, percebe-se uma convergência em relação à análise da natureza e das causas da corrupção baseada nos costumes e hábitos difundidos nos países, o que converge claramente com a metodologia evolucionária. Assim, ao expor sua defesa teórica do planejamento democrático como solução para o desenvolvimento ao teste da realidade das tentativas realizadas no sul da Ásia, Myrdal identificou muitos desafios encontrados pelos países. Em consequência, o autor dedicou-se a compreender o mais profundamente possível a natureza e as origens desses desafios. Essa tentativa resultou em uma análise com característica ainda mais claramente evolucionárias do que a realizada na defesa do planejamento democrático, principalmente em vista da importância explicativa dos hábitos e costumes.

A confirmação desta tendência evolucionária de Myrdal fica ainda mais clara após a compreensão do conceito *soft states*, resultante do teste da realidade. Por *soft state* Myrdal referiu-se aos Estados asiáticos que enfrentaram grandes obstáculos na imposição dos interesses da maioria, ou em defender os interesses da maioria em detrimento da elite. Os *soft states* não conseguem realizar efetivamente reformas e programas sistemáticos de planejamento³⁰. São "estados moles" no sentido de que não conseguem fazer valer sua vontade.³¹ Um *soft state* é, portanto, uma forma comum e estabelecida de ação e resolução de problemas por parte dos governos analisados. É o modo como os agentes que compõem o estado encaram e percebem a política. Pode-se considerar, portanto, que a ideia de *soft state* é a descrição de um hábito de pensamento que guarda estreita relação como subdesenvolvimento. Nesse sentido, *soft state* é uma instituição em vigor nesses países,

²⁸ Para Hodgson (2007) a corrupção organizacional diminui a capacidade da organização de agir de acordo com os objetivos de seus donos/gerentes, impactando diretamente em seus resultados.

²⁹ Segundo Hodgson (2007), a corrupção é o descumprimento de regras em benefício próprio, podendo se dar tanto na esfera pública quanto na privada. Dessa forma, a ideia de combater o descumprimento de regras apenas com novas regras não se mostrou uma solução eficiente.

³⁰ Ressalata-se a afirmação de Myrdal de que a corrupção reforça e intensifica os *soft states* por redesenhar os objetivos estratégicos da ação do estado em prol de uma maior corrupção.

³¹ Myrdal se preocupa em esclarecer que não são o oposto de estados opressores e que ele não está fazendo a defesa de ditaduras e afins.

habituada em um longo processo desde sua colonização, passando por formas de governo e democracia impostas de cima para baixo.

Outra contribuição importante de Myrdal foi comparar o contexto econômico mundial e as condições encontradas pelos países ocidentais industrializados quando em situação semelhante aos do Sul da Ásia.³² A comparação, além de reafirmar as dificuldades com as quais os países subdesenvolvidos se defrontam, reforça a importância da análise da evolução dos fatos históricos por Myrdal, em concordância com a metodologia evolucionária. A análise das diferenças iniciais resulta na constatação de que elas trabalham contra os países do sul da Ásia, pois em quase todos os aspectos analisados, esses países se encontram em posições menos vantajosas ou mais difíceis do que as desfrutadas pelos países industrializados do ocidente. Estas desvantagens se devem ao lapso de tempo passado entre o início da industrialização dos países ocidentais e o início nos países do Sul da Ásia, ou seja, ao atraso dos últimos em relação aos primeiros (MYRDAL, 1971; 1974; 1975; 1977).

Primeiramente, mesmo na época, os países ocidentais avançados já possuíam melhores condições sociais, econômicas e políticas em relação às condições enfrentadas pelo Sul da Ásia em época comparável. Estes países ocidentais possuíam menor crescimento demográfico e menor densidade geográfica. Por sua vez, os países do Sul da Ásia apresentavam elevado crescimento demográfico e em trajetória de aumento, o que impactava na densidade demográfica. Ambos os fatores diluem os benefícios do desenvolvimento, sendo que a densidade demográfica pode aumentar custos e impactar indiretamente no desenvolvimento³³.

Em termos de recursos naturais, Myrdal procurou mostrar que o sul da Ásia possuía na época menor abundância de petróleo, carvão e ferro, recursos de extrema relevância para a industrialização nas duas épocas analisadas. Ou seja, os asiáticos não contavam com a mesma riqueza natural com que os ocidentais puderam contar. Além dessas singularidades dos países asiáticos, é preciso considerar na análise o contexto mundial em si. Do ponto de vista de Myrdal, os países ocidentais se viram diante de mercados em expansão para seus produtos e em condições mais liberais quando do início de sua industrialização. Ao contrário, os países asiáticos não só se defrontaram com encolhimento de suas exportações, como de pouca perspectiva de melhora. De maneira geral, Myrdal considera que os mercados eram mais liberais na época em que os países ocidentais se industrializaram, o que possibilitou que eles

³²O autor assinala que o debate acerca do período exato de comparação é controverso e prefere deixá-lo vago, sugerindo em passagem que está analisando muitos anos antes da primeira onda de industrialização.

³³Myrdal analisou o impacto do crescimento demográfico (e também do padrão de vida) no sustentabilidade do desenvolvimento no longo prazo, considerando a existência de recursos limitados e dos efeitos nocivos da poluição. Assim, já no início da década de 1970 o autor tratava da temática da sustentabilidade ambiental do desenvolvimento, como pode ser observado em seu artigo *EconomicsofanImprovedEnvironment* (1972c).

alcançassem e dominassem muitos mercados com seu pioneirismo. No que tange aos países asiáticos, Myrdal afirmou que o século da liberdade já passou, e resta a eles além da competição por eficiência, competir contra o protecionismo também.

Toda essa análise confirma a centralidade do processo de desenvolvimento em sequências cumulativas de mudanças institucionais, além de sugerir uma dependência da trajetória no âmbito desse processo. Isso pode ser notado pela constatação de que os países subdesenvolvidos não se deparam com as mesmas condições históricas e econômicas, de forma que o resultado de seu processo de desenvolvimento tenderá a ser diferente. A validade das convergências apontadas pode ser confirmada pelo reconhecimento do próprio Myrdal enquanto pertencente à vertente institucional da economia em seu artigo de 1978.

No artigo intitulado *Institutional Economics*, Myrdal analisa em retrospecto sua escolha teórica pela Economia Institucional, mencionando até mesmo contato próximo com Commons no início da década de 1930, ainda que não tenha se persuadido a essa época. Apenas longo período depois, ao estudar a civilização norte americana, Myrdal se convenceu de que não existiam problemas puramente econômicos, puramente sociológicos, psicológicos ou políticas: existiam problemas. Em decorrência dessa constatação, aproximou-se da economia institucional, cujo aporte teórico permitia tomar em conta todo o sistema social em sua análise. Para ele *“the common denominator among institutional economists is their tacit acceptance of a master model which encompasses the movement of the whole social system, within which there is causal interdependence”* (MYRDAL, 1978, p. 775)..

Do mesmo modo, no âmbito da economia institucional a dinâmica do sistema podia ser compreendida enquanto uma causalção circular que possuía propriedades cumulativas, características muito evidentes em toda obra de Myrdal. Outra característica da economia institucional ressaltada pelo autor foi a preocupação em explicitar os aspectos normativos da teoria, já que para ele não haveria ponto de vista que não fosse apenas a vista de um ponto (MYRDAL, 1978). De forma que a escolha não seria entre ser normativo ou não, mas entre admitir as premissas e valores subjacentes às respostas buscadas ou não. Coerentemente, o autor ressaltou suas premissas normativas, a exemplo da afirmação de que educação é uma variável chave para o dese, mas não apenas em quantidade, a forma da educação também deve levada em conta. Para o autor, não basta que mais crianças sejam matriculadas nas escolas, mas que recebem educação correta, à qual chamou pró desenvolvimento. Uma educação correta poderia combater até mesmo os *soft states* e a corrupção por meio da modificação gradual de valores e hábitos :

In education, the problem is not only one of increasing the number of children who attend school, but also of changing goals and methods of teaching. At present, much school education is actually a retardation in its effects, and not only because it fosters a contempt for manual work. What I have called the "soft state" must be overcome. In particular, corruption must be fought effectively: (Myrdal, 1978, p.782).

O artigo escrito por Myrdal em 1978 chancela sua escolha pela Economia Institucional como vertente teórica. Além de se declarar explicitamente insitucionalista, o autor descreveu vários dos princípios abordados no primeiro capítulo desta dissertação como pilares da teoria institucional que se refletiram na sua própria contribuição, confirmando a hipótese desta pesquisa de se tratar de um economista evolucionário.

3.6 Considerações Finais

A análise das obras de Myrdal permitiu verificar várias características da metodologia evolucionária em seu pensamento. Primeiramente, o autor concebeu um princípio muito semelhante ao da causação cumulativa de Veblen, qual seja a causação circular cumulativa, na qual logrou alcançar grande sofisticação e especialização em decorrência de seu ajustamento ao tema específico do desenvolvimento econômico. Ressalta-se principalmente a contribuição teórica da possibilidade de reversão da trajetória advinda do conceito de Myrdal

Por outro lado, a própria centralidade do processo de evolução fica muito evidente na leitura das obras de Myrdal, que sempre busca entender a sequência de causalidades e fatos, sejam teóricos ou históricos, que desembocou na situação analisada. Além da análise de seus desdobramentos. Ressalta-se sua comparação das condições iniciais do desenvolvimento dos países do ocidente e da Ásia.

Por outro lado, conceitos como harmonia criada e *soft states* são, por si só instituições, o que só reforça a centralidade delas na análise de Myrdal, sempre buscando mostrar como as atitudes, os comportamentos, as crenças, as culturas, os hábitos configuram as principais singularidades de um país, e são ainda mais relevantes para compreender seu subdesenvolvimento do que variáveis puramente econômicas, como renda e investimento. Além de claramente atribuir a raiz desses hábitos de pensamento a fenômenos e aspectos da esfera produtiva. Por último, mas não menos importante, o próprio autor se declarou institucionalista em diversas obras na década de 1970 e admitiu um patente caráter institucionalista mesmo em obras muito anteriores. Assim, é possível dizer que a obra de Myrdal configura um relevante aperfeiçoamento da metodologia evolucionária apresentada no primeiro capítulo.

4 A TEORIA INSTITUCIONAL EVOLUCIONÁRIA SOBRE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO PERÍODO RECENTE: A INTERPRETAÇÃO DE HA-JOON CHANG

4.1 Considerações Iniciais

Ha-Joon Chang é um economista contemporâneo de origem sul coreana, que tem desenvolvido um significativo volume de pesquisa na área do desenvolvimento econômico a partir de uma interpretação reconhecidamente institucionalista. Entre sua atuação profissional encontram-se atividades de professor e pesquisador da Universidade de Cambridge, além da atuação em organismos internacionais como o Banco Asiático de Desenvolvimento, Banco Europeu de Investimento, e o Banco Mundial. A apreciação da obra de Chang pode evidenciar a forma como a abordagem institucional evolucionária tem sido usada na compreensão do desenvolvimento, colaborando sobremaneira para os objetivos desta pesquisa.

A este respeito, a contribuição de Ha-Joon Chang é ampla e prolífera, passando por análises críticas da teoria neoliberal, e interpretações mais pontuais sobre contextos econômicos de países específicos, em momentos específicos. Segundo Chang (2007c), suas áreas de interesse para pesquisa são: discussão sobre o papel do Estado na transformação econômica; política industrial; privatização e regulação; teorias das instituições e da moralidade; economias do sudeste asiático; globalização; e economia do desenvolvimento em perspectiva histórica. Alguns destes aspectos mencionados fogem aos objetivos de análise desta pesquisa. Por isso, este capítulo se concentrará nas obras nas quais o autor contribuiu para o debate sobre a relação entre instituições e desenvolvimento, além daquelas em que realizou análises de caráter mais histórico das políticas e instituições utilizadas por diversos países³⁴. De maneira geral, nestes trabalhos, o autor se dedicou a entender o papel

³⁴ Assim, cronologicamente, as principais obras abordadas serão Chutando a Escada: A estratégia de Desenvolvimento em Perspectiva Histórica (2002), *Breaking the Mould: an institutionalist political economy alternative to the neo-liberal theory of the market and state*(2002b), *Reclaiming Development: An Alternative Policy Manual* (2004), *La Relacion Entre las Intituciones y el Desarrollo Economicó. Problemas Teóricos Claves* (2006), *Institutional Change and Economic Development: An Introduction* (2007 a), *Understanding the relationship between institutions and economic development: some key theoretical issues* (2007 b), *Hamlet Without the Prince of Denmark* (2009) e *Institutional and Economic Development: Theory, Policy and History* (2010). As obras analisadas não esgotam a contribuição de Chang e não serão as únicas utilizadas ao longo do texto, mas será possível perceber que a investigação acerca de sua interpretação evolucionária sobre o desenvolvimento se dará majoritariamente em relação a elas.

desempenhado pelas instituições no processo de desenvolvimento econômico, com especial esforço em avançar na compreensão da evolução institucional necessária para buscá-lo.

Tal tentativa reflete sua crítica ao diagnóstico e às soluções propostas pela economia neoclássica ao fenômeno do subdesenvolvimento, expressas pelo que ele denominou de *Standard Institutions*³⁵ ministradas pelos órgãos internacionais, como FMI e Banco Mundial. As *Standard Institutions* representariam, na prática, maior abertura dos mercados e menor intervenção na economia, princípios que refletem a primazia do livre mercado segundo a qual as falhas do governo são sempre maiores do que as do mercado e a intervenção só se justifica em áreas como segurança e leis de propriedade³⁶. Chang discordou afirmando que o mercado é apenas uma das muitas instituições relevantes para o desenvolvimento, e que a ideia de livre mercado não é científica, mas política³⁷. Dessa crítica decorreria a necessidade de compreender o papel desempenhado por uma gama mais ampla de instituições, aproximando-se de soluções mais realistas para equacionar as legítimas disputas de interesses intrínsecos ao processo de desenvolvimento, como discutido adiante (CHANG, 2002b).

A análise dessas instituições deveria ater-se mais à função³⁸ desempenhada pelas mesmas do que à sua forma, fugindo ao que Chang (2006) cunhou de fetiche da forma³⁹ e ao

³⁵ Chang (2010) elencou as seguintes instituições constituintes da agenda neoliberal: (i) um sistema legal de direito comum, que promova contratos gratuitos; (ii) um sistema industrial baseado na propriedade privada, exigindo privatização significativa em muitos países; (iii) um sistema financeiro baseado em um mercado de ações desenvolvido; (iv) um regime de regulamentação financeira que incentive a "prudência" e a "estabilidade", incluindo um banco central politicamente independente; (v) um sistema de governança corporativa orientado a acionistas, que assegurará que as corporações sejam administradas por seus proprietários; (vi) um mercado de trabalho flexível que permita reatribuir rapidamente a mão-de-obra em resposta a mudanças de preços; (vii) um sistema político que restringe ações arbitrárias de governantes políticos e seus agentes através da descentralização do poder e da minimização do poder discricionário para os agentes do setor público.

³⁶ Em consonância com a importância da liberdade de mercado no núcleo teórico da Economia Neoclássica, a instituição mais importante defendida pelos economistas ortodoxos são os direitos de propriedade, posto que forneceria a garantia de que os agentes econômicos poderão desfrutar dos resultados de seus sacrifícios. Todavia, Chang argumentou que a necessidade de proteção forte é discutível. Para os shumpeterianos, por exemplo, uma proteção muito forte poderia significar a permanência artificial de tecnologias obsoletas. Para Chang a relação entre proteção e desenvolvimento não é linear (Chang, 2007b).

³⁷ Em seu trabalho *Breaking the Mould: an institutionalist political economy alternative to the neo-liberal theory of the market and state* (2002b), que será amplamente utilizado nesta pesquisa, Chang advogou a necessidade de ampliar a gama de instituições na análise do desenvolvimento. Como argumento, ressaltou que o mercado, a liberdade de mercado, a intervenção estatal e o preço correto são instituições que, como todas as outras, servem para solucionar disputas de interesses legítimos. Dessa forma, a definição e delimitação de um mercado, suas regras de funcionamento, bem como o estabelecimento de quais agentes podem participar do mesmo, são soluções políticas para conflitos de interesse, e não há muito de científico e puro nelas. Da mesma forma, as definições de liberdade de mercado e intervenção também o são. Essa constatação fica mais evidente quando se percebe que a liberdade de mercado um dia incluiu o uso de trabalho escravo e infantil, que eram componentes aceitáveis do chamado preço certo, evidenciando o contrário do defendido pela teoria ortodoxa ao explicar sobre o caráter natural e científico desses conceitos.

³⁸ Chang (2006) explicou que há uma confusão na ampla literatura sobre o papel cumprido pelas instituições no desenvolvimento quanto à diferença entre forma e função. Para o autor, a mesma função pode ser desempenhada por diversas formas institucionais. Por outro lado, uma forma institucional pode desempenhar múltiplas funções. Ainda segundo Chang, o escrutínio da função institucional é mais adequado no âmbito da análise qualitativa.

consequente receituário institucional inflexível representado pelas *Standard Institutions*. Esta abordagem auxiliaria na composição de um manual alternativo de mudança das instituições que contemple a inovação institucional. Nessa busca, o autor compreendeu que a cultura e os valores morais de uma sociedade são de extrema relevância para seu desenvolvimento, e que estas características não são imutáveis (CHANG, 2006). O ambiente institucional favorável, entendido como a presença de altos padrões comportamentais já enraizados e difundidos, facilita a obtenção de sucesso nas medidas tomadas em favor do desenvolvimento. Essa mudança nos padrões comportamentais acontece no âmbito das instituições vigentes e sob influência da agência humana (CHANG, 2002b). Nesse sentido, se aproximou muito da percepção da função (ou do papel) das instituições de Veblen e da concepção da mudança institucional tal como proposta por Hodgson no capítulo 2 desta dissertação.

Tendo isso em mente, este capítulo se debruçará sobre as pesquisas em que Chang procurou analisar uma ampla gama de instituições relevantes para o desenvolvimento. Além disso, será discutido sua defesa da necessidade de maior liberdade e flexibilidade de mudança institucional para os países em desenvolvimento⁴⁰, bem como sua tentativa de compreender as nuances desse processo de mudança encontrados por esses países. A análise buscará sempre destacar as proximidades da contribuição de Chang com a metodologia evolucionária tal como apresentada no capítulo 2 desta dissertação.

Para cumprir com este objetivo, o capítulo será dividido em três seções adicionais além desta. A seção 4.2 abordará o conceito de instituição utilizado pelo autor procurando explica sua relação com o desenvolvimento. Em seguida, será discutido a interpretação do autor acerca do processo histórico de evolução das instituições e as políticas desenvolvimentistas dos países (principalmente dos desenvolvidos), revelando estreita convergência com a abordagem evolucionária. A seção 4.4 enfocará sua contribuição à compreensão da mudança institucional. Por fim, serão sintetizadas as principais conclusões do capítulo.

³⁹Por fetiche da forma Chang (2006) compreendeu a negação da diversidade institucional e a crença em uma forma única para suprir cada função institucional.

⁴⁰Como já mencionado neste trabalho, a nomenclatura dada aos países que não são considerados desenvolvidos variou ao longo do tempo. Assim, dado que Myrdal e Chang são de épocas contextos diferentes, será mantido o termo usado por cada autor.

4.2. A relação entre instituições e desenvolvimento para Ha-Joon Chang : uma primeira abordagem conceitual

Em vista do caráter teórico deste trabalho e de seus objetivos, faz-se necessário ressaltar que o conceito de instituição assumido por Chang difere do de Veblen, que estabelece tal conceito como sendo resultado de hábitos de pensamento difundidos e enraizados. Chang, por sua vez, definiu seu conceito de instituições enquanto organizações em seu artigo “*Understanding the relationship between institutions and economic development: some key theoretical issues*” (2007 b, p. 31). Em suas palavras:

Van Arkadie points out that institutions are used to mean both the ‘rules of the game’ and the ‘organizations’. While the former sense of the term has become more prevalent since the time when van Arkadie wrote the article, we still use terms like the Bretton Woods Institutions, which uses the word institution in the latter sense.

Entretanto, é possível afirmar que os economistas institucionalistas contemporâneos transitam entre o conceito de instituições da Velha Economia Institucional e o da Nova Economia Institucional, principalmente por se tratar de contribuições interdisciplinares (Cavalcante 2014). Semelhantemente, o conceito usado por Chang mostra importantes convergências com o de Veblen e com autores na Nova Economia Institucional⁴¹. Nota-se que, ao advogar a função constitutiva das instituições, Chang se aproxima do conceito de Veblen. Por outro lado, ao admitir a mútua determinação entre o ator e a estrutura, Chang se aproxima da causação de cima para baixo de Hodgson (discutido adiante). Assim, é necessário atribuir a Chang o conceito de instituições definido pelo autor. No entanto, as convergências com a metodologia evolucionária mostraram-se de maior expressão.

Esclarecido este ponto, convém ater ao foco principal do trabalho acadêmico de Ha-Joon Chang, que está na problemática do subdesenvolvimento econômico, mais especificamente o papel cumprido pelas instituições no processo. O autor defende que o "pacote" de instituições oferecido pelos órgãos internacionais como receituário necessário para se chegar ao desenvolvimento econômico é inflexível e não considera as necessidades específicas dos países em desenvolvimento. Como todos os autores estudados nesta dissertação, Chang avalia criticamente o diagnóstico e as soluções oferecidas pela abordagem *mainstream* a estas nações representadas pela agenda neoliberal. Para o economista, as políticas e instituições criadas em Breton Woods e impostas aos países mais pobres, seja por

⁴¹ Tal proposição está colocada em seu artigo *La Relacion Entre lasInstituciones y el Desarrollo Economicó: Problemas Teóricos Claves* (2006). Nele, Chang compara as instituições com tecnologias sociais e sugere que sua adaptação precisa levar em conta os elementos tácitos não codificáveis presentes nas mesmas. Dessa forma, é possível perceber convergências com autores da Nova Economia Institucional. Todavia, dado o objetivo deste trabalho, esse ponto não será explorado, ficando como sugestão para pesquisas futuras.

meio político e ideológico⁴², seja por meio de condições para acessar instituições e ajudas internacionais, resultam na manutenção da divisão internacional do trabalho em condições desfavoráveis às nações menos favorecidas (CHANG, 2000; 2010).

Em seu trabalho publicado em 2004, *Reclaiming Development: An Alternative Policy Manual* (em co-autoria com Ilene Grabel), Chang analisou os princípios propagados pela agenda neoliberal e as supostas benesses advindas delas. Em seguida, contrastou as estas hipotéticos benefícios com os resultados obtidos por meio aplicação dessas ações pelos países em desenvolvimento. Apesar de não possuir o caráter detalhado de um estudo de caso, o trabalho sugeriu que a agenda neoliberal não beneficia aos países em desenvolvimento da mesma forma que aos desenvolvidos. Isso porque suas ações foram pensadas para manter e intensificar a divisão internacional do trabalho e a posição de produtores de bens primários e compradores de bens de alto valor agregado por parte dos países em desenvolvimento.

Nesse sentido, esta agenda não significaria, necessariamente, um caminho para o desenvolvimento. Isto porque, a trajetória de desenvolvimento dos países industrializados mostra que esse processo está mais próximo de uma transformação na esfera produtiva do que de uma possível especialização na produção do bem em que se tenha menos desvantagem⁴³ (CHANG, 2004). A defesa de Chang de que a agenda neoliberal não auxilia o desenvolvimento dos países atrasados teve seu ápice em sua obra mais famosa, qual seja, *Chutando a Escada: A Estratégia de Desenvolvimento em Perspectiva Histórica* (2002). Neste livro, Chang analisou as políticas e instituições utilizadas pelos países desenvolvidos quando em sua fase de *catching-up* com suas consequências na estrutura social. Segundo o autor, esses países utilizaram políticas protecionistas de caráter tecnológico, industrial e comercial, diferentes das pregadas atualmente, e que esta prática foi de fundamental importância para que eles pudessem assumir a liderança econômica, política e social no mundo. Em seguida, esses mesmos países modificaram seu discurso em favor da liberalização econômica, mesmo não tendo praticado o *laissez faire* por período prolongado. Tal constatação o levou a afirmar que esses países, na prática, chutaram a escada do

⁴² Nota-se a pressão exercida pela mídia internacional em relação às políticas heterodoxas adotadas por qualquer país e a influência sobre os investidores internacionais resultante. Para uma discussão mais aprofundada, ver Chang (2007a).

⁴³ Essa percepção advém da Teoria das Vantagens Comparativas de Ricardo, segundo a qual todo país possui alguma vantagem na especialização produtiva e no comércio, mesmo que esta não se dê em termos absolutos. A vantagem relativa advém da possibilidade de maximização da quantidade de bens através da especialização na produção daquele bem que represente custo de oportunidade menor. Ou seja, um bem do qual a produção significa abrir mão de uma quantidade menor de um outro alternativo. Assim, ao especializar-se na produção do bem relativamente vantajoso, é possível usar o excedente produtivo para o comércio, resultando em uma soma maior de bens no final do que resultaria a comercialização do excedente do bem alternativo, maximizando o bem estar da população (Chang, 2004).

desenvolvimento por onde eles mesmos subiram. Protagonizaram portanto uma tentativa de impedir os países em desenvolvimento em utilizar as mesmas ferramentas que permitiram aos países desenvolvidos realizar seu *catching-up*. Seu objetivo era garantir a manutenção da configuração atual do comércio mundial segundo a divisão internacional do trabalho então estabelecida.

Assim, *Chutando a Escada* (2002) configura uma das obras cuja a análise assume a maior relevância para os objetivos desse trabalho uma vez que examina a trajetória de evolução de variadas práticas e instituições, em grande sintonia com a metodologia evolucionária. Por sua vez, a já referida obra “*Reclaiming*” (2004) foi elaborada de maneira mais sintética e argumentativa, utilizando uma análise quantitativa e qualitativa. Dessa forma, a interpretação de seu trabalho feita a seguir não se aterá à ordem cronológica, mas buscará associar e relacionar as contribuições em ambas⁴⁴.

A análise elaborada em *Reclaiming* mostrou que a teoria das vantagens comparativas subjacente à agenda neoliberal presume que a melhor forma de alcançar o desenvolvimento é deixando que apenas as indústrias mais competitivas sobrevivam à seleção do mercado, resultando em maior eficiência no longo prazo. Dessa forma, as melhores políticas e instituições seriam aquelas que garantissem a menor intervenção estatal possível e a segurança do investimento já que este guarda relação com o crescimento econômico. Consequentemente, a melhor política comercial seria a liberalização - entendida como a ausência de barreiras tarifárias e outros tipos de restrições governamentais - mesmo que unilateralmente.

Entretanto, a análise das políticas e instituições dos países em desenvolvimento e do histórico de evolução institucional dos países desenvolvidos mostrou resultados diferentes dos pregados pela agenda neoliberal. No primeiro caso, Chang tentou mostrar que sua aplicação nos países atrasados resultou em desequilíbrios macroeconômicos até a piora do atraso tecnológico e distanciamento de uma possível industrialização (CHANG, 2000; 2004). Por outro lado, no que tange aos países desenvolvidos, sua trajetória mostrou o uso amplo e continuado de várias formas de intervenção estatal visando a proteção da indústria nascente (CHANG, 2002).

⁴⁴ Em outras obras, como *New perspectives on East Asian development* (1998) e *Under-explored Treasure Troves of Development Lessons* (2009), Chang explorou outros exemplos de países que utilizaram instituições diferentes das pregadas pela teoria neoclássica e alcançaram o desenvolvimento, ressaltando os grandes desafios iniciais enfrentados por esses países, muitos deles comuns aos países subdesenvolvidos analisados por Chang. O autor concluiu que as instituições neoclássicas não são necessariamente a única fórmula para o desenvolvimento, além de ressaltar que esses casos deveriam mostrar que é possível iniciar um processo de desenvolvimento em condições desafiadoras.

Os resultados encontrados pela pesquisa histórica de Chang estão em consonância com o que propõe o título do livro de 2002. Por outro lado, essa mesma história pode revelar que as instituições “da boa governança” pregadas aos países em desenvolvimento, ainda que sejam importantes nos países desenvolvidos, foram fruto de um longo e intrincado processo de evolução institucional, de lenta adaptação e evolução social, que não esteve livre de falhas e retrocessos. O processo de acertos e erros que culminou nas modernas e eficientes instituições dos países industrializados mostra que essas são produto do desenvolvimento (em maior medida) do que são causa do mesmo, principalmente quando se percebe que tais países praticaram o neoliberalismo em curtos períodos de sua história. Destarte, apesar da impressão de que os países ricos sempre lidaram com sucesso, a história mostra que desenvolveram políticas, técnicas e instituições para superar os muitos desafios encontrados pelo caminho. Consequentemente, Chang advogou maior flexibilidade para os países em desenvolvimento em suas tentativas de mudança institucional, já que a evolução institucional foi um processo complexo e cheio de erros e acertos para todos.

Semelhante a Myrdal, esses resultados encontrados por Chang poderiam facilmente ser interpretados enquanto uma sequência evolucionária em desdobramento. Em consonância com a metodologia inferida em capítulo anterior, Chang também analisa e interpreta os fenômenos econômicos por meio da evolução organizações, valores e hábitos, que percebeu como instituições. Por outro lado, diante das consequências dessa contradição entre os fatos históricos e a defesa da agenda neoliberal para os países em desenvolvimento, Chang defendeu a necessidade diminuir a força dos argumentos neoliberais implícitos nas instituições de boa governança. Concomitantemente ressaltou que a mesma resistia em parte, graças à existência de alguns mitos históricos, como a percepção de que os países desenvolvidos chegaram onde estão por meio de liberalização comercial e econômica de boa governança. Destarte, o estudo da história desses países pode ser extremamente útil para desmistificar a relação direta estabelecida entre essas práticas e o desenvolvimento econômico. Além disso, esse estudo evidencia as práticas realmente adotadas por esses países, permitindo que os países em desenvolvimento aprendam com elas e tirem algum proveito de estar atrasado (CHANG, 2004; 2010).

Entre esses aprendizados está a construção de um caminho para o desenvolvimento onde seja possível levar em consideração as especificidades e necessidades de cada país, permitindo um grau de liberdade maior no desenho político e institucional dos países em desenvolvimento. Neste sentido, a principal lição extraída da obra do autor pode ser expressa nas seguintes palavras: (...) *it is not what one has but how one has got it that determines*

whether a country is developed or not." (CHANG, 2009, p. 5). Ou seja, desenvolvimento significa que o país deve possuir uma lista de boas instituições pré determinadas por instituições multilaterais, mas trata-se de um processo de evolução que culminou em instituições que sejam adequadas para conduzir o país ao progresso material e social, respeitadas suas condições históricas e culturais. Nesse sentido, Chang atribui importância ao processo de evolução por si mesmo para a compreensão do desenvolvimento econômico.

Nesse ponto, é preciso observar que o autor não estava defendendo o *status quo* institucional dos países em desenvolvimento, mas sim um relaxamento nos padrões fixos de forma e de prazo impostos aos mesmos. Por outro lado, e talvez mais importante para os objetivos deste trabalho, ele está focado em investigar a importância atribuída tanto à função das instituições, quanto de seu processo histórico de evolução com vistas ao desenvolvimento, ainda que o conceito de instituições guarde certa discrepância do utilizado ao longo desta dissertação. Pode-se afirmar que Chang explica o desenvolvimento em grande parte por meio da evolução das instituições, fato que fica ainda mais evidente quando o autor descreve o período de *catching-up* dos países desenvolvidos como um processo de constante desdobramento.

Por outro lado, em seu trabalho *Hamlet Without the Prince of Denmark* (2009), Chang advogou ser possível inferir uma mudança qualitativa na concepção de desenvolvimento por meio do caráter e da atuação das instituições internacionais para o desenvolvimento. Segundo o autor, as instituições internacionais inauguraram uma nova compreensão de desenvolvimento depois da Segunda Guerra Mundial. Anteriormente, havia a percepção de que desenvolvimento era uma mudança estrutural na esfera produtiva que colocava o país na dianteira tecnológica e assim modificava toda sua organização social. Após a implantação do sistema de Bretton Woods, período onde surgem as instituições de “boa governança”, o desenvolvimento se tornou sinônimo do simples aumento do acesso a bens materiais e diminuição da pobreza.

Essa percepção reforça a defesa de Chang de que a atual receita para o desenvolvimento omitiu alguns importantes fatores. Além disso, o processo de *catching-up* dos países industrializados ratificou o significado de desenvolvimento vigente antes da atuação das organizações internacionais. Isto porque esses países passaram primeiramente por grandes transformações estruturais e, apenas depois alcançaram o *status quo* institucional em que se encontram. Diante da relevância dessa análise realizada sobremaneira em *Chutando a Escada*, a próxima seção detalha um pouco mais os argumentos do autor expostos acima, visando evidenciar seu viés evolucionário.

4.3 A análise histórica da evolução das políticas e instituições para o desenvolvimento: um processo de evolução em desdobramento

Chang analisou as políticas e instituições utilizadas por uma ampla gama de países⁴⁵ em sua fase de *catching-up* em sua obra *Chutando a Escada*. Entretanto, dado que o objetivo desta seção é compreender as convergências da obra de Chang com a metodologia institucional evolucionária e não resenhar a obra do autor, não será feita referência a todos os países e a todos os debates por ele alinhavados. Apenas o suficiente para a apreciação das convergências e divergências de sua metodologia em relação àquela inferida no segundo capítulo deste trabalho. Ressalta-se que uma das principais características comuns encontrada por Chang para os diversos países analisados foi a utilização de políticas e instituições de proteção à indústria nascente, com variações de país para país. Tais políticas podiam ocorrer diretamente na indústria, no comércio ou para a criação de tecnologias. Ou seja, apesar da proteção à indústria nascente ser conhecida pelas barreiras tarifárias, a gama de políticas e instituições utilizadas é muito maior.

Na verdade, Chang ressaltou que as barreiras tarifárias não foram a única nem necessariamente a principal prática utilizada por esses países na tentativa de proteger a indústria nascente. Apesar de terem sido uma ferramenta útil e relevante no período de difícil tributação e no qual o sistema bancário e financeiro mundial não estava ainda bem organizado, as barreiras tarifárias sempre foram utilizadas em conjunto com medidas mais ativas na esfera produtiva. Por isso, as políticas comerciais, industriais e tecnológicas foram muito mais variadas e complexas do que simples tributação ou subsídio.

Chang iniciou sua empreitada com a desmistificação da percepção comum sobre a primeira fase de industrialização da Inglaterra, conhecida como o berço do liberalismo econômico, e por praticá-lo unilateralmente. Contudo, segundo o autor, apesar de ter se colocado como o primeiro país capitalista a praticar o liberalismo internacionalmente, a Inglaterra apenas o perpetrou de maneira generalizada e unilateral em um pequeno período de sua história, aproximadamente entre 1860⁴⁶ e 1930. Na maior parte do período analisado

⁴⁵ O autor analisou a Grã-Bretanha, Estados Unidos, Alemanha, França, Suécia, Bélgica, Holanda, Suíça, Japão, além de fazer alguns comentários gerais sobre a América Latina.

⁴⁶ O marco histórico escolhido por Chang (2002) foi o tratado anglo-francês de livre comércio *Cobden-Chevalier* (1860) uma vez que ocasionou a queda da maioria das tarifas DE IMPORTAÇÃO? EXPORTAÇÃO?, enquanto a queda dos *Corn Laws* mostrou-se mais simbólica na opinião do autor.

(séculos XIX e XX) o país adotou inúmeras e diversas práticas protecionistas de forma que tornou-se também o berço da proteção à indústria nascente.

Ao perceber que não seria capaz de competir em condições de igualdade com as indústrias mais antigas, a Inglaterra cuidou de desenvolver pouco a pouco um eficiente sistema de fomento e proteção às manufaturas, utilizando, inclusive, políticas tarifárias. A primeira medida adotada pelo país foi a proibição gradual da importação de tecidos de lã, que foi da restrição parcial até a proibição completa. Além disso, o Estado inglês cuidou de importar tecelões de países com manufaturas têxteis mais antigas, como dos Países Baixos, de onde contratou grande contingente de mão de obra. Cuidou também de escolher os locais mais adequados para o fomento dessa indústria, em um ato muito próximo a um planejamento estatal.

Ainda no que tange à política tarifária, a Inglaterra proibiu a exportação de lã bruta e até mesmo de produtos de acabamento muito rústico. Com isso, conseguiu fomentar o maior nível de beneficiamento da lã e ao mesmo tempo garantir certo padrão de qualidade, prática que também se deu de forma gradual. A certa altura, iniciou uma política de redução das alíquotas de importação de matérias-primas relacionadas à produção têxtil também, além de total isenção na exportação desse bem quando acabado.

Nos aspectos comerciais, o Estado inglês enviou comissários a outros países da Europa na tentativa de ampliar suas relações comerciais. Além disso, promoveu um massivo investimento naval, que culminou na supremacia do país nessa área e instituiu os *Navigation Acts*, pelo qual toda transação comercial realizada com a Inglaterra deveria ser transportada por sua frota marítima. A política de proteção à indústria inglesa durou até que o país alcançasse o mais alto grau de competitividade e tecnologia na segunda metade do século XIX, a partir do qual começou a retroceder em suas políticas protecionistas, principalmente as tarifárias.

O processo, que se deu ao longo de décadas teve seu auge com a revogação das polêmicas *Corn Laws* em 1846, cuja queda é considerada por muitos economistas e historiadores como a vitória do liberalismo sobre o mercantilismo. Todavia, apesar de reconhecer o caráter liberal das transformações nas políticas adotadas pelo país, Chang advogou que - mais que um ato de liberalismo econômico - a revogação das *Corn Laws* foi uma maneira indireta de desestimular as manufaturas em outros países por meio do incentivo ao mercado agrícola:

A revogação da *corn Law* é atualmente interpretada como a vitória final da doutrina econômica clássica liberal sobre o desatinado mercantilismo. Embora não se deva subestimar a influência da teoria econômica nessa mudança de política, muitos

historiadores mais familiarizados com o período ressaltam que o fato pode ser interpretado como um ato de “imperialismo do livre-comércio”, perpetrado com o intuito de “conter a industrialização do Continente mediante a ampliação do mercado de produtos agrícolas e matérias-primas (Chang, 2002, p. 46).

Em meados do século XIX a Inglaterra experimentou realmente um liberalismo total e unilateral mas a esta altura o país já havia alcançado tamanha capacidade tecnológica e industrial que nenhum outro país do mundo se encontrava em estágio tão avançado de desenvolvimento tecnológico e industrial ou era mais competitivo. Na verdade, segundo Chang, a Inglaterra foi o único país que aplicou o liberalismo unilateral em uma fase de sua história. Todos os outros países o praticaram de maneira relativa e parcial. Ainda assim, mesmo este país manteve a política de *laissez-faire* apenas enquanto sua supremacia tecnológica permitiu. No início do século XX, quando vários países haviam se industrializado, a Inglaterra iniciou um processo gradual de retomada de políticas protecionistas de forma que “*a era do livre-comércio chegou ao fim quando a Grã-Bretanha finalmente reconheceu que tinha perdido a primazia manufatureira e reinstituiu tarifas em larga escala em 1932*” (CHANG, 2002, p. 48).

Assim, a análise da trajetória inicial da indústria britânica mostrou não uma ausência de interferência do Estado, como é usualmente suposto, mas a presença massiva deste na proteção, organização e fomento de suas manufaturas, além de algum investimento indireto em estrutura, como foi o caso de sua equipada marinha. Ou seja, o *catching-up* da Inglaterra não se deu de acordo com as práticas pregadas pela abordagem convencional e pelas instituições internacionais. Ao contrário, se deu justamente por meio das práticas desencorajadas nos países em desenvolvimento pelas instituições internacionais.

Pode-se concluir, portanto, que ao contrário das políticas e instituições pregadas pelos organismos internacionais para o desenvolvimento após a Segunda Guerra – que significam uma diminuição do papel do Estado – a trajetória econômica da Inglaterra contou com um papel de extrema relevância do Estado. Ainda que não seja possível afirmar que essa foi a causa do sucesso do desenvolvimento da Inglaterra, é possível afirmar que este não se deu de forma natural, no sentido de terem os agentes econômicos e suas atividades deixados à sorte da sobrevivência dos mais eficientes. Por outro lado, também é possível reafirmar que o processo de evolução das instituições inglesas foi gradual e contou com importantes retrocessos, como a retomada gradual do protecionismo no início do século XX. Nesse sentido, a utilização desse processo de desdobramento como forma de argumentação para corroborar com sua hipótese do “chute na escada” se mostra próximo à forma evolucionária de entender um processo evolutivo.

Outro país cujo período de *catching-up* foi investigado por Chang foi os Estados Unidos, país conhecido por praticar o protecionismo de sua indústria nascente. De acordo com as fontes utilizadas, este país iniciou seu controle sobre os fluxos de comércio com uma tarifa única e relativamente baixa, o que foi considerado pelo autor como moderadamente liberal. Entretanto, já no início do século XIX, a média das tarifas praticadas pelo país se encontra em torno de 40%, significando os primeiros sinais da atitude protecionista adotada pelo país. Todavia, a disputa interna entre os diferentes interesses do sul do país, de característica mais agrária e escravista, e o norte, com maior presença de manufaturas, deu origem a um período de inconstância no patamar dessas taxas, que ora obedeciam ao interesse de uma região, ora de outra.

A situação foi modificada de maneira mais clara e duradoura à época presidente Abraham Lincoln que inaugurou o chamado “sistema americano” com forte caráter protecionista. Entre as principais características desse sistema encontram-se a proteção tarifária à indústria nascente e um grande investimento em infra-estrutura, que ficou conhecido como “aperfeiçoamento interno”. Na visão de Chang, esse período foi de fundamental importância na trajetória econômica do país e a vitória do Norte significou, também a vitória das manufaturas e das políticas tarifárias protecionistas.

Por outro lado, o governo norte americano lançou mão de uma gama ainda mais ampla de intervenções na economia. Desde o investimento direto em infra-estrutura, passando pela formação de capital humano dentro do país, até atividades de P&D, que geraram importantes frutos em termos de tecnologias nacionais, das quais a indústria se beneficiou sobremaneira. Como sintetizou Chang (2002, p. 60-61):

Por importante que tenha sido, a proteção tarifária não foi a única política de que o governo americano lançou mão para promover o desenvolvimento da economia na fase de *catchin-up*. Desde a lei Morrill de 1862 e provavelmente já desde a década de 1830, o estado patrocinou um amplo espectro de pesquisas agrícolas. As medidas adotadas incluíram a concessão de terras do governo para a instalação de faculdades agrícolas e a criação de institutos de pesquisa oficiais, como o Departamento de Indústria Animal e o de Química Agrícola. Na segunda metade do século XIX expandiram-se os investimentos em educação pública (...) O papel do estado norte americano na promoção do desenvolvimento de infra-estrutura de transporte (...) também foi decisivo na plasmação do projeto de desenvolvimento nacional(...) Industrias como a de computadores, a aeroespacial e a de internet, nas quais os Estados Unidos ainda se mantém na vanguarda internacional, a despeito do declínio de seu liderança como um todo, nunca teriam sido possíveis sem a P&D militar financiada pelo governo federal.

A política intervencionista norte americana se estendeu até o depois da Segunda Guerra mundial, após a qual este país já havia alcançado a supremacia tecnológica e industrial no mundo, além de se encontrar em posição vantajosa em relação às outras potências no pós

guerra. Neste cenário, o país adotou uma política comercial mais liberal, à qual passou a defender perante todos os outros. Ou seja, mais uma vez o país analisado utilizou-se em sua fase de *catching-up* justamente as práticas que condena nos países em desenvolvimento, conquanto apenas aderiu à agenda neoliberal depois de conquistada sua posição de vantajosa concorrência.

A história da política econômica com vistas à industrialização adotado na França também mostrou aspectos que confirmam a diferença apontada por Chang entre o discurso e a prática das políticas desenvolvimentistas dos países desenvolvidos. Segundo o autor, a economia francesa sempre foi dirigida pelo Estado, tendo sido considerada por alguns pesquisadores como uma espécie de antítese do *laissez-faire* britânico. Nesse sentido, o período conhecido como Colbertismo vai ao encontro dessa afirmação. Em face do relativo atraso tecnológico da França, o ministro da fazenda de Luís XIV Jean-Baptiste Colbert, contratou operários ingleses especializados e estimulou abertamente a espionagem industrial, recompensando aqueles que conseguissem acessar determinadas tecnologias. Chegou inclusive a criar o cargo de inspetor geral de manufaturas estrangeiras, responsável por organizar e estimular a prática da espionagem industrial, prática combatida pela lei de propriedade intelectual na agenda neoliberal.

Mesmo após a Revolução Francesa em 1789, que criou expectativa de maior liberalismo, os governantes franceses buscaram promover o desenvolvimento industrial e tecnológico de maneira mais indireta. Por exemplo, por meio da organização de exposições industriais, da organização de concursos de invenções, e da criação de associações empresariais, às quais o governo poderia consultar em vistas a entender suas necessidades e tentar atendê-las. O período posterior à queda de Napoleão Bonaparte, é considerado a fase de maior liberalismo da França. Ainda que não tenha sido praticado na mesma extensão e de maneira unilateral como o da Inglaterra, esse período é tido como uma aproximação da prática do *laissez-faire*. Segundo os dados analisados por Chang, esse foi justamente o período de maior estagnação industrial da França, considerando todo o tempo de *catching-up*.

Apesar de considerado por muitos uma economia com grande interferência estatal, a França mostrou um governo com ação próxima à do estado mínimo na maior parte de sua história, tendo uma atuação mais ampla e relevante apenas depois da Segunda Guerra Mundial. Assim, nas palavras de Chang, (2002, p.74):

Só depois da segunda guerra mundial, a elite francesa se animou a reorganizar o aparelho de estado e enfrentar o problema do relativo atraso industrial do país. A partir de então, especialmente até o fim dos anos 60, o estado recorreu ao planejamento indicativo, à formação das empresas estatais e ao que hoje – erroneamente – se conhece como política industrial “ao estilo do leste asiático” para

promover o *catchig-up* e igualar-se aos países avançados. Consequentemente, a França passou por uma muito bem sucedida transformação estrutural da economia, chegando finalmente a ultrapassar a Grã-Bretanha em termos tanto de produção (em diversas áreas) quanto de tecnologia.

Por conseguinte, a análise de Chang sugere certa coincidência entre os períodos de avanço tecnológico e industrial e a interferência estatal, além dos períodos de liberalismo econômico e estagnação industrial, confirmando a eficácia das políticas administradas aos países em desenvolvimento. Ou seja, esses países "chutaram a escada" do desenvolvimento depois que subiram a um patamar elevado de progresso econômico. Depois disso, passam a pregar a não interferência do Estado na economia. Por outro lado, o fim do processo de *catching-up* geralmente resulta em práticas menos diretamente intervencionistas, o que pode fortalecer a hipótese de que as instituições de boa governança são mais fortemente um resultado do que uma causa do desenvolvimento, sem negar a reciprocidade da relação.

A análise do Japão também mostrou resultado notável. O país figura entre aqueles de industrialização tardia, portanto, difere qualitativamente dos outros. Uma das razões dessa diferenciação está na pressão exercida pelos Estados Unidos para que o país abrisse suas fronteiras comerciais, limitando sobremaneira a capacidade deste em utilizar as políticas tarifárias na proteção de sua indústria nascente. Por outro lado, até a Restauração *Meiji* em 1868, o país se organizava politicamente com base em critérios ainda do regime feudal. Como resultado, sua modernização econômica só ocorreu após o referido marco histórico. Em decorrência destes fatores, é possível afirmar que o Japão se deparou com um ambiente econômico externo diferente dos outros países analisados.

Mesmo se defrontando com acordos bilaterais desiguais, a partir da Restauração *Meiji* o Estado japonês procurou encontrar maneiras de fomentar a produção industrial interna. Destaca-se a criação de fábricas estatais modelo que funcionavam como projetos-piloto para o setor privado, especialmente na construção naval, nas atividades de mineração, na indústria têxtil e nas atividades militares. Tais indústrias continuaram gozando de subsídios e subvenções mesmo após privatizadas a longo período.

Além dessa forma direta de atuação, o Estado japonês também investiu em infraestrutura, construindo uma pequena rede ferroviária e a estrutura necessária para a instalação de telégrafos. A atuação do Estado japonês se defrontou com muitas críticas, dado que o resultado do investimento em infra-estrutura foi modesto e as indústrias estatais não se mostraram lucrativas. Entretanto, ainda que não lucrativas, as indústrias e a infra-estrutura serviram de base para o posterior desenvolvimento da iniciativa privada nesses setores e

crescimento industrial. Além disso, o Estado investiu com ainda mais força em políticas de transferência tecnológica, em educação e na modernização de suas instituições. Como ressaltou Chang (2002, p. 89):

O Estado *Meiji* tratou de importar e adaptar as instituições dos países mais avançados que lhe pareciam necessárias ao desenvolvimento industrial. Não é fácil identificar o “modelo” estrangeiro específico que inspirou cada uma dessas instituições japonesas da época, mas o fato é que o que surgiu inicialmente foi uma verdadeira colcha de retalhos institucional. A legislação penal teve influencia do direito Frances, ao passo que grande parte da comercial e da civil era alemã com alguns elementos britânicos. Montou-se um exército nos moldes alemães (com certa influencia britânica); e a Marinha, nos britânicos. O banco central foi plasmado a partir do belga, e o sistema bancário em geral baseou-se no norte americano. As universidades eram norte americanas, as escolas também, no começo, mas não tardaram a adotar os modelos francês e alemão, e assim por diante.(...) Não merecem menos atenção as várias inovações institucionais ocorridas no pós-guerra, como o trabalho vitalício e as redes duráveis de subcontratação.

O Estado japonês não poupou esforços na modernização de sua economia. Em reforço a estas ações, chegado o fim dos acordos desiguais aos quais teve que se submeter, o Japão utilizou sobremaneira das políticas tarifárias de proteção à indústria nascente. Em 1913, este país podia ser considerado um dos países mais protecionistas do mundo. Entretanto, essa proteção era focada nos setores estratégicos da economia. Não obstante, em meio à acirrada concorrência internacional, o país utilizou-se ainda do que Chang denominou racionalização de indústrias chaves, ou a legalização e apoio a cartéis e fusões com a justificativa de combater a “concorrência predatória externa”. Para o governo japonês era necessário incentivar a geração de economias de escala, a padronização e introduzir o gerenciamento científico.

O milagre econômico representado pela grande transformação econômica do Japão se deve sobremaneira às políticas intervencionistas exploradas por seu Estado, ainda que tenha havido um resultado desfavorável em termos de crescimento. Como explicação para esse resultado desfavorável, Chang apontou a derrota do país na Segunda Guerra e mostrou que, antes desse evento, o país chegou a crescer a uma taxa de 8% ao ano. Assim, mais uma vez, a trajetória do país analisado rumo à industrialização e ao desenvolvimento pareceu confirmar a hipótese de que as políticas desencorajadas aos países em desenvolvimento pelas instituições internacionais por serem maléficas foram amplamente utilizadas pelos países desenvolvidos nessa fase crucial. Por sua vez, as políticas defendidas como adequadas foram utilizadas apenas após alcançada a competitividade e a dianteira tecnológica. Do que decorre que podem ter sido resultado deste desenvolvimento, não causa.

Tendo isso em mente, é importante para o propósito deste capítulo fazer alguns apontamentos relevantes neste ponto do estudo. Em primeiro lugar, nota-se como Chang construiu sua argumentação por meio da análise principalmente qualitativa de um período da evolução da história econômica de países selecionados, atentando para as gradações e retrocessos enfrentados. É possível notar como as práticas foram se intensificando e/ou se modificando em resposta às necessidades da economia do país. Dessa forma, pode-se sugerir a semelhança com a concepção de Veblen que a economia deve ser entendida como um "processo em desdobramento", ainda que de maneira menos evidente do que esteve na análise de Myrdal. Ressalta-se que a análise da evolução histórica para compreender o processo dinâmico resultante na realidade dos países observados é uma característica convergente do pensamento do autor com a metodologia institucional evolucionária. Assim, é possível dizer que esta análise elaborada pelo autor pode ser considerada evolucionária.

A exposição da evolução das ações do Estado em cada um desses países evidencia modificações em sua forma habitual de atuação. Além disso, considerando a definição de instituições enquanto organizações por parte de Chang, é possível perceber seu processo de formação e solidificação na economia desses países. Nota-se o melhoramento do aparato estatal com o surgimento de órgãos e cargos especializados, a formação de instituições de ensino e pesquisa, as modificações nas leis, entre outras. Nesse sentido, Chang delineou sua análise pelo papel desempenhado por essas instituições no processo de *catching-up* dos países analisados. Assim, quando defende que as instituições são mais claramente um resultado do processo de desenvolvimento do que sua causa, Chang está ratificando a centralidade das instituições e a importância de sua evolução histórica para a mudança econômica e social dos países. Percebe-se, assim, a grande convergência da construção de sua argumentação e de sua forma de análise com a metodologia evolucionária.

Por outro lado, Chang advogou que houve uma mudança qualitativa na concepção de desenvolvimento econômico tendo em vista tanto a atuação quanto as pesquisas e relatórios técnicos das instituições internacionais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Banco Mundial. Assim, sua explicação sobre os processos de *catching-up* realizada permite vislumbrar a concepção de desenvolvimento que definida pelo autor em trabalhos posteriores. Em seguida, é possível compará-la com a visão adjacente à atuação e aos objetivos dos órgãos internacionais de forma a compreender a substância da mudança apontada por ele. Deste modo, para Chang, o desenvolvimento significa a transformação estrutural da esfera produtiva de um país resultando na transformação de sua estrutura social. Por transformação na esfera social o autor se refere à urbanização, à dissolução da família tradicional, às mudanças nas

relações de gênero, à ascensão dos movimentos trabalhistas, ao advento do Estado de Bem Estar Social, entre outras (CHANG, 2009). O autor ressaltou, também, que essas transformações são alcançadas por meio da industrialização.

Em síntese, a visão de desenvolvimento de Chang consiste em uma mudança na esfera produtiva gerando a necessidade de adaptações em toda a estrutura institucional de uma sociedade. Destarte, sua concepção de desenvolvimento guarda muitas semelhanças com a metáfora darwinista cunhada por Veblen e ressignificada por Hodgson, segundo a qual as instituições são estreitamente relacionadas à esfera de satisfação das necessidades materiais e evoluem em respostas a elas. Seguindo essa lógica, o período de *catching-up* dos países analisados se assemelha muito mais à essa definição do que àquela adotada pelos órgãos internacionais, qual seja, que desenvolvimento refere-se a um o aumento geral do nível de consumo e a consequente diminuição da pobreza.

Coerente à percepção acima, a análise de Chang mostrou que as instituições da agenda neoliberal são eficientes na organização do mercado e na ampliação do comércio, mas não necessariamente em alterar a estrutura produtiva do país já que só foram utilizadas após a completa modificação da mesma. Assim, como sugeriu em *Hamlet Without the Prince of Denmark*, os Objetivos do Milênio (ODM) e a Rodada Doha (2001) objetivam manter a divisão internacional do trabalho já que seus objetivos e metas intensificam a especialização de cada país e dificultam que os países em desenvolvimento aprimorem sua indústria. Segundo Chang (2009, p. 2):

I will argue that these discourses have a view of ‘development’ that lacks a vision of transformation in productive structure (and the development of social and technological capabilities that are both the causes and the consequences of such transformation). They are, consequently, unable to promote development, and can even be anti-developmental.

Consequentemente, as análises realizadas em ambos os trabalhos se reafirmam e dão consistência uma à outra. Uma possível leitura evolucionária de *Chutando a Escada* possibilita inferir o significado de desenvolvimento defendido em *Hamlet Without the Prince of Denmark*. Por sua vez, a crítica proposta no último apenas reforça a percepção de que os países desenvolvidos estão "chutando a escada" do desenvolvimento, inclusive por meio de sua ressignificação.

Ademais, é importante reiterar que o autor se esforçou em demonstrar que as instituições são mais intensamente um produto do desenvolvimento do que o contrário. Duas relações importantes decorrem desta defesa. Uma delas é que o processo de desenvolvimento perpassa pela mudança institucional. Disso decorre que esta deve ser alvo de cuidadoso

estudo. Em segundo lugar, afirmar que as instituições mudam em consequência do desenvolvimento abre uma brecha para inferir que elas mudam em decorrência das novas necessidades da esfera produtiva transformada. Então ao tentar desvendar o processo de mudança institucional com vistas a facilitar o caminho para os países em desenvolvimento, Chang avançou na discussão dos mecanismos da mudança institucional ao fornecer subsídios para a afirmação de que as instituições mudam em respostas às necessidades do ambiente, entendido como a esfera de satisfação das necessidades, ou a esfera produtiva. Diante disso, a próxima seção discorrerá sobre a tentativa de avançar no entendimento da mudança institucional.

4.4 Notas sobre a mudança institucional na perspectiva de Chang e suas convergências com a metodologia evolucionária

Para Chang, desenvolvimento é sinônimo de transformação na esfera produtiva que deve repercutir positivamente em toda esfera social. Entretanto, após a década de 1990 parece ter havido uma relevante mudança na concepção de desenvolvimento que passou a ser sinônimo de diminuição da pobreza e aumento ao acesso a bens materiais obtidos por meio da ampliação do comércio. Como ferramentas, as organizações internacionais e os países desenvolvidos indicaram as *standard institutions* que seriam responsáveis pelo cumprimento do objetivo acima, ao mesmo tempo em que serviriam de condições para a obtenção de ajuda técnica e financeira aos países em desenvolvimento. Era o pacote de medidas do Consenso de Washington, adotado pelo FMI, pelo Banco Mundial e pela OMC.

Ainda segundo Chang (2007a), nesse contexto as discussões sobre o papel das instituições para o desenvolvimento voltaram a fervilhar na ciência econômica, inclusive com o surgimento da Nova Economia Institucional (NEI) na década de 1970. A maior discussão sobre o tema, todavia, não garantiu que este se esgotasse e muitas lacunas teóricas ainda se fazem presentes, o que motivou o autor a dedicar-se especificamente ao tema da mudança institucional. Posto que se o estado de desenvolvimento econômico estava atrelado às transformações na estrutura institucional, o processo de desenvolvimento implicitamente supunha a mudança institucional, ainda que não se restringisse a ela.

As lacunas referidas por Chang (2007a) consistem principalmente no esclarecimento de quais instituições seriam realmente necessárias aos países em desenvolvimento uma vez que a história mostrou que algumas propostas pelo consenso de Washington foram mais prejudiciais do que benéficas para os mesmos. Além disso, solucionado o problema de quais

instituições seriam necessárias para o desenvolvimento de determinado país, ainda restaria o desafio de implantá-las em meio a outras instituições, práticas e valores morais já vigentes. Dito de outro modo, as novas instituições precisariam ser adaptadas à estrutura institucional vigente no país em questão, que poderia ser aderente ou conflitante em relação a elas.

Chang diferenciou instituições formais - as já mencionadas organizações - de instituições informais, que representariam as práticas e valores componentes da estrutura institucional vigente observáveis nas ações dos agentes, mas não explicitamente formalizadas de nenhuma maneira. A existência dessas instituições informais torna a adaptação de uma nova instituição ainda mais complexa já que elas não são modificáveis no curto prazo. Assim, a observação da realidade por Chang trouxe à tona casos de países onde as leis e políticas se mostraram discrepantes das práticas reais dos países dado que as instituições formais foram forçosamente modificadas em prol da evolução institucional, mas as informais não legitimaram essa mudança (CHANG, 2007a; 2007b).

Portanto, o entendimento da mudança institucional precisa ter em conta que as novas instituições – inclusive aquelas professadas pelos órgãos internacionais - serão inseridas nos valores morais, nos costumes de cada país, e entre as organizações formais já existentes. Como consequência, uma nova instituição copiada de outra realidade pode não se adequar à realidade daquele país. Isso pode se dar por incompatibilidade com os valores e comportamentos já enraizados, ou por demandarem outras instituições complementares ainda ausentes naquele país. Nesse sentido, a implantação da instituição advinda de outra realidade pode mostrar efeitos completamente diferentes daqueles observados na sociedade de onde originou. É por essa razão que uma instituição precisa encontrar legitimidade em meio às instituições vigentes no país, não destoando muito das mesmas. Nesse sentido, a necessidade de legitimação de uma nova instituição em meio às outras limita o alcance da mudança institucional e explica parte do insucesso de fórmulas institucionais prontas (CHANG, 2006, 2007a).

Por outro lado, o fato de que a nova instituição será implantada entre outras instituições – formais e informais – é uma das principais razões pelas quais uma mesma instituição provoca diferentes efeitos em diferentes países. Esta percepção da relação entre instituições formais e informais aproxima a análise de Chang do conceito original de instituição de Veblen. Assim, ao advogar a existência e a relevância das instituições informais, o autor está mostrando como as instituições conformam a forma de viver e pensar dos agentes.

A defesa de Chang a cerca da relevância das instituições informais também aproxima sutilmente sua análise do conceito de causalção reconstitutiva de cima para baixo de Hodgson discutido no capítulo 2. Para Chang, a influência das instituições sobre a ação humana é inegável, mas não deve ser entendida como determinante. Apesar da primazia temporal das instituições, a ação individual independente pode ser observada em vários momentos. O autor observou que a criatividade advinda da ação independente foi a chave para a mudança institucional em vários países. Em resumo, as instituições moldam a ação individual, mas a ação individual também é capaz de modificar as instituições, já que os agentes podem agir de forma independente apenas por meio de sua opinião (CHANG, 2002b; 2002c). Nota-se que há grande proximidade desta defesa com o princípio desenvolvido por Hodgson, ainda que o último tenha se dedicado com maior cuidado à análise dos mecanismos do processo da causalção reconstitutiva especialmente ao papel dos hábitos.

As convergências entre a percepção de Chang a cerca da constituição e das funções das instituições com a metodologia evolucionária são ainda mais amplas. Em seu artigo *Breaking the Mould: an institutionalist political economy alternative to the neo-liberal theory of the market and state* (2002b), Chang advogou a importância de analisar outras instituições além do mercado na discussão sobre o desenvolvimento. Para defender a adequação desse esforço, evidenciou o conteúdo político implícito em toda instituição, inclusive no mercado. Ao longo de sua argumentação, defendeu que os economistas neoclássicos incluem certo caráter político em sua análise das instituições, mas sempre considerando que as mesmas apenas selecionam preferências mais convenientes, nunca as mudam. Para Chang, todavia, as instituições possuem uma função constitutiva capaz de modificar preferências, já que é em meio a elas que há a percepção do interesse por algo, a escolha dos temas relevantes para disputa política, além da definição sobre quais ações políticas seriam legítimas e quais não. Assim, ressalta-se a dimensão com que a percepção das instituições por parte de Chang se aproxima de Hodgson e Veblen, ainda que não declaradamente.

Essa defesa do conteúdo político das instituições não possui caráter de crítica, e sim é um reflexo da percepção de Chang de que as instituições são uma maneira de solucionar conflitos de interesse legítimos (CHANG, 2002b). A experiência de vários países em desenvolvimento analisados pelo autor mostrou que muitas instituições foram implantadas de forma a solucionar conflitos de interesses entre diferentes grupos, ou seja, foram resultado de uma disputa interna de (CHANG, 2007a). Ou seja, a mudança institucional se dá através de uma disputa de poder político, conforme sugeriu Veblen. Esse aspecto da teoria de Chang converge também com a percepção de Myrdal sobre os *soft states* enquanto a pequena

capacidade do Estado em vencer os interesses contrários ao desenvolvimento de classes com grandes poderes políticos.

Em vista dessa assimilação, ressalta-se que apesar de adotar um conceito diferente da Velha Economia Institucional (VEI), Chang ainda mostra convergências em sua percepção do significado de instituições. Essa certa fluidez do conceito adotado por ele pode ser um reflexo de sua maior preocupação com a teorização à partir dos conhecimentos advindos da prática do que das abstrações. Uma aproximação dessa hipótese é sua outorga de grande importância aos estudos de caso capazes de mostrar aspectos que fugiram à teoria e esclarecer as melhores estratégias para a mudança institucional. Foi através dessa forma de análise que logrou avançar no entendimento da mudança institucional, como será observado adiante.

Um dos primeiros aspectos observados por Chang em sua análise histórica foi a constatação da evolução institucional nos países desenvolvidos onde se deu em resposta a uma grande modificação em sua esfera produtiva. As instituições mudaram "naturalmente" ao longo do tempo porque responderam às necessidades do meio, entendido principalmente pela esfera produtiva (CHANG, 2007 a). Assim, o primeiro aprendizado pode ser resumido na constatação de que pode ser mais eficiente mudar a esfera produtiva e se deparar com a necessidade de novas instituições mais evoluídas do que mudar a instituição e esperar o desenvolvimento acontecer em resposta. Isso pode ser confirmado pela análise da trajetória dos países desenvolvidos onde foi possível observar a modificação de velhas práticas e organizações e o surgimento de novas em resposta às necessidades criadas pela transformação na esfera produtiva. Mais uma vez, as instituições criadas em *Bretton Woods* foram um resultado do processo de industrialização e *catching-up* dos países desenvolvidos, não a forma pela qual chegaram lá. . Esse aprendizado evidencia um importante aspecto evolucionário do pensamento de Chang representado pela motivação da mudança institucional em resposta às novas necessidades da esfera produtiva. Dessa maneira, há uma clara convergência com a teoria da mudança institucional da VEI. Mais do isso, ele ofereceu uma rica contribuição ao fornecer estudos de casos reais que sugerem essa relação entre instituições e ambiente, incorporado na esfera produtiva.

Todavia, Chang não advogou que a única forma de modificar as instituições é por meio da mudança estrutural na esfera produtiva, apenas que essa seria a maneira mais automática de lograr uma evolução institucional. Na defesa do autor, a mudança institucional ativa não só é possível como é uma ferramenta útil para o desenvolvimento. Em *Breaking the Mould* (2002b) Chang discorreu sobre a importância dos valores e hábitos culturais para os fenômenos econômicos, sublinhando como o desempenho determinadas instituições formais

pode estar relacionado a essas especificidades de cada país, segundo o recorrido sobre as instituições informais. Segundo ele, em ambientes onde altos padrões comportamentais estão enraizados, o sucesso de determinada instituição é muito mais provável. O contrário também se aplica. Onde a corrupção, por exemplo, está enraizada, a estrutura institucional mais evoluída pode não surtir efeitos relevantes para o desenvolvimento. Entretanto, o autor cuidou de ressaltar que mesmo esses valores e hábitos culturais são mutáveis e passíveis de evolução, e que pode se dar pela via ideológica ou pela via institucional. A via ideológica consiste na defesa ou propaganda de novos valores, já a via institucional consiste na valorização e focalização de novos valores, a exemplo do incentivo ao cooperativismo em detrimento do individualismo.

Nesse sentido, Chang buscou varias experiências de sucesso para mostrar a forma pela qual foi possível alcançar melhores resultados em termos de desenvolvimento por meio da mudança institucional bem sucedida. Ressalta-se que essas experiências contemplaram países que se depararam com grandes desafios estruturais, alguns deles comuns a muitos países em desenvolvimento⁴⁷, além de exemplos de retrocessos e falhas seguidas e novas tentativas e sucesso, como a experiência dos países desenvolvidos já havia mostrado. *Em Economic History of the Development World. Lessons for Africa* (2009b) Chang argumentou que há uma impressão de os países ricos nunca enfrentaram grandes dificuldades estruturais ou desafios diversos. Mas a verdade é que eles desenvolveram políticas, habilidades, instituições e técnicas para enfrentá-las. Ou seja, os problemas estruturais não são necessariamente uma causa do subdesenvolvimento, podem ser sintomas em diversos casos. Assim, pode ser um erro focar em supostas desvantagens estruturais quando se deveria estar focado em desenvolver as capacitações necessárias para resolvê-las⁴⁸.

No geral, três fatores estiveram muito relacionados ao sucesso na mudança institucional quando atuando juntos: a imitação, a adaptação e a inovação. Apesar de parecer contraditório ao recorrido sobre as especificidades de cada país e a necessidade de flexibilidade institucional, a imitação de uma pequena gama de instituições se mostrou um

⁴⁷Três trabalhos de Chang se destacam por discorrer sobre exemplos de mudanças institucionais bem sucedidas e de processos de desenvolvimento em condições improváveis: *New Perspectives on East Asian Development* (1998), *Under-explored Treasure Troves of Development Lessons. Lessons from the Histories of Small Rich European Countries (SRECs)* (2009) e *Economic History of the Development World. Lessons for Africa* (2009b).

⁴⁸Em seu trabalho *Incentives, Capability and Space. The Evolution of world Trading System and the Future of Developing Countries* (2012), Chang advogou que instituições podem ser compreendidas como tecnologias sociais e, como tais, possuem elementos tácitos de difícil decodificação e difusão. Diante desse aspecto, defendeu a necessidade de apoio e proteção por parte do governo em setores como educação e tecnologia, já que seria necessário desenvolver as capacitações internas para melhor proveito das instituições benéficas ao desenvolvimento.

sucesso, a exemplo dos bancos centrais. Nesses casos, os países em desenvolvimento não precisaram pagar o preço de séculos de desenvolvimento do sistema financeiro, apenas aprenderam com estratégia desenvolvida pelos países de industrialização antiga. Entretanto, de forma geral, a maioria dos casos de sucesso na mudança institucional se deram mediante adaptações e um inegável grau de criatividade.

A necessidade de adaptação está intimamente relacionada aos elementos tácitos e não codificáveis das instituições, além da legitimidade em meio das instituições informais já existentes. Nesse sentido, alguns países desenvolveram um verdadeiro quebra-cabeça institucional por meio do aproveitamento de aspectos convenientes de instituições importadas de diferentes países convivendo com grandes adaptações à sua realidade. A Reforma *Meiji* no Japão⁴⁹ é um exemplo de mistura de instituições de diversas nacionalidades, com grandes adaptações a sua realidade, principalmente o sistema educacional. Todavia, talvez o maior diferencial das experiências de sucesso para as que não funcionaram tenha sido a presença de criatividade no aproveitamento das potencialidades locais conciliado com o respeito a suas particularidades um pouco mais limitantes (CHANG, 2002c).

Entretanto, o autor tratou de alertar que a prática da mudança institucional não diz respeito apenas à política, nem a criatividade e adaptação, mas também a conhecimento técnico. A escassez de capital humano se mostrou uma dificuldade relevante nesse processo (CHANG, 2007 a; 2007 b). Além disso, é preciso liberdade no âmbito das organizações internacionais não só quanto à forma das instituições dos países em desenvolvimento, nem apenas quanto ao prazo de mudança institucional, mas também quanto à flexibilidade de voltar atrás nas mudanças e tentar de outra forma⁵⁰.

Em suma, há três grandes aprendizados para a tentativa de evolução institucional com vistas a se alcançar uma situação de desenvolvimento econômico. Primeiramente, é preciso fazer bom uso do fato de estar atrasado economicamente e portanto, aprender com os erros dos outros países. Em segundo lugar, apesar de atentar para a experiência dos outros países, convém não depositar muita preocupação e energia em utilizar as novíssimas instituições dos países desenvolvidos como um manual. O que funciona na realidade econômica dos países

⁴⁹ A Reforma *Meiji* consistiu em grande abertura comercial do Japão em resposta às pressões dos Estados Unidos. Segundo Chang, o país importou o sistema de Correio da Grã-Bretanha, o exército da Prússia, o direito Civil da França, e o Banco Central da Bélgica. O país adotou inicialmente o sistema educacional americano mas o trocou por outro mais adequado a sua realidade mediante uma apropriação de características do sistema educacional francês com o da Alemanha (Chang, 2002c).

⁵⁰ Chang (2012) argumentou que o ambiente internacional não abre espaço para a intervenção necessária para a mudança institucional por parte do estado, muito menos para que os países voltem atrás em decisões tomadas e tentem de outra forma. Assim, uma vez modificá-las políticas comerciais, por exemplo, torna-se ainda mais difícil modificá-las do que provavelmente o foi o movimento inicial.

desenvolvidos pode ainda não encontrar o ambiente necessário nos países em desenvolvimento, e o que já não funciona naqueles podem ser benéfico nestes. E em terceiro lugar, é preciso copiar as instituições e é preciso reinventá-las. Grande parte do sucesso da mudança institucional dos países em desenvolvimento pode ser explicada pelas adaptações feitas para a realidade com a qual se deparavam. Dessa forma, ainda que não exista um manual prático de mudança institucional, existem alguns acúmulos que podem ser traduzidos e trabalhados na teoria, de forma a retornarem à prática.

Essas conclusões, apesar de singelas, mostram que Chang se esforçou em extrair alguma interpretação teórica dos fatos históricos em lugar de só descrevê-los, em consonância com uma das características que se espera de uma ciência evolucionária (VEBLEN, 1898). Ademais, essas conclusões representam a evolução de um processo em desdobramento, mas constituem também o que Hodgson denominou de análise filogenética. Isso pode ser afirmado em decorrência de que a tentativa de desvendar a mudança institucional permite vislumbrar o começo provável da sequência de mudanças, porém, *“there is no trend, no final term, no consummation”* (Hodgson, 2003, p.3), pelo menos não previsto pela teoria de Chang. Essa característica também é convergente com a dependência da trajetória e com a existência de múltiplos finais possíveis assumidos pela EIE.

Mediante essas conclusões percebe-se que Chang contribuiu sobremaneira para o avanço do entendimento da mudança institucional e essa contribuição se deu em grande convergência do autor com a metodologia evolucionária elaborada por Veblen e Hodgson. Pode-se afirmar também que Chang aperfeiçoou a teoria da evolução institucional aplicando sua análise à prática e ainda esboçando uma tentativa de teorização do processo histórico e institucional de desenvolvimento econômico.

4.5 Considerações Finais

A análise de obras selecionadas de Ha-Joon Chang permitiu perceber a importância assumida pelas instituições em sua análise do desenvolvimento econômico. Por outro lado, a revisão da história econômica de diversos países – desenvolvidos e em desenvolvimento – guardou semelhanças com o processo de evolução em desdobramento identificado por Veblen como característica única da ciência evolucionária. Além disso, a percepção de que as instituições são principalmente produtos do desenvolvimento sugere uma centralidade do

processo de evolução *per se* para o entendimento do desenvolvimento, o que configura outra convergência com a metodologia evolucionária.

Por outro lado, Chang assumiu um conceito de instituição discrepante do elaborado por Veblen, fator que foi minimizado pelo reconhecimento da importância das instituições informais e da estrutura institucional estabelecida para os fenômenos econômicos, aproximando-se da causação reconstitutiva de cima para baixo de Hodgson. A contribuição teórica oferecida pelo autor ao tentar compreender a prática da mudança institucional em diversos países com vistas a enriquecer a teoria e a fornecer subsídios para a própria prática também deve ser evidenciada. Principalmente em decorrência de sua aproximação de uma teoria filogenética com múltiplos finais possíveis e dependência da trajetória, em grande conformidade com os aportes teóricos de Hodgson para a metodologia evolucionária.

Por fim, é relevante assinalar que as críticas de Chang à economia neoclássica foram rebatidas por vários críticos, segundo os quais o economista não contemplou a totalidade do arcabouço teórico criticado, ocasionando um viés que tornou sua análise pouco profunda. Além disso, outros críticos sublinharam que é preciso considerar com maior nível de realidade os limites da intervenção por parte do estado, e alguns ainda evidenciaram que a análise de um número grande de países em *catchingup* prejudicou a profundidade das mesmas (CAMPOS, 2004; DESHPANDE, 2006; DUGGER, 2007; JONES, 2008; DAS, 2006); .Ressalta-se, em geral, que a leitura das obras do autor mostrou como a metodologia evolucionária é uma ferramenta eficiente para o entendimento dos fenômenos do desenvolvimento e o subdesenvolvimento.

5 CONCLUSÃO

Entre o final do século XIX e o início do século XX Thorstein B. Veblen deu início à chamada Economia Institucional. Depois de mais de um século de revisões e contribuições teóricas e empíricas das mais diversas, inclusive com a formação de agendas de pesquisa diferentes uma das outras, o economista inglês contemporâneo Geoffrey Hodgson sintetizou o que pode ser considerado uma metodologia da economia institucional evolucionária. De posse destas contribuições, o primeiro capítulo da dissertação retomou os princípios teóricos da Velha Economia Institucional de Veblen na tentativa de explicitar seus conceitos e suas categorias de análise. A revisitação das origens da metáfora evolucionária também foi objeto do primeiro capítulo, bem como a tentativa de organização metodológica da Economia Evolucionária realizada por Hodgson, sintetizando o arcabouço teórico que serviu de ferramenta analítica para os capítulos seguintes. Desta forma, a partir dos conceitos elaborados por Veblen e da metodologia sistematizada por Hodgson, o primeiro capítulo ofereceu uma rica ferramenta para a busca do objetivo geral da pesquisa, qual seja, a análise evolucionária de dois autores do campo do desenvolvimento econômico.

De maneira geral, os resultados encontrados por meio da análise da obras selecionadas de Gunnar Myrdal e Ha-Joon Chang mostraram grandes convergências com a metodologia evolucionária, de forma que é possível inferir que a temática do desenvolvimento econômico é uma heurística positiva da mesma. Ressalta-se que os dois autores escolhidos se declararam institucionalistas - ainda que não na totalidade da carreira, como no caso de Myrdal - e a compatibilidade de suas análises com a metodologia e os conceitos abordados no primeiro capítulo apenas confirmam esse fato.

As principais contribuições de Myrdal foram localizadas no pós-guerra. Ele dedicou-se à compreensão do fenômeno do subdesenvolvimento, concluindo que este era um resultado da relação em causalção circular cumulativa das desigualdades econômicas e sociais entre regiões, e a exposição destas à liberdade das forças do mercado. Gunnar Myrdal compreendeu que essa relação também se aplicava entre os países, sendo que a desigualdade entre os mesmos e no interior deles também se relacionava em causalção cumulativa. Esse diagnóstico de Myrdal acerca da causalção circular cumulativa mostrou grande convergência com a centralidade do processo de evolução na metodologia evolucionária, inclusive quanto à sua forma em causalção cumulativa.

Myrdal vislumbrou a possibilidade de reversão da trajetória inicial do processo cumulativo por meio da decomposição da causalção em forças propulsoras e regressoras com

seus consequentes saldos. Segundo o autor, o desenvolvimento podia se converter de desigualdades extremas para a convivência de diferentes graduações de desenvolvimento no sentido qualitativo. Essa característica específica da abordagem de Myrdal, juntamente com a circularidade e a dualidade, pode ser considerada como evolução e especialização aplicada ao tema desenvolvimento em relação ao princípio proposto por Veblen de causação cumulativa em seu artigo clássico de 1898. Além disso, Myrdal revisitou a trajetória de desenvolvimento de alguns países na tentativa de encontrar as origens de seus problemas estruturais, sugerindo que os países subdesenvolvidos não se deparavam com as mesmas condições geopolíticas e econômicas que os desenvolvidos antes do *catching up*. Ou seja, segundo o autor, possivelmente as mesmas medidas não surtiriam os mesmos efeitos, do que decorre uma dependência da trajetória.

Por outro lado, a possibilidade de reversão da trajetória poderia ser potencializada por meio da ação planejada do governo, de forma a atingir uma harmonia de interesses individuais. Essa harmonia de interesses exprime um processo de causação circular positivo e autônomo entre igualdade, democracia e bem estar social, e caracteriza o fim último do desenvolvimento para Myrdal. Assim, a existência de um fim desejável e previsível para o desenvolvimento econômico na teoria de Myrdal pode indicar o emprego de uma evolução de caráter ontogênico por parte do autor. Nesse sentido a teoria de Myrdal diverge da metodologia evolucionária, dado que essa propõe a evolução filogenética.

A exposição ao crivo da realidade da teoria de Myrdal mostrou as grandes limitações do planejamento estatal. Nesse sentido, as instituições assumiram um papel de primeira importância já que as raízes das dificuldades foram encontradas por Myrdal nos hábitos de pensamento enraizados e generalizados das populações desses países, como o conformismo, o paternalismo, o otimismo exacerbado quanto ao diagnóstico dos problemas, o folclore da corrupção, a distribuição e a percepção do poder, os próprios *soft states*. Assim, essa etapa da carreira de Myrdal chancelou a centralidade das instituições em sua análise, dado que a explicação das diferenças internacionais e do diferencial de forças dos países também perpassava claramente pelas características institucionais.

Na esteira deste debate, ressaltou-se a confluência entre o pensamento de Myrdal e de Hodgson quando se trata da corrupção, fator que se mostrou de grande importância na realidade dos países asiáticos na pesquisa realizada pelo primeiro. Para o autor, a percepção de que a corrupção é um fenômeno generalizado e sem solução afetou a crença da população na efetividade da ação do Estado e nas possibilidades futuras do desenvolvimento, desestimulando a tomada para si de um papel individual no processo. A ideia do folclore da

corrupção de Myrdal mostrou-se em consonância com a percepção de Hodgson (2007) de que a corrupção – tanto em sua face pública quanto na privada – afeta a moral e a malha institucional no longo prazo. Para Hodgson, dado que a corrupção se dá à revelia das leis, a única forma de combatê-la é por meio da mudança de comportamento. É possível pensar que essa mudança se refletiria em uma mudança institucional no longo prazo, de acordo com a causação reconstitutiva de cima para baixo. Todavia, levando em consideração a percepção de Sunkel e Paz (1974) de que o contexto elege as temáticas relevantes e tendo em mente o crescimento da relevância da corrupção para o subdesenvolvimento, a necessidade de tratar o tema em pesquisas futuras não é negligenciável.

Ainda com relação à importância dos hábitos de pensamento percebida na obra de Myrdal, outra convergência encontrada foi a estreita relação com a esfera material das instituições prejudiciais ao desenvolvimento. Assim, a mentalidade paternalista foi relacionada aos anos de colonialismo, o otimismo nas análises dos problemas ao poder político da classe dominante, e o conformismo foi contabilizado como resultado de longos períodos de estagnação econômica. Por último, Myrdal agiu como um cientista evolucionário quando reconheceu os limites de sua proposição teórica, dedicando-se a compreender principalmente as dificuldades e os limites do planejamento democrático. Tendo em conta a percepção de Veblen de que qualquer ciência que se defenda evolucionária deve ser capaz de abandonar pressupostos quando eles não se mostram válidos, Myrdal mostrou-se harmônico a essa postura.

Em suma, as principais convergências com a metodologia evolucionária Vebleniana encontradas nas contribuições de Myrdal foram a centralidade do processo de evolução exprimida em seu conceito de causação circular cumulativa, a atribuição das causas dos fenômenos e das instituições a aspectos da esfera material, a própria capacidade de mudança das proposições teóricas e a importância das instituições. Ressalta-se que Myrdal não denominou explicitamente muitas delas enquanto tal, mas as descreveu como hábitos perpenetrados na estrutura social, aproximando-se muito do conceito de Veblen. Myrdal também realizou relevante análise histórica e ressaltou a dependência da trajetória nelas.

O quarto capítulo analisou as contribuições de Ha-Joon Chang, economista contemporâneo reconhecidamente institucionalista que se dedicou especificamente a analisar o papel desempenhado pelas instituições no desenvolvimento. Chang elaborou uma análise original acerca do desenvolvimento, enfocando elementos que pudessem contribuir para a diminuição da pobreza por meio da ampliação do comércio e dos mercados, implícito no que ele chamou de *standard institutions*. Discordando da conveniência indiscriminada do

fundamentalismo de mercado para os países em desenvolvimento, o autor argumentou que as instituições indicadas no "pacote desenvolvimentista convencional" eram mais claramente um resultado do desenvolvimento do que uma receita para o mesmo. Para demonstrar seus argumentos, Chang analisou o processo de *catching up* dos países desenvolvidos e concluiu que: 1) tais países não utilizaram as *standard institutions* para realizar o *catching up*; 2) mas estas se desenvolveram gradualmente quando os países já haviam alcançado a fronteira tecnológica; e que 3) a evolução institucional nesses países foi um processo longo e intrincado, cheio de avanços e retrocessos. A construção da argumentação de Chang evidenciou a centralidade declarada das instituições e também da evolução em desdobramento dos fatos históricos em clara convergência com a metodologia evolucionária.

Em face de suas constatações baseadas na experiência histórica dos países desenvolvidos e das diferenças qualitativas das realidades dos países em desenvolvimento, Chang advogou uma maior liberdade no processo de evolução institucional dos últimos, tanto na forma quanto no tempo. Essa defesa chancelou tacitamente o papel cumprido pelas instituições no desenvolvimento, ainda que não por meio de uma relação direta entre a adoção das *standards institutions* e o alcance do desenvolvimento, como pregado pelos instituições multilaterais internacionais relacionadas ao desenvolvimento econômico mundial. Em consequência, tentou elaborar um "manual" de mudança institucional baseado nas experiências dos países em desenvolvimento, colaborando nesta temática pouco explorada. O resultado dessa tentativa evidenciou a importância para o desenvolvimento das instituições informais, expressas pelos valores e pela cultura de cada país, e da ação imbuída de propósito, expressa na criatividade dos agentes na mudança institucional. Esse aspecto da contribuição de Chang mostrou grande convergência com a metodologia evolucionária. Por um lado, a importância atribuída às instituições informais o aproximou do conceito de instituições de Veblen. Por outro, a percepção de que a criatividade é um fator crucial na mudança institucional, principalmente por ser limitada pela legitimidade em meio às instituições informais, mostrou inegável semelhança com o princípio da causalção reconstitutiva de cima para baixo de Hodgson.

Foi possível perceber também que a importância assumida pela análise histórica de Chang do período de *catching up* dos países desenvolvidos se mostrou uma relevante convergência com a metodologia evolucionária no que tange à centralidade do processo de evolução e à dependência da trajetória. Por outro lado, o autor se preocupou abertamente em evidenciar que as instituições caracterizavam seu objeto de análise, assumindo o protagonismo em seus argumentos.

Tendo estes apontamentos em mente, é possível perceber que Myrdal e Chang apresentaram importantes convergências com a análise evolucionária esquematizada no primeiro capítulo. A centralidade do processo de evolução se manifestou no princípio da causação cumulativa em Myrdal, enquanto Chang a utilizou, detida e cuidadosamente, em sua análise histórica. Ambos autores conferiram protagonismo às instituições, sendo que Myrdal utilizou (sem nomear instituição) o conceito da velha economia institucional, e Chang propôs-se abertamente a utilizar as instituições como unidade de análise, mesmo que as definindo como organizações. Nesse sentido, apesar do distanciamento do conceito observado, Chang se reaproximou ao ressaltar a supremacia das instituições informais. Por outro lado, a ação imbuída de propósito e os mecanismo da mudança institucional foram mais presentes na obra de Chang em sua tentativa de elaboração de manual de mudança institucional. Myrdal, por sua vez, mostrou sua capacidade de evolução por meio do reconhecimento de suas falhas e pela busca de novas contribuições.

Por fim, vale a pena mencionar a conclusão obtida por Jameson (2006) ao analisar as contribuições de autores institucionalistas neste debate sobre desenvolvimento econômico. Ele afirmou que as instituições venceram este debate por meio de uma nova leitura que não se caracteriza como Velho Institucionalismo, nem como Nova Economia Institucional, mas uma evolução dialética de ambas. Essa nova contribuição pode ser percebida em releitura do Velho Institucionalismo aplicadas a problemas atuais, à crítica ao fundamentalismo de mercado, à retomada das origens da metáfora evolucionária e ao que ele denominou teoria da mudança e aceitação dos fatores culturais e históricos no desenvolvimento econômico. Nesse sentido, este trabalho confirma a percepção de Jameson e demonstra a grande heurística positiva da economia institucional no debate acerca do desenvolvimento econômico.

Referências Bibliográficas

AKYÜZ , Y; CHANG, H. J. & KOZUL-WRIGHT, R. New perspectives on East Asian development, **The Journal of Development Studies**, Vol. 34, N° 6, 4-36, 1998.

BIELSCHOWSKY, R. **O desenvolvimentismo: do pós-guerra até meados dos anos 60.** *In: O Desenvolvimento Econômico Brasileiro e a Caixa, conferências, 2011.*

PEREIRA, L. C. B. A teoria econômica e os países subdesenvolvidos. **Revista de Administração de Empresas**, v. 7, n. 24, p. 15-40, 1967. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003475901967000300001&lang=pt

CAMATTA, R. B., SALLES, A. O. T. Economia e História: a importância das instituições do século XIX e XX na obra de Thorstein Veblen. **Leituras de Economia Política**, Campinas, n° 23, p. 57-87, jul./dez, 2015.

CAMPOS, C. R. Review of Kicking Away the Ladder? Development Strategy in Historical Perspective. **Investigación Económica**, Vol. 63, N° 250, p. 161-177, 2004.

CAMPOS, M. M.S. **O Processo de Desenvolvimento Econômico a Partir de Uma Perspectiva Institucionalista: Elementos de Uma Abordagem Heterodoxa.** 2016. 335 f. Tese (Doutorado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Economia d Faculdade de Ciências Economicas da UFRGS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

CAVALCANTE, C. M. A Economia Institucional e as Três Dimensões das Instituições. **Revista de Economia Contemporânea.** Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 18 (3), p. 373-392, 2014.

CHANG, H-J. An Institutional Perspective on the Role of the State: Towards an Institutional Political Economy *In Institutions and the Role of the State*, Burlamarqui et al (edi), 2000.

CHANG, H. J. **Chutando a Escada: A estratégia de desenvolvimento em perspectiva histórica.** EditoraUnesp, São Paulo, 2002.

CHANG, H. J. Breaking the Mould: an institutionalist political economy alternative to the neo-liberal theory of the market and state. **Cambridge Journal of Economics**, N° 26, p. 539-559, 2002b.

CHANG, H-J and Grabel, I. **Reclaiming Development: An Alternative Policy Manual,**The University Press, Dhaka, 2004.

CHANG, H. J. La Relacion Entre lasIntituciones y elDesarrolloEconomicó. Problemas Teóricos Claves. **Revista de Economia Institucional**, Vol. 8, N° 13, p. 125-136, 2006.

CHANG, H-J. Institutional Change and Economic Development: An Introduction *In* **Institutional Change and Economic Development**, Ha-Joon Chang (ed), United University Press, p. 1-14, University of Cambridge, 2007 a.

CHANG, H-J. Understanding the relationship between institutions and economic development: some key theoretical issues *In* **Institutional Change and Economic Development**, Ha-Joon Chang (ed), United University Press, p. 17-33, University of Cambridge, 2007 b.

CHANG, H. J. Entrevista. **Revista de Economia Heterodoxa**, N° VII, ano VII, p. 119-124, 2007c.

CHANG, H. J. Um Estudo sobre a Relação entre Instituições e Desenvolvimento Econômico. Algumas Questões Teóricas Fundamentais. **Revista de Economia heterodoxa**, N°10, ano VII, p. 13-31, 2008.

CHANG, H. J. **Hamlet without the Prince of Dinamark**. In *Towards New Developmentalism: Market as Means rather than Master*, S. Khan & J. Christiansen (eds.), University of Cambridge, 2009.

CHANG, H. J. Economic History of the Development World. Lessons for Africa. Lecture, **World Development Bank**, February, 26, 2009b.

CHANG, H. J. Under-explored Treasure Troves of Development Lessons. Lessons from the Histories of Small Rich European Countries (SRECs). In **Doing Good or Doing Better. Development Policies in a Globalising World**, M. Kremer, P. van Lieshoust & R. Went (eds.), Amsterdam University Press, Amsterdam, 2009c.

CHANG, H. J. Institutions and Economic Development: Theory, Policy and History. **Journal of Institutional Economics**, 2010.

CHANG, H. J. Incentives, Capability and Space. The Evolution of world Trading System and the Future of Developing Countries. In **Evidence-based Development Economics – Essays in Honor of Sanjaya Lall**. C. Pietrobelli & R. Rasiah (eds.), University of Malaya Press, Kuala Lumpur, 2012.

CHIANG, A. (1961) Efeito demonstração e modernização dos agentes. In: **PEREIRA, L. (org) Subdesenvolvimento e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

CONCEIÇÃO, D. N. O instinto para o artesanato e a aversão ao trabalho em geral, nota introdutória, **Revista de Economia Heterodoxa**, trad., n° 8, p. 183-205, 2007.

DAS, D. K. Review of *Rethinking Development Economics* by Ha-Joon Chang. **Indian Economic Review**, New Series, Vol. 41, No. 1, p. 108-110, 2006.

DESHPANDE, A. Review of *Reclaiming Development: An Alternative Economic Policy Manual* by Ha-Joon Chang and Ilene Gabel, **Economic and Political Weekly**, Vol. 41, No. 32, p. 3505-3506, 2006

DEGLER, C. N. **The decline and revival of Darwinism in American social thought**. Oxford University Press, Oxford, 1991.

DUGGER, W. M. Review of Kicking Away the Ladder: Development Strategy in Historical Perspective by Ha-Joon Chang. Dugger, **Journal of Economic Issues**, Vol. 41, No. 3, p. 883-885, 2007.

FRITSCH, W. (1776) Apresentação In SMITH, A. **A Riqueza das Nações. Uma Investigação sobre sua Natureza e suas Causas**, São Paulo, Editora Nova Cultural, p. 5-19, 1996.

GUIMIERO, R. G. **Diálogo das Teses do Subdesenvolvimento de Rostow, Nurkse e Myrdal com a Teoria do Desenvolvimento de Celso Furtado.** Dissertação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, 2011.

HIRSCHMAN, A. O. (1958) **Estratégia do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

HOBBSBAWM, E. (1994) **Era dos Extremos. O Breve Século XX: 1914-1991.** SANTARRITA, M. (trad.), São Paulo: Editora Schwarcz Ltda., 598 p., 2009.

HODGSON, GM. On the evolution of Thorstein Veblen's evolutionary economics. **Cambridge Journal of Economics**, n° 22, p. 415-431, 1998.

HODGSON, G. M. Veblen's theory of the leisure class and the genesis of evolutionary economics. In: Samuels, W.J., Ed., **The founding of institutional economics**, cap. 11, Routledge, p. 170-200, 1999.

HODGSON, G. M. From micro to macro: the concept of emergence and the role of institutions. In: Burlamaqui, L.; Castro, A. C and Chang, H., Ed., **Institutions and the Role of the State**, cap. 5, p., Cheltenham, Edward Elgar Publishing, 2000.

HODGSON, G. M. The Concept of Emergence in Social Science: Its History and Importance. **Emergence: A Journal of Complexity Issues in Organizations and Management**, p. 65-77, 2000 b.

HODGSON, G. M. A evolução das instituições: uma agenda para pesquisa teórica futura. **Revista Econômica**, v. 3, n. 1, p. 97-125, junho, 2001.

HODGSON, G. M. Reconstitutive downward causation: Social structure and the development of individual agency. In: Edward Fullbrook, Ed., **Intersubjectivity in Economics: agents and structures**, cap. 10, p. 159-180, London/New York, 2002 a.

HODGSON, G. M. Darwinism in economics: from analogy to ontology. **Journal of Evolutionary Economics**, vol. 12: p. 259-281, 2002 b.

HODGSON, G. M. Darwin, Veblen and the Problem of Causality in Economics. **History and Philosophy of the Life Sciences**, n°23, p. 383-422, 2002 c.

HODGSON, G. M. The hidden persuaders: institutions and individuals in economic theory. **Cambridge Journal of Economics**, vol. 27, p.159-175, 2003 a.

HODGSON, G. M. Darwinism and Institutional Economics. **Journal of Economic Issues**, vol. 37, n° 1, março, 2003 b.

HODGSON, G. M. Darwinism, causality and the social sciences. **Journal of Economic Methodology**, p. 175–194, junho 2004 a.

HODGSON, G. M. Social Darwinism in Anglophone Academic Journals: A Contribution to the History of the Term. **Journal of Historical Sociology**, vol. 17, n°. 4. dez., 2004 b.

HODGSON, G. M. Veblen and Darwinism. **International Review of Sociology**, vol. 14, n°.3, 2004 c.

HODGSON, G. M., KNUDSEN, T. Why we need a generalized Darwinism, and why generalized Darwinism is not enough. **Journal of Economic Behavior & Organization**, vol. 61, p. 1–19, 2006.

HODGSON, H. & JIANG, S. The Economics of Corruption and the Corruption of Economics: An Institutionalist Perspective. **Journal of Economic Issues**, Vol. 41, N° 4, p. 1043-1061, 2007.

HODGSON, G. M. Choice, Habit and Evolution. **Journal of Evolutionary Economics**, 2008.

JAMESON, K. P. Has Institutionalism Won the Development Debate? **Journal of Economic Issues**, Vol. 40, No. 2, pp. 369-375, 2006.

JONES, E. Review of Institutional change and economic development by Ha-Joon Chang. **The Economic History Review**, New Series, Vol. 61, No. 3, p. 765-766, 2008.

KINDLEBERGER, C. P. Gunnar Myrdal: 1898-1987. **The Scandinavian Journal of Economics**, Vol. 89, No. 4, pp. 393-403, 1987.

KUZNETS, S. (1954) Os países subdesenvolvidos e a fase pré-industrial nos países avançados. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (org) **A Economia do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

LEWIS, A. [1961] Problemas “sociais” do desenvolvimento. In: PEREIRA, L. (org) **Subdesenvolvimento e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

LOPES, H. C. Instituições e crescimento econômico: os modelos teóricos de Thorstein Veblen e Douglass North. **Revista de Economia Política**, vol. 33, n° 4 (133), pp. 619-637, outubro-dezembro, 2013.

LOPES, H. C. O desenvolvimento econômico: uma proposta de abordagem teórica evolucionária e institucionalista. **Estudos em Economia**, São Paulo, vol.45, n.2, p.377-400, 2015.

MONASTERIO, L. M. Guia para Veblen: um estudo acerca da Economia Evolucionária. Pelotas: Editora Universitária, 1998, 121 ps.

MYRDAL, G. *Perspectivas de uma economia internacional* (1956). Rio de Janeiro: Editora

Saga, 1967.

MYRDAL, G. Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas. (1956). 2º Ed., London: Gerald Duckworth & Co, 1960, 208 ps. Disponível em: <https://archive.org/stream/MyrdalGunnar18981987.TeoriaEconomicaERegioesSubdesenvolvidas/MyrdalTeoriaEconomicaDasRegioesSubdesenvolvidas#page/n1/mode/2up>

MYRDAL, G. Aspectos Políticos da Teoria Econômica (1961). Coleção Os Economistas, (trad.) José Auto, Editora Nova Cultural, São Paulo, 1962, 234 ps.

MYRDAL, G. An American dilemma: The Negro problem and modern democracy. New York: Harper & Row, 1962, 1529 p. Disponível em: <https://archive.org/details/AmericanDilemmaTheNegroProblemAndModernDemocracy>

MYRDAL, G. Asian Drama: An Inquire Into the Poverty of the Nations. 1º Ed., Nova York: Pantheon Books, 1971, 484 ps.

MYRDAL, G. Growth and Social Justice. Economic Times Annual, Bombay, India, Vol. 1, No 3/4, p. 119, 1972a.

MYRDAL, G. Response to Introduction. **The American Economic Review**, Vol. 62, Nº 1/2, p. 456-462, 1972b.

MYRDAL, G. Economics of an Improved Environment. World Development, Vol. 1, Nº 1/2, p. 102-114, 1972c.

MYRDAL, G. The Need for a Sociology and Psychology of Social Science and Scientists. World Development, Vol. 1, Nº 5, p. 41-46, 1973a

MYRDAL, G. Equity and Growth. World Development, Vol. 1, Nº 11, p. 43-47, 1973b.

MYRDAL, G. What is development? **Journal of Economics Issues**, Vol. 8, Nº 4, p. 729-736, 1974.

MYRDAL, G. (1975). The equality Issue in World Development. **The American Economic Review**, Vol. 79, Nº 6, p. 8-17, 1989.

MYRDAL, G. (1978). Institutional Economics **Journal of Economics Issues**, Santa Bárbara, Vol. 12, Nº 4, p. 771-783, 2016.

NURKSE, R. [1953] Alguns aspectos internacionais do desenvolvimento Econômico. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (org) **A Economia do Subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Forense, 1969.

PREBISCH, R. (1949) O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas. In: BIELSCHOWSKY, R. (org) (2000) **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL.** Rio de Janeiro: Record, vol. 2.

ROSENSTEIN-RODAN, P. N. (1943) “Problemas da industrialização da Europa Oriental e Sul-Oriental”. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (org) **A Economia do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

SALLES, A. O. Repensando desenvolvimento econômico no século XXI: Instituições, sustentabilidade e outros desafios. **Agenda Social**, Vol.5, Nº2, p. 1- 23 , 2011.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações. Uma Investigação sobre sua Natureza e suas Causas** (1776), São Paulo, Editora Nova Cultural, p. 5-19, 1996.

SUNKEL, O & PAZ, P. **Os Conceitos de Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fórum Editora, 1974.

TRUCCO, I. Teoria del Desarrollo Capitalista. Una Evaluación Comparada. **Revista Problemas del Desarrollo**, Vol.171, Nº 43, pp. 9-29, 2012

VEBLEN, T. B.The instinct of workmanship and the irksomeness of labor. **The American Journal of Sociology**, Vol. 4, Nº 2, p. 187-201, 1898a.

VEBLEN, T. B. The limitations of marginal utility.**The Journal of Polical Economic**, Vol. 17, Nº9, p. 620-636, 1909.

VEBLEN, T. **The Instinct of Workmanship and the State of the Industrial Arts**. New York: The MacMillan Company, 1914.

VEBLEN, T. B. Why is economics not an evolutionary science? **The Quarterly Journal of Economics**, Vol. 12, Nº 4, p. 373-397, 1898.

VEBLEN, T. B. O instinto para o artesanato e a aversão ao trabalho em geral (1898). **Oikos Revista de Economia Heterodoxa**, Rio de Janeiro, nº 8 , p. 181-204, 2007.

VEBLEN, T. [1899] **A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições**. São Paulo: Abril Cultural (Coleção os Economistas), 1983. Tradução do original: Veblen, Thorstein (1899) *The theory of the leisure class*. New York: The Viking Press.

